Jörn Rüsen

RAZÃO HISTÓRICA

Teoria da história:
os fundamentos da ciência histórica

EDITORA UnB

Adquirido com recursos do FUNDO PARANÁ

Jörn Rüsen

Razão histórica

Teoria da história:
os fundamentos da ciência histórica

Tradução
Estevão de Rezende Martins

EDITORA
UnB

Equipe editorial: Airton Lugarinho (Supervisão editorial); Fátima Rejane de Meneses (Acompanhamento editorial); Sonja Cavalcanti (Preparação de originais); Mauro Caixeta de Deus e Sonja Cavalcanti (Revisão); Fátima Rejane de Meneses, Sonja Cavalcanti e Yana Palankof (Índice); Eugênio Felix Braga (Editoração eletrônica); Leonardo Branco (Capa).

Copyright © 1983 *by* Vandenhoeck & Ruprecht.
Copyright © 2001 *by* Editora Universidade de Brasília, pela tradução.

Título original: Historische Vernunft: Grundzüge einer Historik I: Die Grundlagen der Geschichtswissenschaft

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
SCS Q. 02 Bloco C nº 78 Ed. OK 2º andar
70300-500 – Brasília, DF
Tel: (0xx61) 226-6874
Fax: (0xx61) 225-5611
editora@unb.br

930.1
R951

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Rüsen, Jörn
R951 Razão histórica : teoria da história : fundamentos da ciência histórica / Jörn Rüsen; tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2001.
194 p.

Tradução de: Historische Vernunft: Grundzüge einer Historik I: Die Grundlagen der Geschichtswissenschaft
ISBN: 85-230-0615-x

1. Ciência histórica. 2. História - teoria. I. Martins, Estevão de Rezende. II. Título.

CDU 930.1

Compra: 366
Data: 24/11/04
R$ 12,00

NF 21955
NE 0329-8

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
110588
BIBLIOTECA CENTRAL

À minha esposa

Sumário

Prefácio, 9

Introdução, 11

Capítulo 1
Tarefa e função de uma teoria da história, 25
Objeto da teoria da história, **26**
O significado da teoria da história para o estudo da história, **38**
O significado da teoria da história para a pesquisa histórica, **42**
O significado da teoria da história para a historiografia, **45**
O significado da teoria da história para a formação histórica, **48**

Capítulo 2
Pragmática – a constituição do pensamento histórico na vida prática, 53
Experiência do tempo e auto-identidade – a origem da consciência histórica, **56**
Como surge, dos feitos, a história?, **67**
Critérios de verdade do pensamento histórico, **84**

Capítulo 3
Científica – a constituição metódica da ciência da história, 95
A metodização da relação com a experiência, **100**
A metodização da relação com as normas, **108**
A metodização da relação com as idéias, **118**
Partidarismo e objetividade – as potencialidades racionais da ciência da história, **126**

CAPÍTULO 4
A CONSTITUIÇÃO NARRATIVA DO SENTIDO HISTÓRICO (APÊNDICE À EDIÇÃO BRASILEIRA), 149
A complexidade do paradigma narrativista, **149**
Narrativa como tipo de racionalidade da constituição histórica de sentido, **153**
Uma forma do paradigma narrativista, **161**
Sobre o uso do paradigma, **165**
A narração do não-narrável – o malogro da constituição histórica de sentido como condição necessária de seu êxito, **170**
Observação final sobre a razão da história, **173**

HORIZONTES, 175

BIBLIOGRAFIA, 179

ÍNDICE, 191

Prefácio

A oportunidade de consolidar meus trabalhos de teoria da história em uma proposta sistemática foi-me proporcionada por uma bolsa de pesquisa da Fundação Volkswagen. Sem essa louvável instituição, que garante aos professores universitários um tempo sem aulas e sem encargos administrativos para poderem dedicar-se a grandes projetos de publicação (desde que os colegas consultores especializados considerem que valha a pena correr o risco), a "teoria da história", planejada há tempos, teria permanecido fragmentária. Desejo exprimir meus agradecimentos à Fundação, à administração da Universidade de Bochum e ao ministro de Ciência e Tecnologia do Estado da Renânia do Norte/Vestfália pela forma surpreendentemente pouco burocrática com que se resolveu a questão da bolsa. Espero poder publicar as partes seguintes em breve – com a disponibilidade criada pela bolsa, parte de um capítulo sobre historiografia tornou-se um texto autônomo, entrementes publicado.[1]

Desejo ainda agradecer a todos cujo interesse em minhas pesquisas sobre teoria da história contribuiu para fomentá-la e cuja expectativa de vê-las sistematizadas em um todo me pressionou (muito agradavelmente, aliás). Lembro, dentre tantos, os estudantes de Bochum, que me transmitiram o sentimento de que a teoria da história é importante para o estudo da história, os colegas de diversos campos, que me fizeram compreender que a teoria da história não é importante só para o estudo. Minha particular gratidão a Karl Acham, Helmut Berding, Klaus Bergmann, Clemens Burrichter, Kurt Flasch, Georg Iggers, Hans Mommsen, Willi Oelmüller, Kurt Raaflaub, Peter Reill, Oswald Schwemmer, Rudolf Vierhaus e Wilhelm Vosskamp. Um muito obrigado todo especial àqueles que,

[1] *Theorie der Geschichte*, Col. Beiträge zur Historik, vol. 4.

como Ursula Becher, Hans-Michael Baumgartner, Hans Ulrich Gumbrecht e Hayden White, me incentivaram, em constantes debates, com suas opiniões críticas.

Quem conhece o calvário da constante reformulação dos textos e já experimentou o sentimento de impotência de exprimir-se com linguagem adequada poderá avaliar o quanto devo a Irmgard Kullmann e a Christel Schmid, cuja proverbial paciência lhes permitiu datilografar, ao longo de inúmeros vaivéns, as sucessivas versões de que afinal emergiu o texto deste livro. Agradeço também a Friedrich Jaeger, Thomas Lorenzen e Dirk Fleischer a ajuda nas correções finais do manuscrito e das provas tipográficas, bem como na revisão da bibliografia.

O quanto sou devedor à minha esposa, por ter-me possibilitado o tempo livre indispensável ao trabalho intelectual, para muito além do que teria sido possível em circunstâncias habituais, exprimo-o ao dedicar-lhe este livro.

Introdução

É um refinado cretino, *qui non est delectatur cognitione historiarum.*

Melanchthon[1]

As considerações sobre os fundamentos da ciência da história* que se seguem, sob o título *Razão histórica*, têm dois objetivos. Primeiramente serão indicados os fundamentos do conhecimento científico. A expressão "histórica" não se limita à ciência da história, mas designa igualmente as operações elementares e gerais da

---

Esforcei-me por reduzir as notas ao mínimo. Tive de satisfazer-me, assim, com indicações simplificadas de outras teorias da história a que me refiro, e nem sempre os exemplos citados de modo sumário são exatos, embora me pareçam suficientemente esclarecedores. Quando as obras citadas estão indicadas por extenso na bibliografia, no final do volume, a referência está abreviada e o número entre parênteses remete à parte da bibliografia em que a indicação bibliográfica do título está completa.

[1] Citado em E. Menke-Glückert, *Die Geschichtsschreibung der Reformation und Gegenreformation. Bodin und die Begründung der Geschichtsmethodologie durch Bartholomäus Keckermann*, Osterwieck/Harz, 1912, p. 37.

* A expressão alemã para designar a história-ciência é *Geschichtswissenschaft*. Sua tradução literal é "ciência da história". Este livro usa as noções de "história" (no sentido do processo temporal do agir racional humano em geral), "ciência da história" (no sentido da história como produto da operação científica da história acadêmica ou investigativa) e "história enquanto [ou como] ciência" (no sentido do processo histórico de regulação metódica da pesquisa que leva o conhecimento genérico à plausibilidade racional controlável da ciência). Em português, a palavra "história" é empregada sem adjetivos que a identifiquem melhor, tanto no sentido da "história em geral" – ou seja, sem a pretensão e o controle científicos – quanto no sentido da "história científica" [ou acadêmica]. Convencionou-se, de comum acordo com o autor, na presente tradução, utilizar "ciência da história" sempre que o autor tenha empregado o termo alemão *Geschichtswissenschaft* para a história-ciência; e "história" sempre que o termo for *Geschichte*, para história em geral. (N. do T.)

consciência histórica humana. Nelas se baseiam os modos de pensar determinantes da história como ciência e é a partir delas que eles devem ser fundamentados e esclarecidos. Ademais, abordar-se-á a pretensão da racionalidade que a ciência da história possui com relação a seu modo específico de pensar historicamente.

A questão dos fundamentos da ciência da história sobrecarrega-se, assim, com a questão clássica acerca da razão na história. Creio que essa sobrecarga é inevitável, porque a questão acerca da razão na história deve ser sempre posta, ou já está implicitamente posta, quando se trata dos problemas fundamentais do pensamento histórico. Essa questão quer simplesmente saber se a história possui um sentido cognoscível. E não há pensamento possível sobre a história (nem sobre a ciência da história) que não esteja motivado por essa questão do sentido. Não deixa de parecer estranho, todavia, sobrecarregar a investigação dos fundamentos da ciência da história com a questão da razão, pois não se trata da história, em primeiro lugar, mas sim da ciência que com ela se ocupa. A perspectiva não será, pois, a de uma propriedade qualquer da história que se chamaria "razão", mas a de saber como se constitui o pensamento sobre a história que se apresenta como ciência.

Uma teoria da história caracterizada por essa modesta perspectiva não precisa – assim parece colocar a questão acerca da razão na história, pois ela foge à sua competência. Essa não é uma questão da ciência da história. Mas isso não basta para descartá-la, pois ela emerge de uma inegável carência profunda de todos os homens, que agem e sofrem as conseqüências das ações dos outros, de orientar-se em meio às mudanças que experimentam em seu mundo e em si mesmos. A ciência é desafiada por essa carência, cuja evidência ela não tem muito como negar, por dois motivos: de um lado, a ciência é (ao menos no que ela diz de si mesma) um produto racional do tratamento da história; de outro lado, a reflexão humana sobre a história (inclusive na ciência da história) tem por finalidade obter um conhecimento histórico com o qual se pode situar qualquer um no processo do tempo.

É possível que a ciência da história se considere racional e, ao mesmo tempo, se declare incompetente para tratar da questão acerca da razão na história? Não é bem assim, pois a questão da razão é própria da ciência. Se a ciência da história pretende ser uma instân-

cia racional no trato da história (pretensão com que se legitima), então não lhe é permitido simplesmente ignorar a questão da razão, originada na incontornável carência de orientação da práxis humana e pilar do pensamento histórico.

A ciência da história está, assim, entre a cruz e a caldeirinha: como ciência, ela não é a especialidade competente para responder às perguntas fundamentais sobre o sentido e, no entanto, ela se sabe movida por tais questões, o que a impede de ignorá-las.

Como engajar a pretensão de racionalidade da ciência da história justamente na questão referente à presença da razão na história? Trata-se de discutir se e como o pensamento histórico-científico se refere às necessidades de orientação da práxis vital humana, da qual exsurge a pergunta pela razão na história. Simultaneamente, quer-se discutir se e como a ciência da história tem algo a dizer sobre a razão na história. Como se pode e se deve conduzir essa discussão? Seu tema é a ciência da história. Sua pretensão de racionalidade deve ser levada a sério e considerada sob a perspectiva da razão na história, que se encontra na origem de todo pensamento histórico.

Uma "teoria da história" consiste justamente na análise da pretensão de racionalidade da ciência da história. Ela é uma "teoria" da ciência da história no sentido do conceito clássico de teoria, que nada mais significa do que a análise de um determinado conteúdo em busca de suas determinações racionais manifestas. Ela se volta para os fundamentos da ciência da história, sempre presentes e pressupostos quando se faz pesquisa histórica e quando se escreve história com base em pesquisa; ela mostra ainda que e como está presente nesses fundamentos a pretensão de racionalidade com que o conhecimento histórico científico opera. Ao mesmo tempo, ela demonstra em que consiste propriamente essa pretensão de racionalidade, ou seja: que resposta a ciência da história pode dar à questão relativa à razão e o que ela não pode fazer.

Essa teoria da história é, por conseguinte, uma teoria que desvela as determinações racionais do pensamento histórico nos fundamentos mesmos da ciência da história. Ela se constitui um âmbito do pensamento histórico que não é diretamente objeto da pesquisa histórica, mas no qual, mediante determinadas estruturações (de princípios) do pensamento histórico, se põem as condições

da pesquisa. Ela esclarece os pressupostos que determinam (como formas de pensamento) os conhecimentos histórico-científicos, embora não apareçam, nestes, de forma suficientemente expressa e articulada.

É com esses questionamentos que a teoria da história mantém a questão acerca da razão sem entrar em concorrência com a ciência. A teoria da história dedica-se a explicitar tanto os pressupostos sobre os quais se baseia a pretensão de racionalidade da ciência da história quanto as razões para admiti-la. Ela se move, pois, em um plano de pensamento diverso daquele em se utiliza, habitualmente, a expressão "história". Com sua análise dos fundamentos da ciência da história, a teoria da história põe em evidência elementos que, sem suas análises "téoricas", remanesceriam na obscuridade de supostas obviedades. Se se quiser efetivamente saber o que, afinal, confere à ciência da história o caráter de racionalidade no trato com a história e se ela pode legitimamente pretender ser racional, as obviedades tornam-se problemas que têm de ser solucionados.

A questão dos fundamentos da ciência da história não conduz a teoria da história a assumir o papel de tutora da pesquisa histórica. A investigação teórica dos fundamentos da ciência da história não significa a elaboração desses fundamentos como uma teoria, de tal maneira que a história somente seria possível e praticável como ciência quando os teóricos da história lhe abrissem o sinal verde, fornecendo uma "teoria da história" (esse é, diga-se de passagem, um estereótipo muito comum entre os historiadores, que entendem seu trabalho tão naturalmente racional que consideram a pergunta da teoria da história sobre a legitimidade dessa auto-satisfação como completamente irracional). Ao contrário, a teoria da história tem por objetivo analisar o que sempre foi a base do pensamento histórico em sua versão científica e que, sem a explicitação e a explicação por ela oferecidas, nunca passaria de pressupostos e de fundamentos implícitos.

É certo que se dá algo com o pensamento histórico-científico quando seus fundamentos são tematizados e explicitados. Na medida em que fundamenta a pretensão de racionalidade desse pensamento, a teoria da história abre a possibilidade de este vir a ser submetido à crítica racional. Com a teoria da história, o pensamento histórico expande sua capacidade de fundamentar-se e de

criticar-se. E como fundamentar e criticar são atividades racionais, a maneira pela qual a teoria da história trata a questão da razão no pensamento histórico não é extrínseca àquela razão que a ciência da história reivindica para si (diversamente das demais formas do pensamento histórico), mas sim parte dela.

Uma "teoria" da ciência da história distingue-se da práxis da pesquisa histórica e da historiografia como se distinguem corriqueiramente teoria e práxis: a teoria vai além da práxis e pode, com isso, basear-se nesta para evidenciar-lhe cognitivamente os fundamentos que, por exemplo, sem o resultado teórico, ficariam velados na práxis. O pensamento que se desenvolve dessa maneira chama-se reflexão. A teoria da história vai além da práxis dos historiadores, colocando-a em evidência de uma forma peculiar: como objeto do conhecimento – forma pela qual não é conhecida pelos historiadores, quando praticada.

Ora, a práxis dos historiadores – vale dizer, sua pesquisa e sua historiografia – é por sua vez "teoria" (no sentido coloquial do termo) porque, como operação cognitiva, vai além do agir prático, colocando-o, por conseguinte, em uma perspectiva de dimensão histórica que os profissionais, em sua prática concreta, não tematizam explicitamente. Com respeito a essa dimensão "teórica", a teoria da história é uma metateoria, uma teoria (reflexiva) da teoria, um pensar sobre o pensamento histórico, cujo eixo é a racionalidade.

A teoria da história é, assim, uma *metateoria* da ciência da história. Nem todas as formas metateóricas de considerar a ciência da história constituem, contudo, uma teoria da história. Com efeito, é possível tratar a ciência da história (meta)teoricamente de diversos modos e com diferentes objetivos. É possível elaborar uma teoria da ciência da história totalmente externa à práxis da pesquisa histórica e da historiografia; no entanto, é igualmente possível conceber e elaborar uma teoria da ciência da história que possua relevância para o próprio pensamento histórico que é por ela utilizado. É justamente essa a metateoria que se busca nesta teoria da história. Nela, a teoria da ciência da história mantém sua relação umbilical com a práxis do historiador. Nela, investiga-se a ciência da história como fator da própria história – a ciência da história é, pois, considerada como objeto de pesquisa e como sujeito do pensamento histórico.

Ao estabelecer essa íntima relação entre teoria e práxis do pensamento histórico, a teoria da história depara com certas dificuldades. O que tem a ver uma teoria sobre a ciência da história com a própria ciência da história? Os que buscam elaborar tal teoria – ou seja, esforçam-se por descobrir o que há de fundamental no pensamento histórico e em sua pretensão de racionalidade - vêem-se confrontados com a forte desconfiança dos que justamente se consideram produtores desse pensamento histórico – ou seja, esforçam-se por descobrir em que consiste o passado humano, do modo mais racional possível. A teoria da história, num primeiro momento, incomoda-os, pois convida-os a voltar suas vistas dos conteúdos do passado que examinam para si próprios (autoreflexão). Passa-se com eles algo parecido com o que ocorre com aqueles que querem saber o que fazem quando dormem e, com isso, acabam insones.

Não obstante, há muitos historiadores que defendem a teoria, com o peso de uma autoridade fundada em competência na pesquisa empírica, a qual ninguém contesta.[2] Em que consiste essa posição favorável? Menos com respeito à abordagem reflexiva do pensamento histórico, a que me referi anteriormente, e mais relativamente à "teoria" como fator nesse pensamento, como fator na própria pesquisa empírica, ou seja, como um instrumento para o trabalho com as fontes. "Teoria" significa aqui algo a ser levado em conta como necessário e significativo para a pesquisa empírica. Tornou-se corriqueiro entre os historiadores considerar os termos "teoria" e "empiria" de tal forma que a teoria é concebida como um meio para o fim da empiria. No entanto, uma teoria que não se entenda como mero instrumento da pesquisa empírica e que busque articular-se em si mesma encontra dificuldades de legitimar-se no âmbito da ciência da história.[3]

---

[2] Assim, por exemplo, J. Kocka, Theorien in der Sozial- und Gesellschaftsgeschichte. Vorschläge zur historischen Schichtungsanalyse, *Geschichte und Gesellschaft* 1 (1975), p. 9-42; R Koselleck, Über die Theoriebedurftigkeit der Geschichtswissenschaft, in: Conze (org.), *Theorie der Geschichtswissenschaft* (3), p. 10-28; Chr Meier, Der Alltag des Historikers und die historische Theorie, in. Baumgartner/Rusen (orgs), *Geschichte und Theorie* (3), p 36-58.

[3] Assim, por exemplo, em H Berding, *Selbstreflexion und Theoriegebrauch* (5).

É esse tipo de teoria, contudo, que se quer elaborar aqui. Ela não serve diretamente às finalidades da pesquisa empírica, mas examina a própria pesquisa e as teorias que esta utiliza para alcançar seus objetivos. Uma metateoria desse tipo pode parecer suspeita por reivindicar sua relevância para a própria pesquisa empírica, para as teorias nesta aplicadas ou elaboradas. Por que razão, então, a pesquisa empírica deveria seguir as recomendações de pensar a si mesma e deixar-se guiar por considerações teóricas, das quais não se tem certeza, desde o início, se e como desembocariam na práxis da pesquisa histórica e na historiografia?

Uma resposta a essa pergunta está embutida na pretensão de cientificidade da ciência da história. Independentemente de como se venha a definir ciência, o pensamento científico é sempre um pensamento bem fundamentado. Pensar de forma bem fundamentada requer conhecer as regras e os princípios desse pensar, ou seja: um conhecimento que não se constituiria sem a reflexão do pensamento sobre si mesmo. A racionalidade que um pensamento histórico reivindica, ao proceder cientificamente, implica, pois, um saber metateórico, reflexivo, no estilo da teoria da história. Essa reivindicação jamais poderia ser formulada sem a devida investigação dos fundamentos do pensamento histórico. Na medida em que é requisito de qualquer ciência que os cientistas prestem contas a si mesmos e a todos os demais sobre seu modo de pensar, a ciência da história não poderia recusar a "teoria" como lugar dessa prestação de contas, e não faltam historiadores que tenham assumido essa obrigação.[4] É bom recordar que esse tipo de explicitação intencional dos fundamentos de modo algum desviou a história do trabalho produtivo de pesquisa. Pelo contrário, tais explicitações com freqüência abriram ou contribuíram para abrir novas sendas para o desenvolvimento do pensamento histórico.[5]

Até aqui temos apenas indicações do tipo e da função da "teoria" na ciência da história. Do que o pensamento histórico deve prestar contas, se quiser ser científico? E que forma deve tomar

[4] Ver Blanke/Fleischer/Rusen, *Historik als akademische Praxis* (5)

[5] Como exemplo, pode-se remeter ao famoso artigo de Max Weber sobre a objetividade, cujas reflexões sobre o tipo-ideal foram (e ainda são) metodologicamente determinantes: Die 'Objektivität' sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis, in: M. Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (3).

essa prestação, para poder ser reconhecida como um modo de pensar que a ciência da história integre em seu potencial de racionalidade?

Sem antecipar o que se tratará mais adiante, esbocemos duas tarefas da teoria da história que hoje se impõem: primeiramente, a de inserir sistematicamente as reflexões metateóricas na ciência da história e, em segundo lugar, a de precisar a função dessas reflexões para a práxis da pesquisa e da historiografia.

A primeira tarefa é, atualmente, urgente, uma vez que uma série de problemas é debatida como especificamente ligada a uma teoria da história sem que sua interdependência e alcance sejam adequadamente tratados. O termo "teoria" acaba por abranger uma massa de argumentos muito heterogêneos, oriundos de campos tão diversos como a metodologia, a teoria do conhecimento, a filosofia da história, a hermenêutica, a crítica das ideologias, a sociologia da ciência e suas várias superposições interdisciplinares, todos pretendendo abordar o núcleo do que os historiadores consideram ser a essência de sua especialidade. Tem-se rapidamente a impressão de uma certa arbitrariedade das questões postas e das correlações entre as linhas de argumentação. Falta um ordenamento sistemático que permita ver na teoria da história um campo de conhecimento com contornos próprios e deixe claro ser possível e mesmo necessário elaborá-la como resultado efetivo de uma investigação científica. Para tanto, um mero trabalho de classificação dos problemas já suscitados não basta. É preciso delimitar com rigor a consistência e a coerência internas dos modos de pensar próprios à teoria da história, decorrentes de uma questão principal: quais são os princípios do pensamento histórico e como esse pensamento se explica a partir deles?

Como se trata de expor o contexto sistemático das principais questões da teoria da história, este livro não se dedica a expor os pontos de vista teóricos correntes e a contrapô-los criticamente. Ele se concentra na exposição sistemática dos problemas que, em si, pertencem ao campo da teoria da história. Nessa sistematização levar-se-ão em conta as posições teóricas assumidas no debate contemporâneo. Advirta-se, no entanto, que não há a intenção de produzir uma monografia exaustiva de todas as questões sistemáticas abordadas. Propõem-se "elementos" que permitam explicitar o

contexto em que se encontram os principais problemas da teoria da história. A construção desse contexto sistemático evitará tanto a forma de uma bateria de questões sem respostas quanto a ilusão compendiária de um elenco completo de respostas que excluiria quaisquer outras perguntas.

A segunda tarefa decorre diretamente da primeira, pois as diversas formas de argumentação referidas só podem ser inseridas na unidade de uma cadeia consistente de problema e argumentação quando esta tiver uma finalidade clara, compatível com sua função peculiar no âmbito do pensamento histórico. Essa função deve caracterizar a teoria da história como uma reflexão específica sobre o pensamento histórico, mediante a qual a tensão existente entre (auto)reflexão e realização prática do pensamento histórico – a que se fez referência anteriormente – pode ser transformada numa divisão de trabalho com resultados promissores, compartilhando uma finalidade abrangente comum. Essa finalidade, essa intenção de exercer uma função orientadora da reflexão teórica sobre a história, na sua relação com a prática, está contida nesta teoria da história. No mais tardar, desde Droysen ela possui esse significado de uma forma de reflexão do pensamento histórico que, como "teoria", é necessária para a formulação e a fundamentação do caráter científico especializado da história.

As duas questões postas acerca da sistemática e da função da teoria da história geram dificuldades. A tentativa de delimitar sistematicamente o objeto da teoria da história conduz inevitavelmente a uma visão globalizante que, com freqüência, privilegia os grandes contextos, em detrimento dos pormenores. Será necessário pilotar a reflexão com todo cuidado entre os dois extremos: prejuízo do conjunto pelo excesso de pormenores, de um lado, e fragmentação do conjunto pela transferência da sua diversidade para os pormenores, de outro.

Determinar a função da teoria da história também não se faz sem correr riscos. Esses riscos estão justamente no ponto em que as perspectivas empíricas e normativas se sobrepõem, no processo de definição dos princípios diretores do conhecimento científico. Uma teoria da história que tratasse de um conhecimento histórico ainda não produzido, mas que deveria sê-lo (desde que os historiadores se tenham convencido da plausibilidade dos argumentos da teoria

da história), teria perdido totalmente o sentido da realidade do pensamento histórico na ciência da história. De outro lado, a teoria da história soçobraria acriticamente nessa mesma realidade, se se limitasse a reproduzir o que ela já é. Os princípios do pensamento histórico, determinantes da história como ciência, não são recuperados com clareza na pesquisa e na historiografia. Eles estão mesclados num mundaréu de formas de pensar a história, de abordagens metódicas, apresentações historiográficas, intenções e finalidades veladas ou explícitas, não raro controvertidas em suma, em uma grande diversidade de manifestações empíricas. Não se conseguirá extrair delas os princípios teóricos sem decisões normativas sobre o que lhes é típico e indispensável, sobre o que é importante ou não, sobre o que é mais ou menos bem sustentável.

Se se desconsiderar a práxis do pensamento histórico na ciência da história em benefício de uma proposta normativa do que a história como ciência deveria ser, elaborar-se-ia uma teoria da história que talvez pudesse pretender possuir a pureza dos princípios, mas que teria contra ela a normatividade da prática. Tal teoria não resistiria à pressão da experiência do conhecimento histórico já acumulada pela história como ciência. Se a teoria se submetesse cegamente a essa experiência acumulada, contudo, capitularia diante da riqueza empírica da pesquisa histórica, sem conseguir resistir à pressão normativa de uma reflexão sobre princípios. Pois o pensamento histórico está presente, na diversidade empírica da pesquisa histórica e da historiografia, na forma de concepções extremamente diferenciadas, contraditórias mesmo. Os resultados de uma investigação dos princípios do pensamento histórico que apenas constatasse essa diversidade, sem tentar estabelecer, comparativamente, que concepção dispõe dos melhores argumentos, seriam totalmente insatisfatórios.

Na determinação da função da teoria da história devem ser resolvidos dois problemas: de um lado, evitar o abuso de querer prescrever o procedimento da práxis do pensamento histórico, sob o pretexto de que seus próprios princípios assim o exigem, mas que não seria corretamente praticado por falta de conhecimento suficiente desses mesmos princípios. De outro lado, os procedimentos concretos do pensamento histórico-científico têm de buscar seu

aperfeiçoamento estrutural, inclusive mediante a reflexão sobre si mesmos.

A tentativa de sistematizar e de determinar a função da teoria da história que este livro apresenta tem por intenção demonstrar que a "razão" é a força motora do pensamento histórico na história como ciência e isso de tal forma que ela esteja presente mais intensamente na atividade cognitiva da ciência da história. "Razão" significa aqui algo de elementar e genérico no pensamento histórico, algo que é totalmente natural para qualquer historiador: é "racional" todo pensamento histórico que se exprima sob a forma de uma argumentação. Ele não se contenta em apenas afirmar alguma coisa sobre o passado da humanidade, mas indica sempre as razões para tanto, por que se deveria aceitar tal afirmação e por que as que dizem outra coisa não convenceriam. "Razão" quer, pois, designar o que caracteriza o pensamento histórico que se processa na forma de um debate movido pela força do melhor argumento. Uma teoria da história que destaque (e, com isso, reforce) essa força é, simultaneamente, ambiciosa e modesta. Ambiciosa, na medida em que se insere no pensamento histórico como fator de racionalidade – seu trabalho reflexivo deve ser parte integrante da fundamentação argumentativa que faz a racionalidade do pensamento histórico. Modesta, porque nada mais faz do que pôr em evidência o que os historiadores já praticam quando argumentam uns com os outros (o que também pode querer dizer, quando divergem uns dos outros), com a convicção de contribuir, assim, para a melhoria qualitativa do conhecimento histórico.

Esta intenção da racionalidade é também expressa pela fórmula "uma" teoria da história, e não "a" teoria. É certamente necessário desenvolver sistematicamente as questões da teoria da história em articulação com a práxis da pesquisa histórica e da historiografia. Essa sistematização deve evitar, todavia, que, ao se reforçar o potencial de racionalidade do pensamento histórico, se cristalize a dinâmica do debate em resultados "definitivos". A sistematização das tarefas da teoria da história e a formulação sistemática de soluções somente seriam adequadas funcionalmente se se considerar apenas uma etapa de um caminho a ser continuado, cuja direção só se pode descobrir à medida que é percorrido.

Trata-se, por conseguinte, de expor os princípios do pensamento histórico, determinantes para a história como ciência, como princípios de uma racionalidade que arbitre o conflito das opiniões com as armas do melhor argumento. Nesse sentido, a relação de uma teoria da história, consciente de suas dificuldades práticas, com a práxis da pesquisa empírica e da historiografia, consciente de suas dificuldades teóricas (de seu déficit reflexivo), pode ser comparada, metaforicamente, com a relação entre uma servidora e sua senhora. Para não aparentar falsa modéstia, pode-se utilizar, para caracterizar essa relação, uma expressão de Kant: não uma servidora que carrega, por trás, a cauda do vestido de sua senhora, mas sim que leva, à frente, a lâmpada que ilumina o caminho (com essa fórmula, Kant referia-se à relação da filosofia com a teologia).[6] Isso não quer dizer, por certo, que toda luz na ciência da história provenha da teoria da história, mas apenas que as coisas ficam mais claras quando o pensamento histórico reconhece sua aptidão à racionalidade também na operação de explicitar-se por seus princípios.

Se tudo isso é plausível, os próximos capítulos terão de demonstrá-lo. Não quero antecipar suas conclusões, mas apenas esboçar o roteiro argumentativo que estes seguirão.

O primeiro capítulo abrange o que se deve considerar como "fundamentos da ciência da história". Ter-se-á presente a função que a teoria da história exerce não apenas no campo específico da ciência da história, mas igualmente para além do círculo restrito da pesquisa histórica e da respectiva historiografia, sempre que a história for buscada e inquirida.

Os dois capítulos seguintes desenvolvem, então, os fundamentos sobre os quais se baseia o pensamento histórico-científico. Primeiramente expõem-se os processos intelectuais básicos que formam a consciência histórica humana. Nesse momento a história ainda não é abordada como ciência. Trata-se de seus pressupostos concretos na vida prática, suas raízes, por assim dizer, na vida humana concreta, com as quais a história nunca chega a romper e a partir das quais se constitui e cresce. Com o termo "raízes" quer-se dizer duas coisas: de um lado, as necessidades de orientação percebidas

[6] I Kant, *Der Streit der Fakultäten* A 26 (obra em dez volumes, editada por W. Weischedel), vol. 9, Darmstadt, 1968, p. 291.

pelos homens, agentes e pacientes, na experiência quotidiana do transcurso do tempo, em si mesmos e em seu mundo De outro lado, a elaboração de uma determinada idéia de "história", correspondente a essas necessidades de orientação, que vem influenciar decisivamente a orientação prática da vida, no tempo. Por fim, destacar-se-ão, nesses processos elementares e genéricos da consciência histórica, os componentes dos quais se constitui o modo especificamente científico do pensamento histórico: sua possibilidade radical de introduzir a razão como faculdade de fundamentar argumentativamente e sua capacidade de, com essa razão, enunciar a "história", a partir da experiência da mudança no tempo, como representação de um processo temporal significativo (isto é, apto a orientar).

O último capítulo aplica essas possibilidades ao modo específico de pensar a história como ciência e expõe-no na forma de um conjunto sistemático de princípios que regula metodicamente a argumentação basilar no âmbito do pensamento histórico. Com esses princípios, os fundamentos da ciência da história terão sido suficientemente elaborados para delimitar o desempenho e os resultados do uso da razão no manejo interpretativo da experiência histórica. Logo em seguida ao último capítulo da edição original, acrescentei, para a edição brasileira, um novo capítulo, que leva em conta o desenvolvimento do campo da teoria da história relativo aos paradigmas, em particular ao paradigma narrativo.

Capítulo 1

Tarefa e função de uma teoria da história

Uma coruja alemã

Tudo o que vejo vai mal.
Tudo o que penso, sem igual
Teoria, minha querida,
Mostra-me o caminho da vida

Adolf Glassbrenner
Neue Walpurgisnacht[1]

Auto-reflexão, como retorno ao processo cognitivo de um sujeito cognoscente que se reconhece reflexivamente nos objetos de seu conhecimento, é por certo um assunto que pertence ao trabalho quotidiano de qualquer historiador. Basta olhar para a própria práxis para se ver onde e como se pode alçar acima dela, tomando-a como base, refletir sobre ela, lidar com ela – para constatar que a auto-reflexão é, com efeito, um elemento vital no dia-a-dia da ciência. Não se pode de forma alguma pensar um processo histórico de conhecimento em que o próprio sujeito do conhecimento deixasse de debruçar-se sobre si mesmo. Poder-se-ia quase dizer que a auto-reflexão se efetua tanto melhor quanto mais completa for a apreensão da realidade pelo pensamento e sua interiorização. Justamente por ser assim é que o quotidiano do historiador constitui a base natural da teoria da história. Essa teoria não é mais que uma elabo-

[1] A. Glassbrenner, *Gedichte*, Berlim, 1870, 5ª ed. p. 199.

ração especial dessa constante reflexão do sujeito cognoscente sobre si mesmo. É em tal teoria que essa reflexão se efetiva, em correlação com o objeto primário do pensamento: a "história". A efetivação teórica ganha, no paralelo com a prática, amplitude e profundidade.

As reflexões dos capítulos seguintes estão concentradas em duas questões: o que é considerado, pela teoria, como "princípios" da ciência da história e que função possui uma teoria que reflete sobre esses princípios em sua relação direta com a ciência da história? Na primeira parte demonstrar-se-á que o olhar dos historiadores passa dos objetos de seu conhecimento científico a seus princípios, como eles surgem e para que são tematizados. O que a teoria analisa, como fundamento da ciência da história, não pode ser tratado independentemente das razões e das finalidades dessa atividade.

As considerações que seguem caracterizam a função prática que a teoria exerce (ou pode exercer) nos diversos campos de atividade do historiador. O fio condutor da argumentação é a intenção de descrever e demonstrar que a reflexão do pensamento histórico sobre seus fundamentos emerge do trabalho prático do próprio historiador, baseia-se nele e possui para ele significado. Embora a teoria vá além desse trabalho e conduza a seus pressupostos fundamentais, ela é necessária sempre que se tratar de fundamentar, justificar ou modificar, em suma, sempre que se tratar do sentido do trabalho histórico.

Objeto da teoria da história

A teoria da história articula-se com a auto-reflexão do pensamento histórico, que se processa no trabalho quotidiano da pesquisa histórica. As questões que surgem ao longo da pesquisa histórica e na historiografia desdobram-se, nesse processo, em questões fundamentais, relativas à história como ciência, em geral. Pode-se dizer que a perspectiva se amplia das árvores isoladas para a floresta: trata-se literalmente do todo, daquele todo que é a história como ciência. A teoria da história é, pois, aquela reflexão mediante a qual o pensamento histórico se constitui como especialidade científica.

Essa autoconstituição não se dá, no entanto, automaticamente, ou seja, sem um esforço específico de reflexão ao longo do trabalho com os próprios objetos. Isso porque os que se dedicam à pesquisa histórica e à historiografia têm de ser especialistas, necessitam saber manejar a especificidade científica do pensamento histórico de tal maneira que já não pensem nela, ao concentrar-se em seu trabalho de pesquisa, ao escrever e ao ensinar história.

A competência científica especializada constitui-se quando os diversos campos do passado humano são investigados e os processos históricos são expostos. Ninguém terá a abstrusa idéia de considerar possível uma competência científica como competência para pesquisar todos os setores possíveis da experiência histórica e para expô-la em uma história universal. Pelo contrário: a competência especializada efetiva-se sempre em campos particulares da pesquisa e da historiografia. É-lhe inerente, contudo, saber *que* se trata de campos particulares e contextos históricos – isto é, a faculdade de relacionar cada ponto examinado (em princípio) a um todo abrangente.

Essa faculdade não é adquirida, todavia, no mero trabalho de pesquisa sobre temas históricos particulares. Por isso a competência especializada do historiador começa com o estudo da história, a fim de formar uma visão do conjunto (mediante uma série de objetos e métodos selecionados). Uma vez formada a noção do todo segue a especialização, que sem prévia situação no conjunto seria sem sentido. Em suma: a visão do conjunto é necessária ao trabalho especializado competente em cada tema. A teoria é o plano da ciência da história em que essa visão é adquirida. A teoria cuida para que o conjunto da floresta da ciência especializada, como constituição estrutural do pensamento histórico, não seja perdido de vista, nos múltiplos processos do conhecimento histórico, em benefício das árvores dos processos particulares de conhecimento.

Os resultados reflexivos de uma especialidade como a teoria da história sempre foram produzidos no âmbito da profissionalização dos historiadores. Sobretudo os grandes textos o mostram claramente: a teoria da história de Droysen parte da questão de saber "como se tem de estudar a história, como se deve começar, o que se deve fazer, a fim de se tornar historiador". E a resposta de Droysen é "uma exposição sistemática do campo e do método

de nossa ciência".[2] Intenção semelhante encontra-se nas *Considerações sobre a história universal*, de Jakob Burckhardt, com as quais o autor tenciona fornecer "dicas para o estudo histórico", ao abordar os critérios básicos da interpretação e algumas outras questões, com os quais busca apreender e abranger a totalidade do campo do conhecimento científico.[3]

Mas o que a teoria da história põe em evidência como "a totalidade" da ciência da história?

Nas suas formulações anteriores, a teoria da história buscou efetivamente apresentar uma visão panorâmica do campo inteiro do pensamento histórico, com o caráter de uma enciclopédia.[4] À maneira de um manual, ela difundiu os resultados obtidos até então pela pesquisa histórica e fixou, ao mesmo tempo, os critérios determinantes dessa pesquisa, as regras da historiografia e, de forma esquemática, a história do pensamento histórico e de sua historiografia. Com a aceleração do progresso do conhecimento, que se constata no desenvolvimento da ciência da história já há bastante tempo, esse tipo de apresentação enciclopédica tornou-se problemático, se não impossível. Nesse caso, a teoria da história ficaria para trás do progresso cognitivo e trataria da ciência da história numa roupagem ultrapassada. No entanto, se não se devem perder de vista, na multiplicidade dos conhecimentos obtidos pela ciência da história e na variedade dos recursos metódicos, procedimentos de pesquisa e técnicas de exposição por ela desenvolvidos, os fatores gerais e fundamentais do pensamento histórico que formam a constituição da ciência da história, então seu tratamento tem de ser completamente diverso do enciclopédico. Necessita-se de alto grau

---

[2] Droysen, *Historik*, vol. 1 (4), p 3 (ed. Leyh).

[3] J Burckhardt, *Weltgeschichtliche Betrachtungen*, in. R Stadelmann (ed.), Pfullingen, 1949, p 23 (Obras Completas, vol VII, p 1), edição crítica: J Burckhardt, *Uber das Studium der Geschichte*, in: P Ganz (ed.), Munique, 1982, p 225. Uma interpretação das "Considerações sobre a história universal" como produto da reflexão do tipo de uma teoria da história pode ser encontrada em meu artigo Die Uhr, der die Stunde schlägt. Geschichte als Prozess der Kultur bei Jakob Burckhardt, in· Faber/Meier (eds.), *Historische Prozesse* (3), p. 186-217.

[4] Para o desenvolvimento da teoria da história, cf. W Hedinger, Historik, in· Ritter (ed.), *Historisches Wörterbuch der Philosophie* (2), vol. 3, col 1 132-1.137, e a visão de conjunto em Blanke/Fleischer/Rusen (5).

de abstração. A amplitude e o volume de tudo o que a ciência da história produz e em que ela se expressa têm de ser decantados para fornecer o essencial, o geral, o elementar, o fundamental.

A metáfora "constituição" indica em que sentido a riqueza cognitiva, a variedade metódica e a multiplicidade das formas de apresentação da ciência da história devem ser decantadas, de modo que a história possa ser vista como um conjunto especializado. Trata-se de remetê-la aos princípios e às regras do pensamento histórico, que possuem, na totalidade das operações do conhecimento histórico, um valor análogo ao de uma Constituição no sistema legal de uma sociedade.

A teoria da história tem de apreender, pois, os fatores determinantes do conhecimento histórico que delimitam o campo inteiro da pesquisa histórica e da historiografia, identificá-los um a um e demonstrar sua interdependência sistemática. E como a pesquisa e a historiografia nada têm de estático, cabe à teoria mostrar como esse sistema é um processo dinâmico. Seu objeto são os fundamentos e os princípios da ciência da história. O termo técnico para descrevê-lo é *matriz disciplinar*. Matriz disciplinar significa "o conjunto sistemático dos fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da ciência da história como disciplina especializada".[5]

Para tratar dos fatores e princípios que conformam a constituição específica da ciência da história, é mister abstrair dessa mesma

[5] Tomei esta expressão emprestada de Thomas Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo, Perspectiva, 1975, o importante posfácio da segunda edição inglesa está, em alemão, em Peter Weingart (ed.), *Wissenssoziologie*, vol. 1, Frankfurt, 1972. O significado desse trabalho para a teoria da história foi por mim estudado em pormenor em *Für eine erneuerte Historik. Studien zur Theorie der Geschichtswissenschaft*, Stuttgart/BadCanstatt, 1976, p. 45 ss. A categoria utilizada inicialmente por Kuhn, paradigma, também foi adotada na teoria da história. Ela pode ser considerada sinônima da expressão empregada por mim, "matriz disciplinar". Não tenho a intenção de meramente transpor as teses de Kuhn sobre a evolução histórica das ciências naturais para a ciência da história e apenas aplicá-las à teoria da história. Meu objetivo consiste em, com a ajuda de sua concepção de paradigma ou de matriz disciplinar, descrever o objeto específico da reflexão de uma teoria da história. Para essa finalidade, não faz diferença saber se o objeto próprio da teoria da história corresponde ao que Kuhn estudou no âmbito da teoria das ciências naturais.

constituição específica e reconstituí-la desde seus fundamentos (essa "reconstituição" nada tem a ver com uma reforma da história, mas diz respeito exclusivamente ao processo lógico-dedutivo). Com que ponto de vista, com que base é possível proceder a essa reconstituição? O melhor ponto de partida parece ser aquele que, na vida corrente, surge como consciência histórica ou pensamento histórico (no âmbito do qual o que chamamos "história" constitui-se como ciência). Esse ponto de partida instaura-se na carência humana de orientação do agir e do sofrer os efeitos das ações no tempo. A partir dessa carência é possível constituir a ciência da história, ou seja, torná-la inteligível como resposta a uma questão, como solução de um problema, como satisfação (intelectual) de uma carência (de orientação).

Pode-se chamar esse ponto de partida da reflexão sobre os fundamentos da ciência da história, resumidamente, de *interesses*. Trata-se do interesse que os homens têm – de modo a poder viver – de orientar-se no fluxo do tempo, de assenhorear-se do passado, pelo conhecimento, no presente. Interesses são determinadas carências cuja satisfação pressupõe, da parte dos que as querem satisfazer, que esses já as interpretem no sentido das respostas a serem obtidas. Tais interesses são abordados pela teoria da história a fim de poder expor, a partir deles, o que significa pensar historicamente e por que se pensa historicamente. A teoria da história abrange, com esses interesses, os pressupostos da vida quotidiana e os fundamentos da ciência da história justamente no ponto em que o pensamento histórico é fundamental para os homens se haverem com suas próprias vidas, na medida em que a compreensão do presente e a projeção do futuro somente seriam possíveis com a recuperação do passado.

O primeiro fator da matriz disciplinar da ciência da história é formado, por conseguinte, pelas carências fundamentais de orientação da prática humana da vida no tempo, que reclamam o pensamento histórico; carências de orientação que se articulam na forma de interesse cognitivo pelo passado.

A expressão "interesses" designa, assim, o ponto de partida que o pensamento histórico toma, na vida prática do quotidiano, ainda antes de se constituir como ciência. Enquanto tais, todavia, esses interesses ainda não são conhecimento histórico. O segundo

fator do pensamento histórico que pertence aos fundamentos da ciência da história decorre da resposta à pergunta: como é possível que se constitua algo chamado "história" quando as carências dos homens na prática de suas vidas no tempo são satisfeitas? Para tanto são decisivos determinados pontos de vista supra-ordenados, que articulam essas carências como interesse em certo conhecimento do passado, ou seja, como interesse em conhecer o passado historicamente. As carências de orientação no tempo são transformadas em interesses precisos no conhecimento histórico na medida em que são interpretadas como necessidade de uma reflexão específica sobre o passado. Essa reflexão específica reveste o passado do caráter de "história".

Se as carências de orientação no tempo são dirigidas ao pensamento sobre o passado, então são requeridos critérios de sentido. São estes que regulam o trato reflexivo dos homens com seu mundo e consigo mesmos. Eles decidem como deve ser interpretada a mudança do homem e de seu mundo, a fim de que se dêem orientações práticas da vida humana no tempo que tenham "sentido", sem o que as carências de orientação não poderiam vir a ser satisfeitas. Gostaria de empregar, para designar esses pontos de vista supra-ordenados acerca do passado, no âmbito dos quais este se constitui e é reconhecido como "história", o termo tradicional *idéias*. Idéias não querem dizer, aqui, algum tipo de instância significativa situada para além da práxis corrente da vida humana, mas sim critérios segundo os quais os significados se produzem nessa mesma práxis vital, somente com base nos quais os homens podem agir. O agir humano é sempre determinado por significados e é intencional; o mesmo vale mesmo se de outro modo – para as situações em que o homem é paciente. Idéias são os referenciais supremos que emprestam significado à ação e à paixão.[6] Elas servem à transformação de carências motivadoras em interesses (claramente identificáveis) em agir. Usando os termos de Max Weber, elas conferem aos "in-

[6] Paixão (*passio*) deve ser entendida aqui na acepção filosófica do termo: a ação de que tal sujeito humano é objeto (paciente), mesmo quando outro homem seja o agente (N do T)

teresses" a "direção" intencional que conforma a ação.[7] Elas organizam a interpretação que os homens têm de dar, de si mesmos e do mundo, ao quererem agir (ou modificar esse mundo).

Como critérios orientadores de sentido, tais idéias são os fatores que transformam as carências de orientação no tempo em interesses no conhecimento histórico. Elas constituem, assim, *as perspectivas gerais nas quais o passado aparece como história.* Elas formam modelos de interpretação para os quais as experiências da evolução temporal do homem e de seu mundo são transpostas e nos quais são integradas, se se deve agir intencional e significativamente com relação a elas. Experiências que podem ser interpretadas para se constituírem como orientadoras da práxis humana da vida no tempo são sempre experiências do passado. À luz das idéias que consistem em perspectivas gerais orientadoras da experiência, o passado adquire, como tempo experimentado, a qualidade do histórico. (Como exemplo dessa perspectiva geral, pode-se mencionar o conceito de progresso, que influencia até hoje o pensamento moderno.)

Tais idéias constituem o segundo fator da matriz disciplinar da ciência da história. Delas depende o que, como "história", integra o campo cognitivo da ciência da história (pois o mero fato de pertencer ao passado não faz de tudo algo de histórico). Delas depende o que o historiador já traz consigo, ao formular suas conjecturas e ao interrogar as fontes acerca do que ocorreu no passado. Sem tais perspectivas determinantes do que queremos propriamente saber, ao pesquisar as fontes do passado, estas em nada nos podem ajudar quanto ao que é ou foi a história que tencionamos fazer emergir delas.

Minha última observação leva ao fator seguinte de determinação dos fundamentos da ciência da história, pois sem existirem fontes não se pode reconhecer um passado que faça sentido como história. As perspectivas conjecturais e interrogativas têm de incluir as experiências concretas do tempo do passado, de modo que

[7] Max Weber, introdução a "Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen," in *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, vol. 1, Tubingen, 1922, 2ª ed., p. 252: "Interessen (materielle und ideelle), nicht Ideen, beherrschen unmittelbar das Handeln der Menschen. Aber die 'Weltbilder', welche durch 'Ideen' geschaffen wurden, haben sehr oft als Weichensteller die Bahnen bestimmt, in denen die Dynamik der Interessen das Handeln fotbewegte".

elas sejam conformadas, interpretativamente, no construto significativo de uma "história" e, com isso, possam agir eficazmente como fatores de orientação no tempo. É essa inclusão da experiência concreta do tempo do passado que constitui propriamente o processo do conhecimento histórico. E a forma com que opera determina, simultaneamente, o que a história é, como ciência especializada. Interesses e idéias são fatores de todo pensamento histórico. Eles não bastam para constituir a especificidade científica desse pensamento, mas determinam a ciência da história nos pontos em que ela se enraíza nos processos pré e paracientíficos da interpretação da experiência do tempo, em procedimentos da vida humana prática, sem os quais a história como ciência não seria possível. No entanto, quando interesses e idéias, como precondições – oriundas da vida prática – do pensamento histórico se efetivam na experiência concreta do passado, é no processo dessa efetivação que se constitui o que entendemos como "história" como especialidade científica. É nesse processo que se aplicam os métodos que, como regras da pesquisa empírica, caracterizam a forma específica do pensamento histórico. Essa especificidade torna-se científica à medida que as perspectivas quanto ao passado, oriundas de carências e orientadas por interesses, são trabalhadas pela pesquisa pautada por regras metódicas e transformadas em saber histórico com conteúdo empírico.

Os métodos da pesquisa empírica constituem o terceiro fator dos fundamentos da ciência da história. Como regulação do pensamento histórico, que lhe possibilitam produzir fundamentações específicas e lhe permitem assumir o caráter de pesquisa, eles por certo influenciam o modo pelo qual as perspectivas (idéias) são concebidas, uma vez que é mediante elas que o passado deve ser tornado cognoscível pela história como ciência particular. (Nem toda idéia é compatível com os requisitos metódicos de sua efetivação como conhecimento empírico). O mesmo vale para os fatores seguintes.

Mesmo quando perspectivas gerais quanto ao passado, orientadas por interesses, vêm a ser transformadas, mediante pesquisa, em conhecimento histórico empírico, o processo do conhecimento histórico não se esgota. Com efeito, o conhecimento científico obtido pela pesquisa exprime-se na historiografia, para a qual as

formas de apresentação desempenham um papel tão relevante quanto o dos métodos para a pesquisa. Nessas formas de apresentação, que devem ser distinguidas dos métodos da pesquisa, desembocam os processos de pesquisa do conhecimento histórico regulados metodicamente. Mesmo se elas, como fator do pensamento histórico com e sobre as fontes, sejam não raro negligenciadas, vistas como de pouca importância ou consideradas até como externas à ciência, fazem parte necessariamente do trabalho quotidiano do historiador e requerem ser tidas em conta como um quarto fator dos fundamentos da ciência da história. A obtenção de conhecimento histórico empírico a partir das fontes, pela aplicação de métodos, orienta-se, por princípio, a tornar-se historiografia. Com isso, ela mesma se constitui também produto da pesquisa histórica. Essa determinação historiográfica da pesquisa histórica científica tem de ser considerada na e pela análise dos fundamentos da ciência da história. Ela não é mera resultante dos demais fatores. Deve-se atribuir às formas de apresentação uma função tão fundamental quanto a que se atribui aos interesses, às idéias e aos métodos.

Com as formas de apresentação, o pensamento histórico remete, por princípio, às carências de orientação de que se originou. Ele se exprime, como resultado cognoscitivo, sob a forma da historiografia, com a qual volta ao contexto da orientação prática da vida no tempo. Com a historiografia, o pensamento histórico usa uma linguagem que deve ser entendida como resposta a uma pergunta. Originada em carências de orientação e enraizada em interesses cognitivos da vida prática, a ciência da história – com os resultados de seu trabalho cognoscitivo expressos historiograficamente – assume funções de orientação existencial que têm de ser consideradas como um fator próprio (quinto e último) de seus fundamentos, na medida em que se quer saber por que é racional fazer história como ciência e em que consiste essa "racionalidade". Pois se são carências de orientação no tempo que provocam o pensamento histórico e lhe conferem uma função relevante na vida, então a história como ciência e sua pretensão de racionalidade não podem ser explicadas e fundamentadas sem se levar em conta essa função. Não se pode caracterizar suficientemente o que é a história, em seus fundamentos, como ciência, se não se considerar a especi-

ficidade do pensamento histórico também na função de orientação, da qual afinal se originou.

A interdependência dos cinco fatores do pensamento histórico é patente: em conjunto, eles constituem um sistema dinâmico, no qual um fator leva ao outro, até que, do quinto, volta-se ao primeiro. Os diversos fatores são, pois, etapas de um processo da orientação do homem no tempo mediante o pensamento histórico.

Trata-se, é certo, de fatores que aparecem, em princípio, em todo pensamento histórico (sobretudo se se toma o termo "método" em sentido amplo). No entanto, articulados na matriz disciplinar da ciência da história, eles adquirem a especificidade que permite distinguir o pensamento histórico constituído cientificamente do pensamento histórico comum.

A concepção de uma matriz disciplinar como fundamento da ciência da história, aqui desenvolvida, não apresenta apenas a vantagem de permitir esboçar um quadro sinóptico das determina-

ções elementares do pensamento histórico que constituem a especificidade da história como ciência. Ela possui ainda duas outras vantagens: a) ela esclarece o contexto em que se relacionam a ciência da história e a vida prática dos homens no respectivo tempo; b) ela permite reconhecer que a história como ciência contribui para as mudanças na vida prática dos homens no tempo, e de que forma, e que essa interação é reconhecida, *post festum*, como "história". Vejamo-las:

a) Com a concepção de uma matriz disciplinar como fundamento da ciência da história, aqui desenvolvida, pode-se identificar onde e como a ciência da história é dependente do contexto prático da vida dos historiadores e do público interessado em história. Ficam claras duas constatações importantes: tanto a dependência da ciência da história com respeito aos processos de orientação no tempo que se efetivam no âmbito pré ou acientífico da consciência histórica como sua relativa independência. É certo, por outro lado, que os interesses constitutivos do pensamento histórico como carências interpretadas de orientação no tempo não são questões internas próprias à ciência da história. Isso vale também para as funções de orientação existencial. Para o caráter científico do pensamento histórico são os métodos, como regras da pesquisa empírica. Esses métodos não são concebidos e desenvolvidos de forma totalmente independente das perspectivas orientadoras em que o passado humano aparece como história. É justamente no ponto em que os interesses se transformam em idéias que se pode fixar o limite de uma ciência especializada: essas idéias têm de ser relacionadas às experiências do tempo, no passado, a fim de que estas possam ser investigadas metodicamente. A elaboração metódica da experiência do tempo, no passado, em uma perspectiva orientadora que torna possível ver o passado como história, só aparece nas formas de apresentação (na historiografia). É nestas que a perspectiva orientadora com respeito ao passado toma a forma concreta de saber histórico. Essa forma de apresentação marca o outro limite da história como ciência especializada: é com

ela que o saber histórico adquire vida própria no contexto social da ciência da história; ela assume funções de orientação que não dependem mais só da história como ciência (embora as formas de apresentação exerçam, naturalmente, influência sobre que funções podem ou não caber ao saber científico elaborado cientificamente).

b) A concepção de uma matriz disciplinar como fundamento da ciência da história, proposta aqui, tem ainda a vantagem de uma dinâmica temporal interna. Ela permite esclarecer que, por que e como a história tem de ser reescrita, a cada vez que as condições de vida dos homens a que se refere tenham sofrido mudanças. Ela tampouco deixa que a reescrita apareça como uma falha ou fragilidade do caráter científico da ciência da história, garantindo, pelo contrário, que a história como ciência não apenas apreende a evolução temporal dos homens e de seu mundo, tal como se efetua na prática quotidiana dos historiadores e de seu público, como também deles recebe impulsos decisivos.

No âmbito, extremamente esquemático e abstrato, das regras do pensamento histórico, tem-se o ponto em que as funções da historiografia se referem ao interesse em conhecimento histórico é nesse ponto que a contemporaneidade do pensamento histórico se manifesta como inquietação por mudança. Novos interesses podem superar funções vigentes, de forma que o pensamento histórico, sob pena de tornar-se anacrônico, tem de modificar suas perspectivas orientadoras com respeito ao passado. Ele tem de ajustar-se a critérios de sentido novos, que levam a novas representações do que há de especificamente histórico na experiência do passado. Essas novas representações ensejam novas técnicas de pesquisa, de que resultam, por sua vez, novas formas de apresentação, que estariam, assim, em condição de exercer as funções requeridas pelos novos interesses. Fica claro, dessa forma, que a história como ciência reflete, em seus próprios fundamentos, a mesma evolução temporal dos homens e de seu mundo de que trata – *post festum*, obviamente – como história.

Como matriz disciplinar é elaborada, pois, uma rede de determinações fundamentais do pensamento histórico, com a qual se podem identificar e caracterizar a especificidade científica e a mutabilidade temporal desse pensamento. O primeiro elemento permite circunscrever a pretensão de racionalidade do pensamento histórico em sua forma científica e o segundo indica com clareza a evolução no tempo, a mobilidade dos acontecimentos, que – justamente – são tratados, retrospectivamente, como "história". Ambos os elementos são reconhecidos em sua correlação interdependente, de forma que a práxis do pensamento histórico (racional) é reconhecida, pelo menos, como um halo de racionalidade na parte desse pensamento que se intitula "história".

O significado da teoria da história para o estudo da história

A pergunta acerca da função da teoria da história na aquisição de competência profissional pode ser respondida sumariamente com a afirmação de que é dela que necessitamos se quisermos aprender a ver a floresta, ao invés de perdermo-nos em uma multidão de árvores. Em termos acadêmicos: no estudo de história, a teoria desempenha um importante papel na *profissionalização didática* dos historiadores. Esse papel consiste em transmitir aos historiadores em formação uma concepção sólida da especialidade profissional de sua ciência. O que significa isso com respeito ao estudo prático? Que problemas, no estudo de história, podem e devem ser resolvidos, de forma que a matriz disciplinar da ciência da história seja abordada e explicada metateoricamente? No que se segue gostaria de explicitar e concretizar a função didática de profissionalização da teoria da história para o estudo da história em seis pontos.

1. A teoria da história é necessária para solucionar o problema de uma introdução tecnicamente correta no estudo da história. Ela exerce, aqui, uma *função propedêutica.*

   As lacunas de uma introdução ao estudo da história, decorrentes da circunstância de que o conjunto da história é restringido pelo fato de que ela é produzida por especia-

listas, são conhecidas; não faltaram tentativas de superar essas lacunas mediante a integração das principais disciplinas especializadas em um todo orgânico, que então representaria a especialidade "história". Esse tipo de integração só dá certo, contudo, se for mais que uma mera justaposição, se se basear em princípios refletidos e perspectivas que constituam o todo da especialidade acadêmica "história". Essa especialização em geral é efetuada pela teoria da história. Ela não pode faltar na fase introdutória do estudo, em que são postos os fundamentos da competência especializada, pois esta não pode ser adquirida sem a competência reflexiva, única a permitir situar a (naturalmente indispensável) especialização na matéria no conjunto geral, sem o que o iniciante não poderá avaliar o grau de especialização que estuda.

2. A teoria da história é necessária para solucionar o problema de uma combinação eficaz de disciplinas diferentes. Ela exerce, aqui, uma *função de coordenação*.

   A teoria da história enuncia a especificidade, a função e os limites do conhecimento histórico em sua versão científica. Com isso ela torna possível uma coordenação sistemática de diversas disciplinas, em particular quando se trata de matérias cujas perspectivas orientadoras, campos de aplicação e métodos sejam complementares aos da história. Ao tornar inteligível a especificidade da história como disciplina, a partir de seus princípios, a teoria da história expõe, ao mesmo tempo, a necessidade e a capacidade de complementação da história. Dessa forma, a teoria impede uma confusão acrítica entre campos científicos, de um lado, e uma compartimentação estéril, de outro.

3. A teoria da história é necessária para solucionar o problema do subjetivismo diante da exigência de objetividade do pensamento histórico-científico. Ela exerce, aqui, uma *função motivadora*.

   As restrições da subjetividade tornam-se problema, no estudo da história, quando os estudantes entendem o pre-

ceito da objetividade como uma proibição de levar em conta seus próprios interesses sob a forma de carências subjetivas de orientação. Questões relativas ao sentido, mediante as quais se poderia articular a própria subjetividade no processo do conhecimento histórico, são amiúde descartadas como "ideológicas", ou seja, não científicas. Tomando-se isso como mandamento da objetividade especificamente científica, o pensamento histórico perde um potencial precioso de questões. Estímulos do pensamento histórico seriam banidos para a irracionalidade de formas alheias de pensamento e consciência. Diante desse risco, a teoria da história deixa claro que o pensamento histórico, também e sobretudo em sua forma especificamente científica, origina-se de carências de orientação no contexto social como de uma fonte de vida. E a teoria pode explicar essa situação de maneira tal que o estudioso da especialidade "história" não precise reprimir sua subjetividade, que também apresenta suas carências históricas de orientação, mas aprenda a ordená-la e inseri-la de forma compatível com a cientificidade do conhecimento histórico.

4. A teoria da história é necessária para solucionar o problema da gestão da quantidade de material de pesquisa. Ela exerce, aqui, uma *função organizadora* da obtenção do saber histórico.

   Os receios e as dificuldades dos estudiosos (e não apenas deles) diante da interminável massa do saber histórico são conhecidos. Nesse particular, a teoria da história pode despertar nos estudiosos a consciência de que é possível, e como, obter um saber orientador mediante um modelo interpretativo construído como teoria de maneira tal que a subjetividade do estudioso esteja incluída nesse saber. Com isso, os estudiosos apropriar-se-iam efetivamente de seu saber histórico, pois este exerce, para eles, uma função de orientação.

5. A teoria da história contribui para formar a capacidade de reflexão, sem a qual não se pode solucionar o problema

posto pela necessidade de conciliar, num trabalho científico de fôlego, os requisitos científicos e a economicidade do trabalho. Ela exerce, aqui, uma *função de seleção e fundamentação.*

As dificuldades mencionadas aqui se concentram na tarefa de tratar um tema tão exaustivamente quanto possível e de escrever um texto "legível", isto é, no qual haja tanta espontaneidade que sua leitura seja mais que uma mera (e pesada) obrigação. Pode-se chegar lá à medida que o tratamento das fontes e da bibliografia pertinente ao tema seja permanentemente acompanhado de uma reflexão sobre as próprias questões colocadas, sobre os resultados possivelmente decorrentes dessas questões, sobre os procedimentos metódicos mais adequadas às questões e, por fim, sobre os efeitos de orientação dos resultados esperados. Essas reflexões podem ser sistematizadas no âmbito de uma teoria da história. Com seu auxílio, o esforço de fundamentar os procedimentos de pesquisa é facilitado, o caráter argumentativo do trabalho é reforçado e sua qualidade científica, aumentada. Ao mesmo tempo, logra-se manter o controle sobre o volume de material pesquisado, extraindo dele o conjunto de informações essenciais ao tema. (Não é raro que a extensão de trabalhos científicos de história esteja em proporção inversa à capacidade reflexiva do autor.)

6. A teoria da história é necessária para solucionar o problema de como os estudiosos poderiam levar em conta, já durante o estudo, sua futura prática profissional. Ela exerce, aqui, uma *função mediadora.*

A teoria da história trata do complexo contexto formado pelas carências de orientação pré e paracientíficas da vida humana prática, pelo modo científico próprio do pensamento histórico e pelas funções de orientação que este exerce. A teoria põe em evidência, pois, que a obtenção de competência profissional não é um processo de aprendizado que abstraia da vida humana concreta e que se refugie numa espécie de torre de marfim científica, mas sim, pelo contrário, que requer a produção de resultados que possuam

relevância prática. A teoria lança, por conseguinte, uma ponte – mesmo se construída do material um tanto rarefeito da reflexão sobre os princípios – entre o estudo e a profissão, sobretudo nos pontos em que a vida profissional parece ficar longe da prática científica. Como tais correlações são abordadas do ponto de vista da racionalidade do pensamento histórico, a mediação operada pela teoria entre ciência e profissão não pode reduzir-se a uma mera instrumentalização da ciência em benefício da profissão, nem se voltar para a ciência "pura" em detrimento da aplicação dos conhecimentos por ela produzidos no contexto social do pensamento histórico.

Tendo presentes todas essas funções, em conjunto, pode-se entender o que significa dizer que a teoria da história permite apreender a floresta, em vez de uma multidão de árvores. Sua contribuição mais importante para o estudo da história poderia consistir no fato de que os estudiosos aprendem, no processo mesmo de obtenção da competência profissional, a não dissociar sua própria subjetividade da objetividade do pensamento científico, mas sim a empregá-la frutiferamente na construção dessa objetividade. A teoria da história pode auxiliá-los, pois, a assegurar uma porção de independência intelectual no trato da experiência histórica.

O significado da teoria da história para a pesquisa histórica

As funções tratadas no item anterior desempenham, na pesquisa, um papel semelhante ao que têm no estudo, pois a pesquisa histórica não é concebível, para aqueles que a fazem, sem a reflexão sobre o processo de investigação.

A teoria da história tem assim uma função propedêutica à pesquisa: ela profissionaliza as novas gerações de profissionais da ciência, ao lhes apresentar o quadro dos fundamentos da ciência da história de que depende o valor relativo e a possível relevância de cada projeto particular de pesquisa, no conjunto da disciplina. (Também os pesquisadores, absorvidos por suas árvores, tendem a perder a floresta de vista.) A teoria da história exerce, igualmente, uma função

de coordenação para a pesquisa: ela fornece os critérios, próprios à disciplina histórica, de acordo com os quais teorias, métodos e conhecimento empírico de outras ciências podem ser frutíferos no âmbito da ciência da história. Ela serve também para adaptar os resultados de outras ciências aos interesses da pesquisa histórica. Reflexões como as que produz a teoria da história são indispensáveis para entender as carências históricas de orientação oriundas da vida prática dos homens que se dirigem à ciência da história e que são por esta assumidas e transpostas para os objetivos da pesquisa. É comum que isso ocorra de modo inconsciente, mas tão logo o processo seja consciente, as reflexões típicas da teoria da história tornam-se presentes. Os interesses em determinadas orientações temporais da vida prática não são, por si sós, interesses que levem a conhecimentos históricos frutíferos (ao revés, podem até impedir sua obtenção); eles precisam ser canalizados para os mecanismos motrizes do progresso cognitivo da ciência da história. Para esse fim concorre o saber elaborado pela teoria da história acerca da interdependência entre as carências de orientação da vida prática e o pensamento histórico especificamente científico. No sentido mais amplo do termo, a teoria da história assume também para a pesquisa uma função motivadora. A função de organização do saber disponível para a formulação de novas questões e a função de seleção e fundamentação do novo saber histórico obtido são também patentes – pois, na medida em que se tem de recorrer, na pesquisa, aos princípios do pensamento histórico, a teoria da história está sempre presente.

As funções referidas resultam do prolongamento do estudo na pesquisa. O processo de progresso cognitivo operado pela pesquisa histórica é confrontado, pela teoria da história, com um problema novo, característico da pesquisa: de que modo se opera, no processo mesmo do progresso, uma evolução dos fundamentos da ciência da história. Com respeito a essa evolução, a teoria da história exerce uma função que vai, qualitativamente, além das finalidades até agora abordadas. No processo das mudanças fundamentais na ciência da história, ela exerce uma *função teórica de fundamentação*. Com isso, ela produz um progresso cognitivo de nível superior. O que significa isso?

O processo característico de progresso cognitivo na pesquisa histórica dá-se, em geral, sob o influxo de perspectivas (idéias) universais constantes e, conseqüentemente, em obediência às mesmas regras metódicas. A conjunção de ambas permite a extensão e o aprofundamento do conhecimento de determinado campo da experiência histórica. Quando, porém, novas carências de orientação acarretam novas perspectivas orientadoras com respeito ao passado, das quais resultam novos métodos de esclarecimento da experiência histórica, o conhecimento histórico passa por uma modificação qualitativa de monta. Se é simples e convincente falar de progresso cognitivo mediante a pesquisa histórica, quando as perspectivas e os métodos permanecem constantes, parece menos plausível, à primeira vista, chamar de "progresso cognitivo" às mudanças que sofre o conhecimento histórico quando os fundamentos da ciência da história se modificam. Isso porque não é garantido que, sempre que se modificam as perspectivas orientadoras acerca do passado humano, que se articulam como história, o conhecimento histórico se aperfeiçoe. De início, ele apenas se reestrutura.

Só se poderia falar de um aperfeiçoamento no sentido do progresso cognitivo se as mudanças nos fundamentos da ciência da história se dessem mediante argumentação, ou seja, nem casual nem arbitrariamente. A casualidade e a arbitrariedade prevaleceriam se se concebessem as reestruturações do pensamento histórico, com as quais a ciência da história reage às mudanças temporais do contexto da vida prática, como meras alterações das preferências sobre os temas de pesquisa. Na realidade alteram-se não só as preferências, mas também a própria "história" como objeto da pesquisa e, sobretudo, os métodos da pesquisa histórica. Com efeito, as mudanças nos fundamentos da ciência da história representam um enorme desafio para os historiadores. Um dos sinais dessas mudanças surge sob a forma de um debate, e mesmo de uma polêmica, entre os historiadores acerca dos fundamentos de sua disciplina. As modificações na matriz disciplinar da ciência da história processam-se, por conseguinte, mediante a comunicação argumentativa entre os historiadores como pesquisadores, e a teoria da história é o âmbito em que essa argumentação se efetua.

Visto que não ocorrem, como por força de algum destino, fora da prática racional dos cientistas envolvidos, mas exclusivamente

nas operações racionais dos historiadores e mediante elas, as mudanças nos fundamentos da ciência da história podem ser consideradas um progresso cognitivo. Trata-se, no entanto, de um progresso cognitivo de nível superior, pois realiza-se em um plano diverso daquele em que se opera o conhecimento com o pressuposto de fundamentos (relativamente) constantes. A condição para esse progresso cognitivo de nível superior é a teoria da história, pois ela se define como explicação argumentativa dos fundamentos da ciência da história; é nela que esses fundamentos ganham expressão argumentativa própria. Na medida em que tematizam e explicitam os fundamentos da ciência da história, a teoria da história habilita-os a ser, por sua vez, fundamentados, o que abre a possibilidade de sua evolução: ela os abre à mudança decorrente da força de argumentos melhores.[8]

O significado da teoria da história para a historiografia

A historiografia, como produto intelectual dos historiadores, passou a segundo plano relativo à proporção que a pesquisa ocupou o primeiro lugar no conjunto das operações do pensamento histórico determinantes para a constituição da história como ciência. Com efeito, a pesquisa domina o campo de atuação dos historiadores a tal ponto que a escrita da história acabou relegada a uma posição secundária, quando não deixada de lado. Essa forma de considerar o papel e o peso da historiografia na constituição científica do pensamento histórico é criticada pela teoria da história: ela tematiza as formas de apresentação como fator próprio dos fundamentos da ciência da história e valoriza a historiografia como um campo específico da autodefinição da ciência da história, qual a versão profissional científica peculiar do pensamento histórico deve ser destacada.

A teoria da história não é uma teoria da arte de escrever história, mas enuncia os princípios que consignam a pretensão de racionalidade da ciência da história de forma tal que eles valham

[8] Esta função da teoria da história é desenvolvida por Rüsen, *Für eine erneuerte Historik*, p. 182 ss

também para a historiografia. Com isso, a teoria tem, para os resultados da pesquisa histórica formalizados na historiografia, as mesmas funções tanto para o estudo como para a pesquisa. Na historiografia, a teoria produz as mesmas reflexões que formulam os princípios orientadores do trabalho de estruturação da apresentação historiográfica, na qual se organiza o conjunto dos resultados científicos do pensamento histórico. Sempre que a historiografia trata dos princípios da formulação do saber histórico obtido pela pesquisa científica e toca nas questões da combinação de campos e modos diversos de conhecimento, da articulação de interesses subjetivos, do domínio e integração do material de pesquisa, da seleção e fundamentação de perspectivas, a teoria da história assume as mesmas funções já descritas para o estudo e para a pesquisa. Ela estende suas funções, a didática de profissionalização e a teórica de fundamentação ao campo da historiografia.

A teoria ganha, com isso, uma nova função para esse campo, qualitativamente diversa: quando o saber histórico, como resultado da pesquisa, é dirigido aos destinatários da historiografia, a teoria serve para destacar a pretensão de racionalidade própria a esse tipo de saber. Pode-se então falar de *uma função racionalizadora da pragmática textual* exercida pela teoria da história na historiografia. Isso significa que os princípios da razão histórica que constituem a história como ciência (e que são apreendidos e formulados pela teoria da história como princípios do estudo e da pesquisa) têm igualmente de ser refletidos e empregados quando se tratar de redigir o saber histórico obtido pela pesquisa e de torná-lo acessível ao público destinatário.

A historiografia é, desse modo, parte integrante da pesquisa histórica, cujos resultados se enunciam, pois, na forma de um "saber redigido". A pesquisa completa-se na apresentação historiográfica de seus resultados. Essa trivialidade tem de ser lembrada porque a formulação não é um resultado imediato da pesquisa, mas uma operação específica própria, na qual a questão do público-alvo do saber histórico desempenha um papel importante. A função racionalizadora da pragmática textual da teoria da história consiste em assegurar que o ganho de racionalidade do pensamento histórico, realizado na pesquisa, não seja perdido na forma escrita da historiografia, quando os resultados da pesquisa são formulados em

função do público-alvo potencial. O trabalho de reflexão realizado pela teoria da história no âmbito da historiografia busca, pois, preservar o progresso do conhecimento, obtido na pesquisa, nas formas empregadas pela historiografia para transmitir os resultados dessa mesma pesquisa.

O que isso quer dizer, concretamente? Progresso cognitivo mediante pesquisa significa que os resultados obtidos por determinada pesquisa sempre podem, por princípio, vir a ser superados por uma pesquisa nova. Ora, se se escreve história a partir de resultados de pesquisa, a possibilidade da superação, a mutabilidade dos resultados de pesquisa ao longo do processo de progresso cognitivo não devem perder-se, mas ser transmitidas aos destinatários. Os resultados da pesquisa, na historiografia, não devem cristalizar-se em uma imagem definitiva dos tempos passados, pois perderiam o traço característico da racionalidade que os produziu. A racionalização da historiografia pela teoria da história significa que, na apresentação dos resultados de pesquisa, o recurso da argumentação discursiva – ao qual a pesquisa está sempre vinculada – não pode ser deixado de lado em benefício de imagens estáticas da história, infensas à análise crítica argumentativa do público. (A tentação de um recuo historiográfico da racionalidade própria à pesquisa é sempre fortíssima, na medida em que o público potencial do texto, regra geral, está em desvantagem, em termos de competência profissional, com relação ao autor, no que diz respeito à matéria tratada. É comum a tendência de transformar essa desvantagem, historiograficamente, em recursos de convencimento.)

As reflexões sobre os princípios do pensamento histórico determinantes para a história como ciência podem, no campo da historiografia, fazer com que a formulação historiográfica de resultados de pesquisa capacite seus destinatários a abordar a interpretação do passado que lhes é oferecida usando seu entendimento próprio, e não meramente pela imposição do entendimento do autor. Assegurar-se-ia, dessa forma, que também os destinatários (potenciais) e o público-alvo da historiografia não sejam excluídos da razão que os historiadores pretendem para si, pretensão que jamais poderiam ter se não supusessem que seus leitores, por princípio, também a possam possuir.

O significado da teoria da história para a formação histórica

Com a expressão "formação histórica" refiro-me aqui a todos os processos de aprendizagem em que "história" é o assunto e que não se destinam, em primeiro lugar, à obtenção de competência profissional. Trata-se de um campo a que pertencem inúmeros fenômenos do aprendizado histórico: o ensino de história nas escolas, a influência dos meios de comunicação de massa sobre a consciência histórica e como fator da vida humana prática, o papel da história na formação dos adultos como influente sobre a vida cotidiana – em suma, esse campo é extremamente heterogêneo. É nele que se encontram, além dos processos de aprendizagem específicos da ciência da história, todos os demais que servem à orientação da vida prática mediante consciência histórica, e nos quais o ensino da história (no sentido mais amplo do termo: como exposição de saber histórico com o objetivo de influenciar terceiros) desempenha algum papel.

À primeira vista parece estranho atribuir à teoria da história um papel qualquer também nesse campo do pensamento histórico, já que não se trata de operações intelectuais fundamentais para a história como ciência. Na melhor das hipóteses, admitir-se-ia que a teoria da história tenha a função de fornecer informações sobre a estrutura científica especializada do pensamento histórico, sempre que elas forem necessárias nesse campo heterogêneo da formação pré e paracientífica da consciência histórica (o que não acontece com freqüência). Essa restrição não se mantém, no entanto, quando se pensa que a teoria da história é, para a ciência da história, justamente a especialidade que reflete sobre seu enraizamento na vida prática e sua função nela – a partir da qual a ciência da história, por si e em sua autocompreensão, se abre para todos os processos que se designam, aqui, pela expressão "formação histórica". Na medida em que a teoria da história explicita que a relação da ciência da história com a vida prática de seu tempo não pertence a um recanto abstruso do pensamento histórico, intensifica-se sua função didática com respeito a essa vida prática. Ela orienta os resultados cognitivos da ciência da história para os processos de aprendizagem da formação histórica ao explicitar a função orientadora que o conhecimento histórico obtido e formulado tecnicamente sempre possui,

uma vez que, afinal de contas, origina-se das carências de orientação dessa mesma vida prática.

A teoria da história prolonga a função racionalizadora da pragmática textual que exerce na historiografia, uma vez que a faz valer também na formação histórica, na qual a historiografia (de qualquer forma que seja) é apreendida e o aprendizado da história é influenciado pelo ensino da história. A teoria da história assume, pois, no campo da formação histórica, uma *função didática de orientação*. A teoria da história torna-se, assim, uma didática, uma teoria do aprendizado histórico; ela transpõe a pretensão de racionalidade que o pensamento histórico em sua cientificidade possui para o enraizamento da história como ciência na vida prática, em que o aprendizado histórico depende sempre da razão.

Isso não quer dizer, contudo, que a teoria da história se insira numa teoria da didática da história, que só se possa aprender história racionalmente se os processos de aprendizagem histórica forem organizados como se se tratasse sempre da obtenção de competência científica. (Se assim fosse, uma formação propriamente histórica teria de começar necessariamente com um doutoramento, e os verdadeiros modelos exemplares de bem formados em história, ou seja, os peritos em orientação da vida prática no tempo seriam, por conseguinte, somente aqueles que passassem nos concursos especializados em história.) Antes, pelo contrário: a especialização decorrente da *cientificização* da história faz com que o produto historiográfico da pesquisa histórica não seja dos mais apropriados aos processos de formação da consciência histórica, nos quais não-historiadores aprendem a elaborar um sentido histórico para sua experiência da evolução temporal de si mesmos e de seu mundo. (Imagine-se, um momento, o que haveria em livros didáticos escritos exclusivamente por especialistas; seriam uma catástrofe didática – apesar do assentimento cordial de todos os que só julgam os livros didáticos a partir da presença dos últimos resultados da pesquisa – infelizmente, não serão poucos a assentir). Os resultados da pesquisa histórica precisam ser didaticamente transpostos, é certo, para as carências de orientação que os tornaram necessários. Naturalmente, a apresentação historiográfica dos resultados de pesquisa constitui uma tal transposição; no entanto, regra geral, ela não é didática, ou seja, intencionalmente redigida para ensinar

história mediante os processos de aprendizagem que formam a consciência histórica. No âmbito dessa transposição, a teoria da história é indispensável para preservar o aumento de racionalidade produzido pela pesquisa, em sua atividade extrínseca à vida quotidiana.

Essa função didática de orientação da teoria da história pode ser exemplificada com o ensino de história nas escolas. Trata-se de um equívoco comum (e não só dos historiadores, que não têm a menor noção do funcionamento das escolas, mas também – e infelizmente – de não poucos professores do 1º e 2º graus) organizar a disciplina "história", nas escolas, como uma miniatura da especialidade científica. O ensino de história é concebido, pois, como uma espécie de formação especializada, cujo alcance e objetivos são reduzidos à medida exata correspondente à diferença que existe entre um secundarista e um estudante de história. Abstraindo-se do fato de que esse tipo de ensino de história está para a ciência especializada na mesma relação que uma cópia malfeita para com uma tela de mestre, sua concepção tampouco corresponde à realidade: entre o ensinar e o aprender história na universidade e na escola há uma diferença qualitativa, que logo se evidencia quando se promove a reflexão sobre os fundamentos do ensino escolar de maneira análoga à que se faz com a teoria da história como disciplina especializada. Com isso obtém-se um quadro dos fundamentos do ensino de história – "currículo" é o termo técnico para designá-lo.[9] Vê-se de imediato que esses fundamentos distinguem-se da matriz disciplinar da ciência da história em pontos essenciais. Por exemplo, as perspectivas orientadoras e os métodos da pesquisa histórica são totalmente distintos das perspectivas orientadoras e dos métodos do ensino de história. De um lado, trata-se do quadro de referências da interpretação histórica (eventualmente sob a forma de teorias da evolução social) e de regras de procedimento, de acordo com as quais tais teorias são concretizadas pela experiência histórica (por exemplo, a reconstrução hermenêutica das intenções de ações humanas passadas ou o tratamento estatístico de mudanças econômicas); de outro lado, as perspectivas orientadoras são teorias do

[9] Cf R. Schörken, Der lange Weg zum Geschichtscurriculum. Curriculumverfahren unter der Lupe, *Geschichtsdidaktik 2* (1977), p. 251-270 e p. 335-353

aprendizado histórico que explicam o processo evolutivo da consciência histórica nos adolescentes, cujos métodos consistem em regras de procedimento de comunicação. É nessa comunicação que se forma, intencionalmente, a consciência histórica.

A diferença qualitativa existe não apenas entre a instituição "ciência da história" como disciplina especializada e o ensino de história na escola, mas também, e sobretudo, em todos os processos de aprendizagem no âmbito da formação histórica (deixando-se de lado o caso didático especial de que a própria história como ciência também é um processo de aprendizagem que precisa ser organizado didaticamente, malgrado a aversão que votam à didática universitária todos os que dela necessitam). Por causa dessa diferença qualitativa é igualmente necessária uma disciplina científica específica que se ocupe do ensino e da aprendizagem da história, na medida em que não são idênticos aos processos mediante os quais o conhecimento científico especializado da pesquisa histórica se efetiva: a didática da história. A questão de uma função didática especial da teoria da história pode ser circunscrita, pois, com o significado da teoria da história para a didática da história. Além da resposta já dada a essa questão, de que a teoria da história exerce uma função didática de orientação, não são necessárias outras considerações neste capítulo, que versa sobre o objeto e as funções básicas da teoria da história. Se a resposta está correta, uma explicitação da dimensão didática da ciência da história, que é inerente à sua pretensão de racionalidade, pertence às tarefas da teoria da história (e precisa ser abordada, por conseguinte, em um capítulo próprio).

Capítulo 2

Pragmática — a constituição do pensamento histórico na vida prática

O God! That one might read the book of fate!

Shakespeare, *Henrique IV*[1]

Muitas análises dos fundamentos da ciência da história que pretendem assumir o papel de uma teoria da história e dão valor a uma elaboração sistemática começam com definições genéricas do que é história e tratam, da perspectiva de como os reconhecer, dos princípios mais importantes do pensamento histórico.[2] Tal procedimento pressupõe a constituição científica específica do pensamento histórico como natural e não pergunta sobre sua origem nem sobre as razões de sua existência, porque ela é assim e não de outro modo. Ao definir-se, aqui, história como campo de aplicação do conhecimento histórico, trata-se, regra geral, da história entendida como o objeto próprio do pensamento histórico em seu modo especificamente científico. Por que isso se apresenta assim é raramente questionado, pois parece bem plausível que, à vista dos resultados cognitivos obtidos pela ciência da história, se tome por história o que os historiadores, no sentido mais amplo, entendem ser seu objeto. Para se investigar por que o conhecimento histórico assume um modo científico específico e explicar por que sua constituição científica se dá no modo de uma estrutura de pensamento e, ainda,

---

[1] Shakespeare, *Henrique IV*, parte II, ato 3, cena 1, verso 45.

[2] Assim, por exemplo, Faber, *Theorie der Geschichtswissenschaft* (4).

por que o conhecimento histórico se dá dessa e não de outra maneira, é estritamente necessário ir além dessas constatações e perguntar pelos fundamentos da ciência especializada que não se esgotam em sua mera existência factual.

Quem busca tais fundamentos é obrigado a pisar o solo instável da convicção relativamente difusa, pré-teórica e assistemática dos especialistas e encontrar, nele, razões seguras para fundamentar a plausibilidade da história como ciência. Tais razões podem ser encontradas nos pressupostos do pensamento histórico, que são tidos pelos historiadores como dotados de certa obviedade.

Não se pode tratar, por conseguinte, na fundamentação que se busca, do uso exclusivo de determinado saber, que entraria nos processos de reflexão, por assim dizer, do exterior. Pelo contrário, a questão está em evidenciar o que já se pressupõe como natural em tais reflexões desde o início e que, por isso mesmo, não recebe atenção particular. Esse pressuposto deve ser, pois, explicitado de tal forma que seja compreendido como algo que sempre se admitiu como natural – vale dizer, como pressuposto necessário, altamente consensual, do pensamento histórico em seu modo científico.

São as situações genéricas e elementares da vida prática dos homens (experiências e interpretações do tempo) que constituem o que conhecemos como consciência histórica. Elas são fenômenos comuns ao pensamento histórico tanto no modo científico quanto em geral, tal como operado por todo e qualquer homem, e geram determinados resultados cognitivos. Esses pontos em comum têm de ser investigados como genéricos e elementares, isto é, como processos fundamentais e característicos do pensamento histórico. Esses processos representam a naturalidade corriqueira que se deve sempre pressupor, quando se tenciona conhecer a história cientificamente.

A questão que nos interessa aqui pode ser explicitada mediante a seguinte consideração: o pensamento é um processo genérico e habitual da vida humana. A ciência é um modo particular de realizar esse processo. O homem não pensa porque a ciência existe, mas ele faz ciência porque pensa. Se se puder estabelecer que esse modo particular, científico, do pensamento humano está enraizado no pensamento humano em geral, ter-se-á um ponto de partida para

responder à pergunta: por que o pensamento se dá e se deve dar no modo científico?

Neste capítulo investigar-se-ão os fenômenos genéricos e elementares do pensamento histórico determinantes da história como ciência. Como "pensamento" é visto aqui como especificamente científico, pode-se falar em fenômenos da consciência histórica. A história como ciência deve ser uma realização particular do pensamento histórico ou da consciência histórica – e esse procedimento particular deve ser visto como inserido em seus fundamentos genéricos na vida corrente.

Para se saber o que significa conhecer historicamente de modo científico, é preciso esclarecer o que significa pensar historicamente. Tenciono, pois, analisar os processos mentais genéricos e elementares da interpretação do mundo e de si mesmos pelos homens, nos quais se constitui o que se pode chamar de consciência histórica. Buscar-se-á identificar, nesses processos, os momentos em que a histórica como ciência está "inserida".

O título "Pragmática" quer exprimir que as operações da consciência na vida corrente que se tenciona investigar e que se dão sempre que se pensa historicamente só são identificadas quando se analisa a vida quotidiana dos homens, no curso da qual tais operações se realizam. A peculiaridade dessas operações da consciência – poder-se-ia designá-las também como atos de fala – só se evidencia quando se reconhece qual sua "inserção na vida": por que ocorrem, que resultados alcançam na vida prática quotidiana dos que as realizam. As funções do pensamento histórico aparecem, à luz de uma análise desse tipo, não como algo relativo ao campo de aplicação exterior ao saber histórico, mas como algo intrínseco ao pensamento histórico, cuja estrutura e forma determinam de maneira marcante.

Esse tipo de problematização vai além da distinção entre teoria e práxis, entre conhecimento histórico no âmbito da ciência da história e aplicação desse conhecimento fora da ciência, e busca a conexão íntima entre o pensamento e a vida, na qual as operações da consciência histórica são reconhecidas como produtos da vida prática concreta. Somente a partir desse plano pode-se explicitar o que é "teoria" no sentido de um saber histórico obtido e constituído

cientificamente, em relação e em contraste com a práxis, na qual se faz uso dele.

Experiência do tempo e auto-identidade – a origem da consciência histórica

Que operações da vida quotidiana constituem a consciência histórica como fundamento de todo conhecimento histórico? Essa é a questão que orienta a presente tentativa de desvelar os fundamentos da ciência da história na vida quotidiana concreta e de constituir a história como ciência com base neles.

Para se chegar a esses fundamentos, é preciso demonstrar que o resultado obtido pela ciência da história, isto é, o conhecimento histórico, é um modo particular de um processo genérico e elementar do pensamento humano. Para tanto, é necessário extrair do produto cognitivo especificamente histórico tudo o que for próprio à sua particularidade científica; com isso, impor-se-á ao olhar o que nele houver de genérico e elementar. Como resultado desse processo abstrativo, que deve conduzir aos fundamentos da ciência da história, obtém-se, como grandeza genérica e elementar do pensamento histórico, a consciência histórica: todo pensamento histórico, em quaisquer de suas variantes – o que inclui a ciência da história –, é uma articulação da consciência histórica.[3] A consciência histórica é a realidade a partir da qual se pode entender o que a história é, como ciência, e por que ela é necessária.

No que se segue, analisar-se-á a consciência histórica como fundamento da ciência da história. Essa análise tem por premissa que nenhuma concepção particular da história, vinculada a tal ou qual cultura, seja pressuposta como fundamento da ciência da história (pois, se assim fosse, requerer-se-ia aquela concepção pela qual a ciência da história estaria plenamente constituída, o que acarretaria que esta seria o fundamento de si própria). A consciência histórica será analisada como *fenômeno do mundo vital*, ou seja,

[3] Cf., a esse respeito, sobretudo, Jeismann, *Geschichtsbewusstsein* (6) e também U Becher/J Rusen, *Geschichtsbewusstsein*, em M. e S. Greiffenhagen/R. Praetorius (eds.), *Handwörterbuch zur politischen Kultur der Bundesrepublik Deutschland*, Opladen, 1981, p. 180-183

como uma forma da consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática.[4] É este o caso quando se entende por consciência histórica a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.

Pressuposto dessa definição e pilar de toda a argumentação seguinte é a tese de que o homem tem de agir intencionalmente para poder viver e de que essa intencionalidade o define como um ser que necessariamente tem de ir além do que é o caso, se quiser viver no e com que é o caso. A consciência histórica está fundada nessa ambivalência antropológica: o homem só pode viver no mundo, isto é, só consegue relacionar-se com a natureza, com os demais homens e consigo mesmo se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas sim interpretá-los em função das intenções de sua ação e paixão, em que se representa algo que não são. Com outras palavras: o agir é um procedimento típico da vida humana na medida em que, nele, o homem, com os objetivos que busca na ação, em princípio se transpõe sempre para além do que ele e seu mundo são a cada momento. Na linguagem da tradição filosófica, o superávit intencional do agir humano para além de suas circunstâncias e condições foi denominado "espírito". Pode-se falar também, contudo, de carência estrutural do homem. Ela se caracteriza pelo fato de que a satisfação de determinadas carências é sempre também um processo de produção de novas carências.[5]

Pode-se caracterizar e explicar essa constatação antropológica de um superávit de intencionalidade do homem como agente e paciente de mil e uma maneiras. Nosso interesse aqui se restringe ao fato de que esse superávit inclui uma relação do homem com seu tempo, na qual se enraízam as operações práticas da consciência

[4] Sobre o termo "mundo vital", ver E. Husserl, *Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendentale Phanomenologie*, Den Haag, 1962; P. Janssen, *Geschichte und Lebenswelt Ein Beitrag zur Diskussion zu Husserls Spätwerk*, Den Haag, 1970; Berger/Luckmann, *Die gesellschaftliche Konstruktion der Wirklichkeit* (6); Schutz/Luckmann, *Strukturen der Lebenswelt* (6).

[5] Assim, por exemplo, na antropologia de Karl Marx, como exposta no capítulo sobre Feuerbach na "Ideologia alemã" (cf. edição crítica do texto em *Deutsche Zeitschrift für Philosophie*, 14 (1966), p. 1 199-1.254, especialmente p. 1.211).

histórica que são pesquisadas. Pois esse superávit tem uma relevância temporal: ele se manifesta sempre de modo todo especial quando os homens têm de dar conta das mudanças temporais de si e do mundo mediante seu agir e sofrer. Nesse momento tais mudanças tornam-se conscientes como experiências perante as quais o homem tem de formular intenções, para poder agir nelas e por causa delas. O homem necessita estabelecer um quadro interpretativo do que experimenta como mudança de si mesmo e de seu mundo, ao longo do tempo, a fim de poder agir nesse decurso temporal, ou seja, assenhorear-se dele de forma tal que possa realizar as intenções de seu agir. Nessas intenções há igualmente um fator temporal. Nelas o homem vai além, também em perspectiva temporal, do que é o caso para si e para seu mundo; ele vai, por conseguinte, sempre além do que experimenta como mudança temporal, como fluxo ou processo do tempo. Pode-se dizer que o homem, com suas intenções e nelas, projeta o tempo como algo que não lhe é dado na experiência. (Tomemos um exemplo radical: ele projeta para si uma era dourada e sabe que vive num tempo de ferro; ou sonha com sua própria imortalidade, a exemplo dos deuses eternamente jovens, e sabe, pela experiência, que tem de morrer.)

Naturalmente, a divergência entre tempo como intenção e tempo como experiência não deve ser pensada de forma tão dicotômica como foi exposto aqui. Na realidade, ambos os momentos mesclam-se; decisivo é que se possa distinguir com clareza, nessa mescla, os dois tipos de consciência do tempo (chamados, aqui, de "experiência" e "intenção"). Nessa distinção funda-se uma dinâmica da consciência humana do tempo na qual se realiza o superávit de intencionalidade do agir (e do sofrer) humano mencionado anteriormente.

A consciência histórica é, assim, o modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana. (O termo "vida" designa, obviamente, mais do que o mero processo biológico, mas sempre também – no sentido mais amplo da expressão – um processo social.) Para essa forma de consciência, é determinante a operação mental com a qual o homem articula, no processo de sua vida prática, a experiência do tempo com as intenções no tempo e estas com aquelas. Essa operação pode ser descrita como *orientação do agir (e do sofrer)*

humano no tempo. Ela consiste na articulação de experiências e intenções com respeito ao tempo (poder-se-ia mesmo falar de tempo externo e tempo interno): o homem organiza as intenções determinantes de seu agir de maneira que elas não sejam levadas ao absurdo no decurso do tempo. A consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo. Esse trabalho é efetuado na forma de interpretações das experiências do tempo. Estas são interpretadas em função do que se tenciona para além das condições e circunstâncias dadas da vida.

Pode-se descrever a operação mental com que a consciência história se constitui também como *constituição do sentido da experiência do tempo*. Trata-se de um processo da consciência em que as experiências do tempo são interpretadas com relação às intenções do agir e, enquanto interpretadas, inserem-se na determinação do sentido do mundo e na auto-interpretação do homem, parâmetros de sua orientação no agir e no sofrer. O termo "sentido" explicita que a dimensão da orientação do agir está presente na consciência histórica, pois "sentido" é a suma dos pontos de vista que estão na base da decisão sobre objetivos. A consciência histórica não se constitui (pelo menos não em primeira linha), pois, na racionalidade teleológica do agir humano, mas sim por contraste com o que poderíamos chamar de "racionalidade de sentido". Trata-se de uma racionalidade, não da atribuição de meios a fins ou de fins a meios, mas do estabelecimento de intenções e da determinação de objetivos.

Pode-se considerar os resultados interpretativos obtidos pela consciência histórica a partir da distinção de duas qualidades temporais neles presentes. As experiências do tempo são carentes de interpretação na medida em que se contrapõem ao que o homem tenciona no agir orientado por suas próprias carências. Elas carecem de interpretação porque são sofridas. O tempo é, assim, experimentado como um obstáculo ao agir, sendo vivido pelo homem como uma mudança do mundo e de si mesmo que se opõe a ele, certamente não buscada por ele dessa forma, que, todavia, não pode ser ignorada, se o homem continua querendo realizar suas intenções. Pode-se chamar esse tempo de *tempo natural*. Um exemplo radical desse tempo impediente e resistente é a morte.

O tempo é experimentado, aqui, como perturbação de uma ordem de processos temporais na vida humana prática, como perturbação de uma ordem na qual o homem tem de pensar seu mundo e sua vida, para poder orientar-se corretamente. O conceito-síntese de tal perturbação, que só pode ser controlada mediante esforço próprio de interpretação, é a contingência.

Por oposição a esse tempo, pode-se chamar de *tempo humano* aquele em que as intenções e as diretrizes do agir são representadas e formuladas como um processo temporal organizado da vida humana prática. Esse tempo, como intenção de um fluxo temporal determinante das condições vitais, tem influência sobre o agir humano que projeta, na medida em que os agentes querem afirmar a si mesmos mediante o agir e lograr reconhecimento. (Analogamente ao exemplo da morte, referido anteriormente, pode-se mencionar como exemplos desse tempo os inúmeros símbolos que, na organização cultural da vida humana, representam a intenção de ultrapassar ou superar os limites de sua própria vida.)

O ato constitutivo da consciência histórica, que consiste na interpretação da experiência do tempo com respeito à intenção quanto ao tempo, pode ser descrito, por recurso à distinção básica entre as duas qualidades temporais, como transformação intelectual do tempo natural em tempo humano. Trata-se de evitar que o homem, nesse processo de transformação, se perca nas mudanças de seu mundo e de si mesmo e de, justamente, encontrar-se no "tratamento" das mudanças experimentadas (sofridas) do mundo e de si próprio. A consciência histórica é, pois, guiada pela intenção de dominar o tempo que é experimentado pelo homem como ameaça de perder-se na transformação do mundo e dele mesmo. O pensamento histórico é, por conseguinte, ganho de tempo, e o conhecimento histórico é o tempo ganho.

Põe-se agora a questão acerca do "se" e "como" esse resultado da consciência histórica pode ser descrito como uma operação unitária da consciência, como um processo coerente de pensamento. Existe uma interdependência estrutural entre as operações da consciência, na qual se dá a constituição de sentido sobre a experiência do tempo aqui esboçada? Deve-se tratar de um ato de fala, cuja universalidade antropológica não pode ser contestada e com respeito à qual se pode demonstrar ser ela determinante da especi-

ficidade do pensamento histórico e, com isso, da peculiaridade do conhecimento histórico-científico (de uma forma que ainda se abordará). Em um ato de fala desse tipo, no qual se sintetizam, em uma unidade estrutural, as operações mentais constitutivas da consciência histórica, no qual a consciência histórica se realiza, com efeito existe: *a narrativa* (histórica). *Com essa expressão, designa-se o resultado intelectual mediante o qual e no qual a consciência histórica se forma e, por conseguinte, fundamenta decisivamente todo pensamento-histórico e todo conhecimento histórico científico.*[6]

É uma questão aberta se e até que ponto o fundamento do conhecimento histórico-científico na vida prática está suficientemente coberto pelo conceito de narrativa. A consciência histórica se constituiria sempre mediante a narrativa? Essa questão não será examinada aqui em pormenor. Ao invés, serão destacadas que condições devem ser satisfeitas, na operação mental da narrativa, para que esta possa ser considerada como constitutiva da consciência histórica. Que fatores participam decisivamente da formação da consciência histórica no processo narrativo? Essa questão tem de ser posta se se quiser analisar o fundamento do conhecimento histórico na vida prática, pois há grande multiplicidade de interpretações da experiência do tempo mediante narrativa que dificilmente se consegue harmonizar com o que se entende por pensamento histórico em geral e por conhecimento histórico em sua forma científica específica, em particular. (Assim, por exemplo, a ficção científica é uma forma de interpretação narrativa da experiência do tempo que também pertence, como orientação ficcional no tempo, ao âmbito global da orientação (cultural) da vida humana prática no tempo.)

Para a questão da especificação buscada da narrativa como constituição de sentido sobre a experiência do tempo, é relevante a distinção tradicional entre narrativa ficcional e não-ficcional, distinção essa que bem deve corresponder à autocompreensão da

[6] Cf. H.-U. Gumbrecht, Das in vergangenen Zeiten Gewesene so gut erzählen, als ob es in der eigenen Welt wäre, Versuch zur Anthropologie der Geschichtsschreibung, in: Koselleck/Lutz/Rusen (eds.), *Formen der Geschichtsschreibung* (3), p. 480-513; J. Rüsen, *Die vier Typen des historischen Erzählens*, *id.*, p. 514 605.

maioria dos historiadores. Com ela obscurece-se, no entanto, o fato de que na historiografia também existem elementos ficcionais.[7] Além do mais, essa distinção é problemática porque o "sentido" que é constituído sobre a experiência do tempo mediante a interpretação narrativa está além da distinção entre ficção e facticidade. Nesse "sentido", como já se indicou, mesclam-se tempo natural e tempo humano em uma unidade abrangente.

Em que conteúdo se pensa, quando se fala de constituição de sentido sobre a experiência do tempo pela consciência histórica humana mediante uma narrativa que trata de "realidade" e não de "imaginação" (ficcional)? Essa distinção origina-se de uma tríplice especificação da operação intelectual da narrativa no mundo da vida concreta, determinante do que se pode chamar de narrativa *histórica* como constitutiva da consciência histórica.

(1) A narrativa constitui (especificamente) a consciência histórica na medida em que recorre a *lembranças* para interpretar as experiências do tempo. A lembrança é, para a constituição da consciência histórica, por conseguinte, a relação determinante com a experiência do tempo. (Esse tipo de relação com a experiência é o que está, afinal, na base da distinção entre a narrativa historiográfica e a ficcional ou "literária" em sentido estrito) Esse recurso à lembrança deve ser pensado de forma que se trate sempre da experiência do tempo, cuja realidade atual deve ser controlada pela ação, mas que também admita ser interpretada mediante mobilização da lembrança de experiências de mudanças temporais passadas do homem e de seu mundo. O passado é, então, como uma floresta para dentro da qual os homens, pela narrativa histórica, lançam seu clamor, a fim de compreenderem, mediante o que dela ecoa, o que lhes é presente sob a forma de experiência do tempo (mais precisamente: o que mexe com eles) e poderem esperar e projetar um futuro com sentido.

Não se deve entender tudo isso, todavia, como se a constituição da consciência histórica pela narrativa histórica se limitasse

[7] Cf., a esse respeito, Hayden White, The fictions of factual representation, in: H White (ed.), *Topics of discourse Essays in cultural criticism*, Baltimore, 1978, p. 121-134.

à recuperação do passado pela lembrança. Seja de que modo que a consciência histórica penetre no passado por mais longe que sua dimensão temporal se estenda nas profundezas do passado ou que possa ainda parecer que percamos de vista, no itinerário dos arquivos da memória, os problemas do presente –, o impulso para esse retorno, para esse resgate do passado, para essa dimensão de profundidade e para o itinerário dos arquivos é sempre dado pelas experiências do tempo presente. Não há outra forma de pensar a consciência histórica, pois é ela o local em que o passado é levado a falar – e o passado só vem a falar quando questionado; e a questão que o faz falar origina-se da carência de orientação da vida prática atual diante de suas virulentas experiências no tempo. A apreensão do passado operada pelo pensamento histórico na consciência histórica baseia-se na circunstância de que as experiências do tempo presente só podem ser interpretadas como experiências, e o futuro apropriado como perspectiva de ação, se as experiências do tempo forem relacionadas com as do passado, o que se processa na lembrança interpretativa que as faz presentes. Somente dessa forma obtém-se uma visão de conjunto das experiências do tempo presente e somente então os interessados podem orientar-se por elas. Elas se tornam referíveis a outras experiências, sempre já interpretadas pela lembrança; sem tal referência seriam elas pura e simplesmente ininteligíveis, orientar-se por elas seria impossível e, por conseguinte, tampouco seria possível agir com sentido a partir delas.

A lembrança flui natural e permanentemente no quadro de orientação da vida prática atual e preenche-o com interpretações do tempo; ela é um componente essencial da orientação existencial do homem. A consciência histórica não é idêntica, contudo, à lembrança. Só se pode falar de consciência histórica quando, para interpretar experiências atuais do tempo, é necessário mobilizar a lembrança de determinada maneira: ela é transposta para o processo de tornar presente o passado mediante o movimento da narrativa.[8] A mera subsistência do passado na memória ainda não é constitutiva da consciência histórica. Para a constituição da consciência histórica requer-se uma correlação expressa do presente com o

[8] Cf. sobretudo Gumbrecht (ver nota 6)

passado – ou seja, uma atividade intelectual que pode ser identificada e descrita como narrativa (histórica).

(2) Uma segunda especificação da narrativa como fundamento do conhecimento histórico na vida prática fica clara quando se examina mais de perto o processo referido, no qual a memória é propriamente induzida pela narrativa (histórica). A narrativa constitui a consciência histórica ao representar as mudanças temporais do passado rememoradas no presente como processos contínuos nos quais a experiência do tempo presente pode ser inserida interpretativamente e extrapolada em uma perspectiva de futuro. As mudanças no presente, experimentadas como carentes de interpretação, são de imediato interpretadas em articulação com os processos temporais rememorados do passado; a narrativa histórica torna presente o passado, de forma que o presente aparece como sua continuação no futuro. Com isso a expectativa do futuro vincula-se diretamente à experiência do passado: a narrativa histórica rememora o passado sempre com respeito à experiência do tempo presente e, por essa relação com o presente, articula-se diretamente com as expectativas de futuro que se formulam a partir das intenções e das diretrizes do agir humano. Essa íntima interdependência de passado, presente e futuro é concebida como *uma representação da continuidade* e serve à orientação da vida humana prática atual.[9]

São pois as representações da continuidade que possibilitam, no processo de constituição de sentido da narrativa histórica, que as lembranças do passado sejam articuladas com o presente de maneira que as experiências do tempo neste predominantes possam ser interpretadas. O modo com que a narrativa histórica mobiliza a memória da evolução temporal do homem e de seu mundo no passado torna possível que as mudanças temporais experimentadas no presente ganhem um sentido, isto é, possam transpor-se para as intenções e as expectativas do agir projetado no futuro. O elo da ligação do passado com o futuro, pelo presente, é forjado pela narrativa histórica com as representações da continuidade que abran-

[9] A esse respeito, cf. o trabalho fundamental de Baumgartner, *Kontinuität und Geschichte* (6)

gem as três dimensões temporais e as sintetizam na unidade do processo do tempo. Sem essas representações da continuidade, a memória do passado não poderia ser articulada com a interpretação do presente e com a expectativa do futuro, de modo que a memória seja efetivamente um elemento integrante da consciência humana do tempo. A narrativa histórica torna presente o passado, sempre em uma consciência de tempo na qual passado, presente e futuro formam uma unidade integrada, mediante a qual, justamente, constitui-se a consciência histórica.

Seria totalmente equivocado, pois, entender por consciência histórica apenas uma consciência do passado: trata-se de uma consciência do passado que possui uma relação estrutural com a interpretação do presente e com a expectativa e o projeto de futuro. A narrativa histórica organiza essa relação estrutural das três dimensões temporais com representações de continuidade, nas quais insere o conteúdo experiencial da memória, a fim de poder interpretar as experiências do tempo presente e abrir as perspectivas de futuro em função das quais se pode agir intencionalmente. A narrativa histórica constitui a consciência histórica como relação entre interpretação do passado, entendimento do presente e expectativa do futuro mediada por uma representação abrangente da continuidade.[10] Essa mediação deve ser pensada como especificamente histórica por operar a inclusão da interpretação do presente e do futuro na memória do passado.

(3) Uma terceira especificação da narrativa como operação intelectual decisiva para a constituição da consciência histórica dá-se quando se pergunta pelos critérios determinantes das representações da continuidade. Com respeito a que se concebe a continuidade? O que entra em ação no processo de representação da continuidade mediante a narrativa histórica como elemento unificador da relação entre passado, presente e futuro? Do que se trata, afinal, na constituição da consciência histórica, quando se afirma que se deve reali-

[10] Que a consciência história seja determinada por uma "relação entre interpretação do passado, entendimento do presente e expectativa do futuro" é ressaltado por K.-E. Jeismann, *Geschichtsbewusstsein*, em Bergmann et alii (eds.): Handbuch der Geschichtsdidaktik (2), vol. 1, p. 42.

zar, nela, a unidade interna das três dimensões temporais? Essas questões podem ser respondidas pela remissão à circunstância de que, na constituição de sentido sobre a experiência do tempo mediante a narrativa histórica, se trata afinal de contas da *identidade* daqueles que têm de produzir esse sentido da narrativa (histórica), a fim de poderem orientar-se no tempo. Toda narrativa (histórica) está marcada pela intenção básica do narrador e de seu público de não se perderem nas mudanças de si mesmos e de seu mundo, mas de manterem-se seguros e firmes no fluxo do tempo.[11] A experiência do tempo é sempre uma experiência da perda iminente da identidade do homem (também aqui a experiência mais radical é a da morte). A capacidade dos homens de agir depende da aptidão em fazer valer a si próprios, a sua subjetividade, portanto, na relação com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos, como permanência na evolução do tempo, à qual precisam reagir com suas ações e que, simultaneamente, produzem por essas mesmas ações. Os homens têm de interpretar as mudanças temporais em que estão enredados a fim de continuarem seguros de si e de não terem de recear perder-se nelas, ao se imiscuírem nelas pelo agir, o que precisam fazer, para poderem viver. A resistência dos homens à perda de si e seu esforço de auto-afirmação constituem-se como identidade mediante representações de continuidade, com as quais relacionam as experiências do tempo com as intenções no tempo: a medida da plausibilidade e da consistência dessa relação, ou seja, o critério de sentido para a constituição de representações abrangentes da continuidade é a permanência de si mesmos na evolução do tempo. A narrativa histórica é um meio de constituição da identidade humana.

Está respondida, assim, a questão sobre que operações da vida prática constituem a consciência histórica como pressuposto e fundamento do conhecimento histórico: a consciência histórica constitui-se mediante a operação, genérica e elementar da vida prática, do narrar, com a qual os homens orientam seu agir e sofrer no tem-

[11] Cf., a esse respeito, Lubbe, *Geschichtsbegriff und Geschichtsinteresse* (6); K. Bergmann, Identität, in: Bergmann (ed.), *Handbuch der Geschichtsdidaktik* (2), vol. 1, p. 46-53; O. Marquard/K. Stierle (eds.), *Identität*, Munchen, 1979.

po. Mediante a narrativa histórica são formuladas representações da continuidade da evolução temporal dos homens e de seu mundo, instituidoras de identidade, por meio da memória, e inseridas, como determinação de sentido, no quadro de orientação da vida prática humana.

Como surge, dos feitos, a história?

Subjetivismo e objetivismo do pensamento histórico

Quando se reformula a pergunta: "O que é história?" para "Como surge, dos feitos, a história?", não se parte mais do pressuposto de que exista "a história" como uma realidade pronta e completa fora da consciência humana, que só precisa ser apreendida e apropriada, cognitivamente, por esta. Analogamente à questão posta quanto aos fundamentos do conhecimento histórico-científico na vida prática, pergunta-se agora pela *constituição* do objeto desse conhecimento. Essa questão é eminentemente crítica, pois problematiza toda representação ingênua de um conteúdo previamente dado que se chame "a história" e pergunta o que se pode e deve – ou não – incluir nesse tipo de representação.

A pergunta sobre como, dos feitos, surge a história pressupõe que a história é algo que só se constitui dos feitos, ou seja, das ações humanas, uma vez efetivamente realizadas; ela pressupõe, por conseguinte, que a história não participa da mesma realidade que as ações humanas, das quais, no entanto, se constitui.

Droysen descreveu esse contexto da seguinte maneira:

> O agir e o ser em cada presente determinam-se a partir das ocasiões, motivos, finalidades, caracteres presentes a cada vez; tornam-se história, mas não a história. Com outras palavras: as atividades com as quais nossa ciência se ocupa ocorrem, presentemente, sob inúmeras categorias, mas justamente não sob aquela com a qual as consideramos, vemo-las como história. Elas só são históricas porque nós as concebemos como históricas, não em si e objetivamente, mas exclusivamente em nossa concepção e por intermédio dela. Precisamos, por assim dizer, transpô-las. Ao mesmo tempo fica claro, porém, que somente

> após essa transposição a partir dos feitos se faz história, isto é, recupera-se para a memória, para a consciência histórica, para a compreensão, o extrínseco, o ultrapassado, segundo outras categorias. Apenas o que é rememorado não passou...[12]

Por princípio, nega-se aqui à história como suma de todos os objetos possíveis do conhecimento histórico qualquer objetividade: história é entendida como resultado de uma concepção de ações humanas (feitos) que somente se produz quando essas ações já ocorreram. Com outras palavras: nem tudo o que tem a ver com o homem e com seu mundo é história só porque já aconteceu, mas exclusivamente quando se torna presente, como passado, em um processo consciente de rememoração.

Parece então necessário concluir que só é história o que os historiadores extraem do que aconteceu. Ela não existiria "em si", mas consistiria apenas no que se extrai do passado *post festum*. Essa conseqüência subjetivista do entendimento gnoseológico, que reconhece ser a "história" constituída só pelas operações da consciência que produzem a instituição de sentido sobre as experiências do tempo, foi extraída, por exemplo, por Max Weber. Para ele, "cultura" (o conjunto universal dos objetos das ciências humanas e sociais) é "extrato limitado da infinitude sem sentido do mundo, realizado da perspectiva do homem mediante sentido e significado refletidos".[13] "Em si", ou seja, afastado da atribuição de sentido pela consciência histórica humana, o passado humano não tem sentido, isto é, não está estruturado na forma de um constructo que possamos compreender como história. O passado só se torna história quando expressamente interpretado como tal; abstraindo-se dessa interpretação, ele não passa de material bruto, um fragmento de fatos mortos, que só nasce como história mediante o trabalho interpretativo dos que se debruçam, reflexivamente, sobre ele. Segundo Weber, esse nascimento depende diretamente de valores ou idéias de valor que são utilizados pelos respectivos sujeitos da consciência histórica como pontos de vista para o conhecimento histórico (nós diríamos: de acordo com os quais esse sujeitos orga-

[12] *Historik*, ed. Leyh (4), p. 180.

[13] *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (4), p. 180.

nizam suas operações de rememoração histórica na narrativa). "história" surge nessa teoria, pois, de uma importação, para o material da experiência do passado, de valores presentes nas intenções da vida prática atual; somente à luz dessas idéias de valor o passado aparece como história. Sem essa luz, ele é obscuro e mudo.

Essa resposta subjetivista à pergunta sobre o que é "história" como conteúdo da consciência histórica, propriamente, leva em conta o fato de que, no tratamento cognitivo do passado, no qual se constitui uma representação de algo como "história", intenções no tempo desempenham um papel decisivo, que – por definição – vai além da experiência da evolução temporal do homem e de seu mundo no passado. As experiências do tempo só servem para orientar a vida prática atual quando decifradas mediante essas intenções. Sem estas, ou seja, tomadas puramente em si, as experiências seriam, com efeito, sem sentido.

Contra essa tese de que a ação humana só se torna histórica mediante uma reflexão posterior, pode-se levantar a seguinte objeção: certos atores recorrem à história para justificar suas ações atuais e muitos comentadores do agir contemporâneo investem na história para destacar a importância da ação ora em curso. Tampouco é raro que se tenha a impressão, na própria avaliação dos acontecimentos contemporâneos, de que "está acontecendo história". O que isso quer dizer? Não acontece justamente assim, que determinada ação – embora nem todas – seja história no momento mesmo em que ocorre? Quem atribui a tal ação essa qualidade, distingue-a assim das demais e empresta-lhe uma propriedade que a faz entrar na história. Essa distinção confirma, no entanto, a diferença exposta acima entre feitos e história. Ela confirma até mesmo a tese de que, somente após certo tempo, algo seja visto como "histórico".

Na constatação aqui efetuada, o ponto de vista posterior é tomado apenas como um tipo de antecipação fictícia dos próprios contemporâneos. Os contemporâneos supõem, por conseguinte, que uma consideração posterior do que está acontecendo agora, uma consideração, portanto, na qual o acontecimento é passado, conduz a uma avaliação que pensam poder antecipar desde já.

Mesmo assim, a resposta subjetivista à pergunta sobre o que é a história não satisfaz. O papel desempenhado pela experiência do

passado na consciência histórica parece subestimado. A experiência histórica contém, por certo, o que realmente ocorreu no passado. Essa realidade aparece, na teoria subjetivista da história, do jeito que se gostaria, como uma peteca entre as intenções de hoje e as projeções do amanhã. A densidade da experiência, que afirma o que realmente ocorreu (mesmo contra todas as intenções), não é suficientemente levada em conta.

Diametralmente oposta à resposta subjetivista à questão sobre o que é a "história" como conteúdo da consciência histórica, há a resposta que reforça seu conteúdo experiencial. Nesse caso, atribui-se à história, por certo, uma qualidade objetiva: história é vista como dada nas circunstâncias respectivas em que se dão ou se deram as ações humanas. Nessa perspectiva, os processos fundamentais de constituição de sentido da consciência histórica aparecem como receptores de estruturas previamente dadas, ou seja, como processos de tomada de consciência das circunstâncias temporais das ações humanas passadas que, mesmo se ocorridas sem memória específica, podem efetivar-se na memória na medida em que seus efeitos determinam objetivamente o agir atual (seja este historicamente consciente ou não). Se a vida prática humana atual no tempo, como ato de constituição de sentido da narrativa histórica, é orientada de forma a levar em conta tais dados (e essa orientação seria a única a permitir que a ação humana intencional seja realista), então os dados reais do passado que ainda agem no presente têm de ser reconhecidos historicamente e mesmo sustentados contra qualquer intenção que os contradiga.

Semelhantemente à concepção de história que destaca o papel das intenções contemporâneas determinantes de valores, que desemboca no subjetivismo, a concepção de história que destaca o papel de experiências, valorativamente neutras, do passado desemboca forçosamente no objetivismo. Para este, as operações fundamentais da consciência histórica nada mais são que um reflexo de estruturas temporais do agir humano na consciência dos agentes. Exemplos desse objetivismo estão nas variantes do materialismo histórico, mais particularmente no marxismo-leninismo ortodoxo.

Subjetivismo e objetivismo são duas respostas possíveis à pergunta sobre o que é a "história" como conteúdo da consciência histórica. Ambas correspondem a cada um dos fatores que a narra-

tiva histórica insere na unidade do constructo significativo chamado "história": o subjetivismo leva em conta as intenções determinantes do agir com relação ao tempo, e o objetivismo, as experiências do tempo determinantes do agir. A parcialidade das duas posições evidencia-se quando as radicalizamos; dessa forma pode-se, simultaneamente, indicar a direção que se deve seguir para responder à pergunta sobre o que é a história.

Uma teoria subjetivista da história tende para o *decisionismo*, no qual as decisões sobre as perspectivas determinantes da orientação para um agir voltado para o futuro estabelecem o que é história. Aqui, a floresta do passado somente ecoa o que se clama para seu interior. Em tais circunstâncias, a memória histórica acaba sem poder fazer grande coisa diante da supremacia das idéias valorativas que lhe são sobrepostas. Os resultados alcançados pela consciência histórica são vistos como meras confirmações do que se tenciona realizar na vida prática atual. O que é história depende, em última instância, das chances de sucesso que as perspectivas orientadoras da ação na constituição social do agir humano tenham, com respeito a outras possíveis orientações. A história não passaria, aqui, de uma pirueta cultural por sobre interesses de dominação.

O objetivismo tende, inversamente, para o *dogmatismo*, no qual assertivas sobre as experiências dominantes do passado como fator determinante do agir estabelecem o que é história. Não sobra, aqui, espaço algum para elaborar, interpretativamente, a experiência do tempo passado no horizonte da orientação temporal da vida prática presente. No ponto em que se deveria fazer valer a experiência do tempo passado como condição do agir atual, a consciência histórica, pelo contrário, é reduzida a mero reflexo de um estado de coisas acerca do qual nada pode fazer, além de tomar dele conhecimento. Como história, o passado diz, por si só, o que ocorreu no tempo; ele dá a conhecer o passar do tempo como uma seqüência transcorrida de coisas, à qual se deve adaptar, sob pena de ser por ela engolfado. A compreensão histórica orienta o agir humano mediante o critério da submissão à necessidade compreendida. Também nessa interpretação da história são interesses de dominação que prevalecem, afinal, na determinação do que é história. Esses interesses não se mostram, todavia, como tais (como no de-

cisionismo), mas escondem-se por trás de pretensões de estrita objetividade.

É óbvio que na teoria da história se devem evitar tais radicalismos e buscar um caminho equidistante de ambos. Uma posição mediana desse tipo poderia, em contraposição ao decisionismo e ao objetivismo, chamar-se *pluralismo* do potencial interpretativo da consciência histórica, que abriria um espaço não arbitrário de interpretação do pensamento histórico.[14] Tal pluralismo estabeleceria uma relação equilibrada entre memória e experiência. Ele projetaria o futuro, como ocasião de novas constelações temporais para além das do agir humano passado, e asseguraria, empiricamente, orientações para o agir referidas ao futuro.

História como objeto, como conteúdo da consciência histórica, não deveria ser reificada como uma grandeza fixa da constelação temporal do agir humano, que bastaria reproduzir na consciência histórica, nem tampouco ser diluída em um constructo do passado que o presente elaboraria a seu bel-prazer e à sua imagem e semelhança. Propõe-se, com efeito, atribuir à história um caráter "plástico", ou seja, uma posição mediana entre a ausência caótica de qualquer forma (como na teoria do conhecimento de Max Weber) e uma objetividade rígida (como em algumas variantes dogmáticas do materialismo histórico).[15] Essa determinação da história como estado de coisas tampouco convence, pois limita-se apenas a enunciar o que a história não é (ou seja, nem puramente objetiva, nem meramente resultado de atribuição de sentido; poder-se-ia mesmo dizer: nem carne nem peixe). Não fica claro, todavia, no que consistiria seu estado de agregado meio objetivo, meio não objetivo. Parece que se teria, aqui, uma mera etapa do processo do conhecimento histórico em direção a uma qualificação substantiva da história como estado de coisas, etapa essa na qual começam a se delinear, na reconstrução dos contextos temporais do agir humano passado, os elementos básicos do constructo significativo de uma "história", sem que se tenha obtido, ainda, uma determinação defi-

[14] Assim, por exemplo, Kocka, *Sozialgeschichte. Begriff – Entwicklung – Probleme*, Göttingen, 1977, p. 40.

[15] Por exemplo, em H U Wehler, *Geschichte als Sozialwissenschaft*, 2ª ed., Frankfurt, 1973, p. 32.

nitiva de tais contextos. Malgrado essa restrição, a tentativa de evitar as posições extremadas – e insatisfatórias – na teoria da história indica a direção em que se deve olhar, se se quiser encontrar a resposta à pergunta sobre como, dos feitos, se faz história.

Trata-se, pois, de identificar a história como estado de coisas justamente quando a operação de constituição de sentido pela narrativa histórica é condicionada, ocasionada, ensejada mesmo pela experiência do passado a que se refere. A experiência do passado representa, nesse momento, mais que a matéria-prima bruta de histórias produzidas para fazer sentido, mas algo que já possui, em si, a propriedade de estar dotado de sentido, de modo que a constituição consciente de sentido da narrativa histórica se refere diretamente a ela e lhe dá continuação (decerto com todos os demais ingredientes que as operações conscientes do pensamento histórico engendram). O passado precisaria poder ser articulado, como estado de coisas, com as orientações presentes no agir contemporâneo, assim como as determinações de sentido, com as quais o agir humano organiza suas intenções e expectativas no fluxo do tempo, precisam também elas estar dadas como um fato da experiência.

Tradição como pré-história

Há, nos fundamentos existenciais do conhecimento histórico, uma unidade prévia entre experiência do passado e perspectiva valorada do futuro? Há um fenômeno na vida humana prática em cujo cerne já esteja embutida a "história" como unidade intrínseca entre experiência e interpretação do tempo? Existe um ponto em que a experiência do passado e a expectativa do futuro se mesclam diretamente (mais exatamente: sempre estiveram mescladas)? Sendo possível demonstrar isso, ter-se-ia encontrado um fato elementar e genérico da consciência humana, localizado aquém da distinção entre os fatos do passado e as intenções interpretativas do presente voltadas para eles.

As duas respostas radicais à pergunta sobre o que é a história como conteúdo da consciência histórica, já abordadas, não põem em dúvida que exista tal interdependência intrínseca, mas concebem-na como produto de experiência e interpretação, de uma maneira, no entanto, que ou predomina a experiência sobre a inter-

pretação ou a interpretação sobre a experiência. Essa alternativa insatisfatória deve ser superada por um procedimento que não mais suponha um conhecimento histórico prévio, cujos componentes seriam dissecados e cujas interações seriam investigadas. Inversamente, esse conhecimento tem de ser pensado como algo que emerge de determinados processos da vida humana prática.

Como já se enfatizou no item precedente, a questão que se põe, nos processos de constituição de sentido pela consciência histórica, não diz respeito sobretudo ou exclusivamente ao passado, mas à interdependência entre passado, presente e futuro, pois só nessa interdependência os homens conseguem orientar sua vida, seus "feitos", no tempo. Como representação de um processo de ação que se estende pelo passado, presente e futuro, a própria história faz parte dos "feitos", pois os feitos da vida humana prática pressupõem um mínimo de orientação no tempo. Sobre o fato de que os "feitos", ou seja, os processos concretos da vida humana prática estão sempre orientados no tempo baseia-se qualquer tipo de representação da história. "História" é exatamente o passado sobre o qual os homens têm de voltar o olhar, a fim de poderem ir à frente em seu agir, de poderem conquistar seu futuro. Ela precisa ser concebida como um conjunto, ordenado temporalmente, de ações humanas, no qual a experiência do tempo passado e a intenção com respeito ao tempo futuro são unificadas na orientação do tempo presente.

A questão de como se constitui a história a partir dos "feitos" pode ser agora precisada mediante uma questão preliminar sobre se já estaria presente, e de que forma, nos próprios feitos, uma representação do processo do tempo, como passado, presente e futuro sempre já sintetizados nos feitos da vida humana prática atual. Poder-se-ia falar, pois, de uma "pré-história" nos próprios feitos (obviamente não no sentido cronológico, mas no sentido de um pressuposto). É nela que teria início o processo de constituição de sentido da narrativa histórica e é nela que se estatuiria o constructo significativo "história" que se efetiva pela narrativa, de modo que não precisasse ser concebida como produto de uma constituição de sentido. Nessa pré-história, o passado ainda não é, enquanto tal, consciente, nem inserido, com o presente e o futuro, no conjunto complexo de uma "história". Impossível, portanto, querer antecipar

e localizar nessa síntese originária das três dimensões temporais, nessa pré-história dos feitos, todos os resultados interpretativos da consciência histórica, de forma que não lhe sobrasse espaço algum para realizar uma apropriação consciente do passado, reflexiva, interpretativa, pois, no âmbito das referências de orientação da vida prática contemporânea.

Em uma pré-história desse tipo, o passado praticamente se ofereceria a ser lembrado no presente, apresentando-se – ainda antes de ser, como passado, conscientemente tornado presente pela narrativa – como uma espécie de forma pré-passada (isto é, ativamente presente na vida prática), de *protonarrativa* em que se baseia qualquer narrativa histórica. Sendo assim, o ofício dos historiadores profissionais não pode mais ser entendido como instituição autônoma de sentido, e tampouco a história seria apenas o que os historiadores produzem, pois o constructo significativo "história" não poderia mais ser pensado como algo criado por um ato autônomo, poético ou demiúrgico que seja, mas apenas como algo que sempre já se encontrava instituído na pré-história da vida humana prática. Mesmo com essa "instituição originária", ainda resta aos historiadores muito a fazer, pois é dela que se deve extrair o constructo significativo de uma "história" e elaborá-lo explicitamente.

A questão está, por conseguinte, em saber se já se encontra presente, no agir efetivo, uma orientação (protonarrativa) do agir atual, ainda antes da operação de narrar. Para precisar essa questão, caracterizemos com mais exatidão o que se entende, aqui, por "agir efetivo", uma vez que é nesse que estaria realizado o que se conhece como história do passado humano e que a narrativa histórica torna consciente mediante sua instituição de sentido. Nem toda ação humana se inscreve automaticamente, no momento mesmo em que ocorre no passado, na história que serve de referência orientadora para a vida prática atual. Uma história que incluísse todo o agir humano passado não seria propriamente história, até mesmo porque não se poderia narrá-la, pois tal narrativa consumiria todo o tempo do mundo. Ser meramente passada não basta, porém, a uma ação para conferir-lhe a qualidade de fato histórico. O mero ser passado ainda não engendra a relação específica entre as diversas ações que faz o tempo aparecer como processo intencional, como

continuidade na seqüência das ações humanas no passado. Tampouco as ações efetivas e, com isso, passadas, tornam-se automaticamente históricas por serem vinculadas, como conteúdos da experiência, a carências de interpretação, pois estamos longe de poder afirmar que as orientações práticas de que se sente necessidade sejam satisfeitas por elas sem mais nem menos. O simples fato de serem consideradas não transforma as ações passadas em história, nem lhes atribui um potencial qualquer de interpretação. Esse potencial tem de ser desenvolvido, precisa estar presente no olhar do observador que se volta para elas. Isso significa, então, que o agir humano passado já esteja presente no agir presente, ainda antes do trabalho especificamente interpretativo da consciência histórica?

Trata-se do fato de que o agir humano jamais ocorre sem pressupostos. Em cada ponto de partida de uma ação se encontram elementos de outras ações, anteriores, de tal modo que cada ação se articula com os efeitos de ações já realizadas. As instituições constituem um exemplo desses elementos de ações anteriores que, sedimentados, servem de plataforma para o agir atual, mesmo quando se tem a intenção de mudá-las. Por intermédio dos elementos institucionais, as ações pretéritas alcançam imediatamente as ações atuais, a ponto de (co)orientá-las. A forma mais direta, contudo, pela qual as ações passadas atingem, com intensidade, as ações presentes ("com intensidade" no sentido de proximidade das intenções determinantes do agir) é pelos dados prévios da *tradição*.

Aqui e no que se segue, entendo "tradição" não no sentido do que se cultiva como tal, isto é, um passado tratado intencionalmente como história, mas sim o fato de que, antes de qualquer pensamento histórico, o passado está sempre presente nas diversas formas das intenções orientadoras do agir. Tradição é, por conseguinte, um componente intencional prévio do agir, que vem do passado para o presente e influencia as perspectivas de futuro no âmbito da orientação da vida prática atual. Para a argumentação que se segue, é decisivo que "tradição" seja um *dado prévio* do agir, ou seja, que não possua desde logo o caráter de um sentido intencionalmente constituído pela consciência histórica para fins de orientação existencial. Tradição é, portanto, a suma das orientações atuais do agir, nas quais estão presentes os resultados acumulados por ações passadas.

Na tradição, o agir passado indica, ao agir presente, a direção; na tradição, o agir passado mantém-se presente na forma de uma orientação imediatamente eficaz.

Tradição é, pois, o modo pelo qual o passado humano está presente nas referências de orientação da vida humana prática, antes da intervenção interpretativa específica da consciência histórica. Seu caráter pré-histórico consiste em que, nela, o passado não é consciente como passado, mas vale como presente puro e simples, na atemporalidade do óbvio. Na tradição, já está presente a orientação que a consciência histórica tem de produzir mediante o esforço adicional da narrativa: uma mediação consistente entre a experiência do tempo e a intenção no tempo – ou, com outras palavras: uma transformação do tempo natural em tempo humano. Tradição é a unidade imediata entre experiência do tempo e intenção no tempo, tradição é o tempo da natureza transcendido em tempo humano, ela é a recuperação do tempo ainda antes de quaisquer resgates do tempo realizados pela consciência histórica. Com ela, a recuperação do tempo passado instala-se no âmbito das referências de orientação do presente, antes mesmo de a consciência histórica iniciar, no presente, o resgate do tempo. Na terminologia de Droysen, pode-se dizer que a história age na tradição. Nesta, o passado já exerce uma função de orientação, sem que seja necessária uma reflexão particular sobre ela. Na tradição, o agir passado subsiste por si, encerra em si a marca de sua importância e os elementos do processo temporal com os quais co-determina, mediante orientação temporal do agir atual, o curso do tempo presente.

A historicidade da vida prática humana

Remetemo-nos à tradição e à contemporaneidade "tácita" do passado nas condições da vida prática atual para colocar em evidência o pressuposto com que a consciência histórica opera para elaborar sua interpretação do processo pelo qual, dos feitos, se faz história. É dessa presença ativa do passado no quadro de referências de orientação da vida prática atual que parte toda consciência histórica. É nela que a consciência se baseia para relacionar intenções e experiências, pois tal relação lhe é sempre prévia. A consciência não procede de modo algum arbitrariamente, relacionando experiên-

cias quaisquer do passado a intenções quaisquer do agir; de outra parte, ela tampouco é prisioneira das intenções do agir, atribuindo-lhes uma determinação absoluta proveniente das experiências do passado. Em que se distinguem, no entanto, a interpretação elaborada pela consciência histórica e a interpretação ínsita à tradição? Para se poder responder a essa pergunta, deve-se esclarecer por que a orientação da vida humana prática, no tempo, vai além da orientação efetuada pela tradição e por que se tem de fazer esforço de uma interpretação do tempo mediante a transposição narrativa do passado para o presente.

As operações da consciência histórica são necessárias sempre que a orientação temporal passada, pela tradição, não basta. Isso é, logo de início, uma situação de fato, pois o conjunto das experiências do presente inclui sempre também experiências do tempo cuja interpretação pela tradição não existe ou não é suficiente para que se possa agir com segurança (ou seja: sem uma reflexão adicional e uma constituição específica de orientação). Mas não é só de fato que as tradições previamente dadas não bastam para a orientação da vida prática no tempo. Também por princípio não seriam suficientes, pois o superávit intencional característico do agir humano (a inquietude constante do coração humano, como diria Santo Agostinho)[16] conduz a intenções do agir que vão além das sendas temporais traçadas tradicionalmente para a vida prática atual.

Esse argumento pode ser expandido, antropologicamente, para uma teoria da historicidade da orientação da existência humana. "Historicidade" não significa que o quadro de referências de orientação da vida prática humana se modifique substancialmente ao longo do tempo, mas sim que o constructo significativo "história" representa um momento integrante essencial desse quadro de referências. A consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens. A consciência histórica enraíza-se, pois, na historicidade intrínseca à própria vida humana prática. Essa historicidade consiste no fato de que os homens, no diálogo com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos, acerca do que sejam eles próprios e seu mundo, têm

[16] *Confessiones I*, 1.

metas que vão além do que é o caso. A razão disso está no fato de que, nos atos da vida humana prática, há permanentemente situações que devem ser processadas, com as quais não se está satisfeito e com respeito às quais não se descansará enquanto não forem modificadas.

Essa transcendência fundamental da vida humana prática extrai da prévia tradição de orientações no tempo a interpretação pela consciência histórica e faz com que, dos feitos, se faça história. Que os homens tenham consciência da história baseia-se, afinal, no fato de que seu próprio agir é histórico. Como usam intencionalidade, os homens inserem, pois, seu tempo interno (sua ânsia de eternidade, sua busca de ultrapassar os limites de sua vida temporal, ou seja lá como se queira caracterizar a dimensão temporal de sua existência que tende, sistematicamente, a ir além da natureza) no contato com a natureza externa, na confrontação com as condições e as circunstâncias de seu agir, nas suas relações com os demais homens e com si mesmos. Com isso, o agir humano é, em seu cerne, histórico. E "histórico" significa, aqui, simplesmente que o processo temporal do agir humano pode ser entendido, por princípio, como não natural, ou seja: um processo que supera sempre os limites do tempo natural.

Justamente por isso é impossível considerar as mudanças do homem e de seu mundo, essencialmente determinadas pelo agir, como um acontecimento natural, passível de ser reduzido a leis universais, com as quais poderia ser tecnicamente controlado. O pensamento de um controle técnico da história é simplesmente sem sentido, pois tal controle seria por sua vez uma ação cuja teleologia vai além do que se controlaria: a intencionalidade da ação, constitutiva do caráter histórico do processo temporal da vida humana prática, escaparia sempre, como móbil da dominação, ao âmbito do controle.

O superávit de intencionalidade do agir humano constitui, por conseguinte, não apenas a consciência histórica, mas constitui-se simultaneamente como alavanca da própria vida humana prática. Esse superávit imprime à ação humana, no respectivo fluxo temporal, o exato movimento necessário para situá-la, como fato da experiência, na consciência histórica, a fim de poder servir à orientação da vida prática atual no tempo. Porque o próprio agir humano pode

ser entendido como processo de uma transformação do tempo natural em tempo humano, por isso mesmo pode ser inserido, como fato da experiência do passado, na operação constitutiva de sentido da consciência histórica, na qual o tempo natural é transcendido no tempo humano (mediante a narrativa). A operação interpretativa da consciência histórica não é, por conseguinte, uma quimera ou ficção, na medida em que o agir humano, por princípio, pode ser pensado como transformação do tempo natural em tempo humano. Essa transformação operada pelo agir humano por meio do superávit de intencionalidade que lhe é característico torna necessária, simultaneamente, a interpretação da consciência histórica. Justamente porque as experiências do tempo e as intenções no tempo são superadas nos processos da vida humana prática, e a orientação no tempo por meio dos conteúdos prévios da tradição não basta, é que a consciência histórica se faz necessária.

Que o agir humano seja histórico, uma vez que é determinado intencionalmente em seu cerne, em sua substância, não significa que se torne, no momento mesmo em que ocorre, "história" (conteúdo da consciência histórica). Justamente porque o agir é histórico, ou seja, porque – por princípio – vai além do que se busca nas intenções e do que, por meio delas, se consegue fazer, é que sua operação de transcender realmente as condições e as circunstâncias só pode ser expressa *a posteriori* na interpretação efetuada pela consciência histórica. No ato mesmo do agir, a operação do transcender não constitui, como tal, uma experiência direta. O agir está sempre presente quando se realizam intenções que superam suas próprias condições e circunstâncias, conquanto cego para o que com ele e por ele de fato ocorre, pelo menos quando o resultado é diverso do que se esperava. E que as coisas saiam diferentes do que se planeja é uma experiência quotidiana e repetida no tempo, que torna necessária a reflexão interpretativa da consciência histórica. O agir humano tampouco pode ser tão esperto que ache que já esteja voltando do lugar para onde vai, quando ainda se encontra no caminho de ida. Só a consciência histórica, mediante seu recurso rememorativo às experiências do tempo passado, fornece ao presente uma orientação no tempo que, no movimento mesmo do agir, não é percebida.

A consciência histórica é necessária a fim de que o agir (e o sofrer) humano não permaneça cego quando seu superávit intencional se realiza para além de suas condições e circunstâncias, por assim dizer quando avança na transformação do mundo pelo homem, e se dê na consciência de que esse avanço vai na direção correta. Sem essa determinação da direção, o potencial inovador das intenções do agir humano não poderia realizar-se; sem o direcionamento, esse potencial ficaria desnorteado e não poderia orientar as ações na forma de intenções – pois intenções nada mais são do que as metas substantivas do agir humano. Essa teleologia é mediada pela consciência histórica por meio de seu recurso à experiência do agir passado. Com suas interpretações, ela dota a experiência do tempo no passado do vetor intencional do agir, pelo qual a vida prática atual pode orientar-se, ao avançar no mundo novo do futuro. Esse direcionamento é produzido pela consciência histórica mediante uma representação de continuidade entre as ações do passado e as do presente, de forma que se abram perspectivas de futuro.

História como crítica da tradição

De que modo e como o que a historicidade da vida humana prática se constitui, no processo de interpretação da consciência histórica, em "história" como conteúdo dessa consciência?

Quando as tradições já não bastam mais para orientar a vida prática atual, então entrou nessa práxis algo mediante o qual se desagrega a unidade dada, na tradição, entre experiência do tempo e intenção no tempo. O mundo pode ter mudado tanto, por exemplo, que os homens ressentem novas carências, que ocasionam visões novas do futuro e, conseqüentemente, um novo recuo ao passado, a fim de que as novas perspectivas de futuro possam ser garantidas por uma representação de continuidade histórica, vale dizer, sejam sustentadas por uma experiência histórica nova a ser realizada. Isso tudo é operado pela consciência histórica, na medida em que se debruça, *criticamente*, sobre a unidade de passado, presente e futuro na tradição. Essa atitude "crítica" não consiste em negar a unidade, pois isso apenas acarretaria um isolamento artificial entre as experiências do tempo passado e as perspectivas para

o tempo futuro, cuja conseqüência seria o desaparecimento da consciência unitária do tempo, em que passado, presente e futuro estão juntos. Uma consciência histórica desenvolvida é justamente o oposto. Relação crítica com a tradição significa que esta tem de ser pensada. (Ela precisa ser refletida porque, como orientação no tempo, não basta nem pode ser simplesmente descartada.) Que a consciência histórica repouse sobre uma crítica da tradição significa (no sentido original da expressão "crítica" como "diferenciação") que as dimensões temporais do passado, presente e futuro, originalmente não distinguidas na tradição, passam a ser especificamente consideradas e relacionadas umas às outras. Nesse processo de reflexão diferenciador e mediador desenvolve-se o "fato história" como a constelação temporal do passado na qual o passado, como passado, serve para apreender a dimensão temporal da vida prática atual e também o futuro como dimensão própria a essa práxis. Mediante a crítica da tradição pela consciência histórica, a visão do passado como passado torna-se enfim possível. Essa visão não é de coisas arbitrárias, de modo que o passado como passado já seria, de alguma forma, história. Ela é uma visão que se volta para as experiências do tempo passado que podem assumir a função interpretativa que o passado diretamente presente na tradição não tem como exercer.

A fim de expor como a tradição é "criticada" como história, é necessário distinguir previamente três tipos do "estar presente" do passado no presente:

a) O passado está presente como tradição no sentido descrito acima. Nesse caso, ele é ativo como orientação do agir na perspectiva do futuro, sem que se tenha consciência do passado como tal e que este seja cultivado como tradição.
b) O passado está presente em todos os resultados das ações humanas passadas, que constituem condições de possibilidade do agir contemporâneo, condições, pois, que têm de ser levadas em conta pelos atores do presente, se estes querem alcançar alguma coisa com seu agir. Diferentemente da tradição, trata-se aqui de uma eficácia do passado no presente que não se refere à orientação (intencional) da vida prática atual. O passado é eficaz, por conseguinte,

como conjunto silencioso das condições do agir, seja de modo implícito e natural, como, por exemplo, nas instituições, seja nos bastidores dos processos decisórios dos indivíduos (como, por exemplo, no caso das condições econômicas da vida quotidiana, cuja estrutura interna não é transparente para os que são atingidos por elas).

c) O passado está presente na forma de simples vestígios, que já não têm mais função alguma para a vida prática atual (por exemplo, na forma de uma estátua ainda enterrada na areia do deserto).

Se a tradição é refletida criticamente nas operações da consciência histórica e diferenciada ("criticada" no sentido de "distinguida") nas dimensões temporais por esta estabelecidas, o passado pode então ser mais amplamente relacionado, como história, ao presente, diferentemente do que ocorre normalmente na contemporaneidade imediata da tradição: como passado, ela passa a ser encontrada também nas condições tácitas do agir em que as ações humanas passadas se sedimentaram. Além disso, torna-se também possível descobrir, nos vestígios que dão testemunho do agir humano passado - mesmo sem uma relação direta com o presente –, um passado que, como experiência do tempo, se torna importante para a orientação temporal no presente. A história emerge de tradições, nas quais os limites da relação do passado com o presente são ultrapassados: o passado torna-se consciente enquanto tal, adquire uma qualidade temporal em seu conteúdo experiencial, fornecendo assim, com essa nova qualidade temporal, novos elementos de compreensão da dimensão temporal da vida humana prática.

Qual é o passado que pode assumir essa função interpretativa, ou seja, o que, do passado, se torna consciente como história, não é produto de uma arbitrariedade subjetiva, mas resulta, logicamente, da própria tradição. Nessa questão trata-se, inicialmente, apenas do passado que sempre está presente na forma da tradição. Esse passado não deixa de ser, pelo ato crítico da consciência histórica que o torna consciente como passado, fator de orientação, mas ganha, com aquele, impulso novo. E isso é assim por que, uma vez tornada consciente como passado, a tradição pode ser estendida a tudo o que ainda subsiste do passado e que pode ser rememorado, mas que

ainda não tinha qualquer eficácia na orientação temporal da vida prática atual.

A consciência história representa, portanto, uma diferenciação e uma expansão da consciência do tempo, realizada na tradição como orientação temporal da vida prática. Na medida em que só descobre o passado, como passado, nessa orientação, a consciência histórica projeta a orientação temporal da vida prática atual para trás, de forma que as lembranças possam ingressar nesta a fim de superar os déficits de orientação temporal intrínsecos à tradição, diante das novas experiências do tempo e expectativas no tempo da vida prática atual. O que se considera história, do passado, mede-se pelo critério de sua utilidade (ou inutilidade) para a expansão do quadro de referências de orientação temporal da vida prática atual. A consciência histórica não se caracteriza apenas pela lembrança, mas sempre também pelo esquecimento: somente o jogo do lembrar e do esquecer fornece as referências temporais que o passado tem de assumir, a fim de poder produzir uma representação de continuidade instituidora de identidade.

A pergunta inicial, sobre como, dos feitos, surge a história como conteúdo da consciência histórica, pode ser respondida, em suma, da seguinte forma: a história, como realidade, constitui-se nos processos do agir intencional com os quais os homens superam as condições e circunstâncias dadas de sua vida prática, a fim de realizar, na prática, a transformação do tempo natural em tempo humano. Esses processos só podem ser pensados como conteúdo de algo já acontecido, ou seja, do agir passado. Como conteúdo da consciência histórica, história é a suma das mudanças temporais do homem e de seu mundo no passado, interpretadas como transformação de tempo natural em tempo humano, vale dizer, como ganho de tempo. Como tal interpretação, ela se insere no quadro de referências de orientação da vida prática atual, no qual pode abrir perspectivas de futuro.

Critérios de verdade do pensamento histórico

O que significa realizar a consciência histórica de modo especificamente científico e pensar seu conteúdo – a história – igual-

mente de modo científico? De que forma fundamentar a história como ciência a partir das operações existenciais da consciência histórica? De que modo a história, como conteúdo da consciência histórica, se torna objeto do conhecimento histórico-científico?

Para se poder responder a essas perguntas, importa constatar de que maneira a história, em sua versão científica, se distingue das demais formas da consciência histórica, e se e como essa diferença estaria enraizada nos fundamentos existenciais do conhecimento histórico. É de se perguntar inicialmente, pois, por que se faz história como ciência, pura e simplesmente. A resposta a essa pergunta é: porque com a história como ciência quer-se obter certo resultado, um determinado objetivo de validade da narrativa história: a verdade de cada história narrada.

A razão da diferença qualitativa da versão especificamente científica da história com respeito às demais formas da consciência histórica surge no momento em que a interpretação produzida pela consciência histórica enuncia *pretensões de validade*. A ciência erige-se sempre com a pretensão de que seus enunciados sobre o passado humano são universalmente válidos, e de que todos, por princípio, devem acatar o que ela revela, no conhecimento histórico, do passado humano. Ao se querer compreender e fundamentar como e por que as operações intelectuais essenciais à consciência histórica são e têm de ser realizadas sob a forma peculiar de uma ciência, requer-se descobrir em que consistem as pretensões de validade da história, às quais conduz o trabalho interpretativo da consciência histórica.

Que momentos das operações narrativas da consciência histórica têm importância particular para a versão científica do pensamento histórico? Trata-se dos momentos diretamente ligados às pretensões de validade do pensamento histórico. Supõe-se, aqui, que a validade pretendida por um pensamento histórico constituído cientificamente não é exclusiva da ciência, mas pode e deve ser hipostasiada, por princípio, a todo pensamento histórico. Não fosse assim, tampouco se poderia falar de validade "universal" do conhecimento histórico da ciência da história, pois esta valeria então somente para os que fizessem ciência e que, por certas razões, estivessem em condições de aceitar a pretensão de validade específica da ciência como coincidente com sua própria pretensão. O *pathos*

todo da ciência e, com ele, o que torna compreensível, faz valer a pena e justifica toda a mobilização científica, residem na circunstância de ambos produzirem resultados sob a forma de um conhecimento histórico cuja pretensão de validade tem de ser partilhada por todos que exigem, das histórias, que elas valham. Justamente por isso se impõe, ao se tencionar expor o que é a história como ciência, que se vá além dela ou para seus bastidores, perguntando-se pelas pretensões de validade do pensamento histórico que se encontram em seus fundamentos existenciais.

Esse "ir além" da ciência não é um processo reflexivo que possa restringir ou relativizar a ciência. Ele serve exclusivamente para permitir entender o que a ciência é; ele serve para fundamentá-la. No que se segue, examinar-se-ão os fundamentos existenciais da consciência histórica na perspectiva de evidenciar *se* e *como* se enraíza neles o que se pensa, quando se diz que tal história é verdadeira e tal outra não.

Histórias são verdadeiras quando seus destinatários crêem nelas. "Crer" significa aqui – em paralelo com a função existencial – que as histórias exercem como que fatores de orientação, no tempo, da vida humana prática: os destinatários das histórias estão dispostos a servir-se delas para orientar-se no tempo, pois estão convictos de que as histórias são capazes de tanto. Como descobrir, porém, o que faz a credibilidade das histórias?

Se não se quiser partir de uma teoria explícita da verdade, o melhor é deixar-se conduzir pela própria história para descobrir em que consiste sua verdade ou inverdade, supondo-se que, nas operações existenciais da consciência histórica, esteja disponível tal informação. E isso é o que efetivamente ocorre: as histórias vêm sempre falar de sua própria verdade, quando levantadas dúvidas sobre sua credibilidade.

Isso não tem nada de incomum. As histórias não são cridas assim sem mais nem menos – elas têm de ser narradas de modo que possíveis dúvidas acerca de seu conteúdo já venham previamente esclarecidas. Tendo-se presente que as histórias tornam consciente a identidade de seus destinatários como permanência no fluxo do tempo e que, mediante essa função, constituem essa identidade, o argumento fica claro. A identidade é, contudo, uma relação dos homens e dos grupos humanos consigo mesmos, a qual se põe, por

sua vez, em relação com os demais homens e grupos humanos. Identidade é um momento essencial da socialização humana. Justamente por isso está exposta às contínuas dificuldades que os homens encontram consigo e com os demais, quando se socializam.[17] A identidade expressa pela narrativa das histórias não é um conteúdo fixo e definitivo. O que se é depende sempre do que os demais o deixam ser e do que se quer ser, na relação com os outros. Identidade é, por conseguinte, um processo social de interpretação recíproca de sujeitos que interagem entre si. Nesse processo, os sujeitos mesmos debatem-se continuamente entre si, à busca de serem aqueles que querem ser e de não quererem ser aqueles que deveriam ter sido. A constituição da identidade efetiva-se, pois, numa luta contínua por reconhecimento entre indivíduos, grupos, sociedades, culturas, que não podem dizer quem ou o que são, sem ter de dizer, ao mesmo tempo, quem ou o que são os outros com os quais têm a ver. Porque isso é assim e porque as histórias são também atribuições de identidade (razão pela qual se trata igualmente de uma questão de poder saber quem pode contar a história a quem, história que diz a este quem ele é), não se costuma acreditar cegamente nas histórias. Elas têm de ser narradas de forma tal que as dúvidas que surgem na luta pelo reconhecimento não cheguem a ser formuladas ou pelo menos venham logo a ser resolvidas pelas histórias no movimento de sua narrativa.

As histórias previnem as dúvidas à medida que *fundamentam* sua credibilidade Elas fornecem razões para se crer nelas e para servirem de orientação no tempo. Trata-se, aqui, nesse caso, do que se chama, na linguagem coloquial, de "verdade". "Verdadeiras" são as histórias com que se pode consentir; consente-se com as histórias nas quais as possíveis dúvidas surgidas podem ser resolvidas com as razões que elas fornecem. Sempre que indicarem, por meio de sua narrativa, o modo de superar as eventuais dúvidas que suscitem, as histórias sinalizam sua verdade.

Há, no entanto, uma tal quantidade de sinais, que por vezes se tem dificuldade em reconhecer, neles, o que de verdade é manifestado. O raciocínio que possa levar a dúvidas sobre a credibilidade

[17] A esse respeito, ver L. Krappmann, *Soziologische Dimensionen der Identität*, 3ª ed., Stuttgart, 1973.

das histórias fornece justamente, todavia, um claro delineamento da verdade na narrativa de histórias. Trata-se, no fundo, de três momentos, nos quais podem surgir dúvidas acerca da credibilidade das histórias: I) a propósito de seu conteúdo experiencial; II) sobre sua significação; III) quanto a seu sentido.

I) As histórias articulam as experiências do tempo passado. Sua credibilidade repousa, por conseguinte, sobre seu *conteúdo experiencial*. Esta realidade não requer outras explicações.

II) Não é apenas sobre isso que repousa a credibilidade das histórias. Elas relacionam as experiências do passado à intenção do tempo presente que se projeta no futuro. Nesse sentido, uma história elabora uma *significação* que repousa sobre algo diferente da experiência do passado: como experiência, só a relação com as intenções torna-a significativa (poder-se-ia dizer também "relevante", "substantiva", "apta a ser assumida"). O que, então, torna as histórias significativas? Elas são significativas à medida que conseguem relacionar as experiências do tempo passado com as intenções projetadas de seus destinatários. As histórias articulam, ademais, o acervo experiencial da memória e o superávit intencional característico da vida prática de seus destinatários, a fim de evitar que desemboquem num futuro vazio, e sim num futuro que, realisticamente, se pode esperar. É isso o que ocorre quando o superávit intencional do agir se concretiza em intenções precisas do agir, com as quais suas circunstâncias e condições dadas devem ser superadas e transformadas. E o que as histórias absorvem, do domínio das intenções, para obter significação? Têm de ser pontos de vista de que resultem os objetivos a serem alcançados pelas intenções do agir – isto é, o que se tem de fazer para mudar circunstâncias e condições dadas. Esses pontos de vista são as normas e os valores. Dúvidas e credibilidade, como atitudes que se pode ter diante de uma história, referem-se a essa relação interna com as normas e os valores da vida prática atual. Pode-se pôr em dúvida que as histórias efetivamente atinjam as intenções dominantes, ao relacionarem

as experiências do tempo passado a estas, a fim de imprimir-lhes um vetor temporal e tornar o futuro esperável nos termos da experiência acumulada. Inversamente, pode-se perfeitamente aceitar uma história justamente porque ela acerta em cheio as normas e os valores com os quais intenções são articuladas com processos temporais futuros de transformação do homem e de seu mundo a serem efetivamente postos em ação. Em suma: trata-se sempre de normas e valores, quando se fala da verdade de uma história.

III) Dispusemos, até aqui, de dois critérios com relação aos quais as histórias podem ser julgadas duvidosas ou credíveis e com os quais elas sustentam sua pretensão de verdade. No entanto, eles não bastam para descrever suficientemente a função orientadora que se espera de histórias verazes, pois a interdependência desses dois critérios ainda não está visível, nem a integração, a mediação, a síntese entre a experiência do tempo passado e a expectativa do tempo futuro produzida pela operação intelectual da narrativa de uma história. Experiência do tempo e expectativa quanto ao tempo são fundidas pela narrativa histórica na unidade de uma representação do tempo na forma de uma continuidade das intenções do agir que assegura ao agente, ao mesmo tempo, sua permanência na evolução do tempo. Com essa propriedade, a de representar a continuidade constitutiva da identidade, a síntese entre experiência do tempo e expectativa quanto ao tempo, produzida pela narrativa de uma história, adquire o caráter de determinadora de sentido da vida prática atual. Como determinadora de sentido, a história ingressa no quadro de referência de orientação da vida prática de seus destinatários. Nessa determinação culmina o problema da verdade: trata-se da *síntese narrativa de experiência e norma*, que constitui o sentido da história. Analogamente ao conteúdo experiencial e à significação de uma história, pode-se falar de um conteúdo de sentido, quando se pensa numa mediação realmente consistente, plena e concludente entre experiência e significado, que "supere" a ambos (no

duplo sentido da palavra)[18] na unidade de uma representação de continuidade constitutiva de identidade.

O conteúdo significativo de uma história coloca em ação a credibilidade ou o aspecto duvidoso de uma história com respeito à sua capacidade de prover a orientação que sua narrativa tenciona. O conteúdo de sentido de uma história não está dado de imediato com seu conteúdo experiencial e com seu significado, pois experiências do tempo e intenções normativas quanto ao tempo não se integram automaticamente para formar a unidade de uma representação de continuidade constitutiva de identidade. A mera articulação de experiência, de um lado, e de normas, de outro, ainda não forma história alguma, mas requer-se ainda a mediação entre ambas, se se quiser narrar uma história. No princípio (no sentido de origem) de cada história está seu sentido, e somente na reflexão posterior se pode distinguir entre o conteúdo experiencial e o normativo. A unidade originária entre experiência e norma está dada no fundamento "pré-histórico" da consciência histórica, ou seja, na tradição. A consciência histórica, no entanto, reflete a unidade prévia entre passado, presente e futuro na tradição e distingue ("critica") essas três dimensões, a fim de as mediar, à sua maneira característica, numa interpretação da experiência do tempo vinculada às intenções quanto ao tempo. A plausibilidade, a capacidade de convencimento que uma história possui, como síntese narrativa entre experiência e norma, depende do princípio unificador, do critério de sentido (ou de um conjunto de critérios) adotado pela narrativa histórica ou a que ela recorre, quando media a experiência do tempo passado com a experiência do tempo futuro na unidade de uma história, de modo tal que seus destinatários se valham dela para se orientar no fluxo temporal de suas vidas práticas, ou seja, para que se auto-afirmem e valorizem.

Com esse critério de sentido, toda história recorre a um ponto de vista supremo da orientação existencial humana, situado aquém da distinção entre experiência e norma e que garante a unidade

[18] J. Rusen utiliza, aqui, o termo *aufgehoben* no sentido hegeliano, experiência e significado estão plenamente presentes na unidade sintética da narrativa histórica que, no ato de sua representação narrativa, não apenas os "absorve" plenamente, mas vai além deles (" supera-os") (N. do T.)

interna, a consistência da orientação existencial humana, o domínio de si e do mundo como pressupostos de qualquer vida prática. A tradição filosófica denominou esse ponto de vista "idéia". Poder-se-ia falar, mais modestamente, de uma determinação orientadora do senso comum, no quadro de referências de orientação da vida prática humana. Pouco importa que nome se dê a essa função, o decisivo é que se trata de um fator de orientação da vida humana prática que opera uma unidade prévia de experiência e norma, de ser e de dever, dentro de uma compreensão consistente, pelo homem, de si e do mundo.

Temos circunscritas, assim, as pretensões de verdade das histórias Elas são manifestadas pelas histórias à medida que resolvem ou enfrentam as dúvidas. As razões da credibilidade das histórias são indicadas por recurso a: 1) experiências, que preenchem seu conteúdo factual; 2) normas e valores, que preenchem seu conteúdo de significado e 3) determinações de sentido, de acordo com as quais os conteúdos factual e de significado são mediados, narrativamente, para formar a unidade de uma representação de continuidade constitutiva de sentido.

As histórias manifestam essas diversas abordagens de sua aptidão à verdade à medida que resolvem dúvidas e fundamentam sua pretensão de validade de três formas distintas:

I) As histórias fundamentam sua pretensão de validade ao expor que os acontecimentos que narram efetivamente ocorreram do modo narrado. Isso se dá, no mais das vezes, pelo fato de que as histórias indicam suas fontes, mencionam testemunhas e avalistas, o narrador explicita sua própria condição de testemunha ocular – em suma: mediante uma série de expressões linguísticas que designam a experiência sobre a qual se baseia o conteúdo factual da história. *A verdade histórica pode ser caracterizada, nessa perspectiva de fundamentação, como pertinência empírica. Histórias são empiricamente pertinentes quando os fatos por elas narrados estão garantidos pela experiência.*

II) As histórias fundamentam sua pretensão de validade ao expor que os acontecimentos que narram possuem significado para a vida prática de seus destinatários. O narrador

utiliza normas para fundamentar por que estabelece determinadas correlações temporais entre tais ações humanas passadas e não entre outras, e por que ele as avalia de tal ou qual maneira e não de outra. Isso aparece nos estilos típicos utilizados pelas histórias para articularem-se com as normas da vida prática de seus destinatários, ou ainda quando elas se referem ou apelam a elas, etc. Encontramo-las, por exemplo, nas declarações de intenções didáticas, amiúde também na forma de uma "moral da história" explícita. *A verdade histórica pode ser caracterizada, nessa perspectiva de fundamentação, como pertinência normativa. Histórias são normativamente pertinentes quando os fatos por elas narrados estão garantidos por normas vigentes.*

III) As histórias fundamentam sua pretensão de validade ao mediar a facticidade e o significado do que narram na unidade de uma narrativa com sentido em si. Tem-se aqui um critério de sentido constitutivo de síntese, que dirige o fluxo narrativo e determina sua direção. Tem-se aqui o ponto de partida de uma história: uma determinação orientadora de sentido (idéia) constitui-se simultaneamente como instância suprema decisiva para a verdade de uma história. As histórias manifestam-no na medida em que expõem esse critério de sentido (não raro de forma destacada, logo no início ou na conclusão) por recurso seja aos sentidos correntes na vida prática de seus destinatários, seja aos elementos de senso comum previamente dados na orientação no tempo, percebidos por seus destinatários como acima de qualquer dúvida. *A verdade histórica pode ser caracterizada, nessa perspectiva de fundamentação, como pertinência narrativa. Histórias são narrativamente pertinentes quando o contexto de sentido entre fatos e normas, por elas apresentados como continuidade no fluxo temporal, está garantido por critérios de sentido (idéias como pontos de vista supremos da constituição de sentido) eficazes na vida prática de seus destinatários.*

Com isso estão caracterizadas as pretensões de verdade que aparecem na constituição existencial da consciência histórica e que

as histórias, em geral, têm Cada história pode ter suas pretensões de verdade controladas a partir de três critérios distintos. Esses três critérios de verdade mantêm uma relação complexa entre si. Não podem ser aplicados independentemente um do outro, se se trata de fundamentar a aceitação de histórias. Se se aplicar apenas o critério da pertinência empírica, a história resumir-se-ia a uma lista de sentenças assertivas e negligenciaria todas as demais sentenças que comporta. Esse critério, sozinho, não basta para as sentenças históricas: ele vale para todas as sentenças que enunciam fatos ou conjuntos de fatos, por exemplo: descrições de paisagens, observações da natureza, relatórios médicos, etc.; ele pertence, por conseguinte, aos fundamentos existenciais de quaisquer ciências.

Se se aplicar exclusivamente o critério da pertinência normativa, a história não passaria de uma lista de sentenças sobre os significados que os fatos possuem para a determinação do sentido e do fim do agir e do sofrer humanos, negligenciando que sempre se lida com fatos e com conjuntos de fatos. Também esse critério não é, sozinho, específico das sentenças históricas: ele vale para todas as sentenças que enunciam sentido ou finalidade do agir ou do sofrer humanos, por exemplo: doutrinas da virtude, preceitos legais, usos e costumes, mandamentos divinos, etc.; ele pertence, por conseguinte, aos fundamentos existenciais de todas as ciências normativas.

Somente o critério da pertinência narrativa é específico das histórias. Ele se refere à unidade interna dos fatos e normas efetivada pela constituição de sentido produzida pela narrativa histórica. Tampouco pode ele, contudo, ser aplicado independentemente dos demais critérios de determinação da verdade das histórias, mas sempre de forma tal que se tenha em vista a interdependência dos elementos que cada um dos dois outros critérios submete à dúvida, à verificação e à fundamentação. As histórias podem ser, pois, tanto empírica como normativamente pertinentes, sem acarretar todavia adesão direta.

Os três critérios de verdade estão, por conseguinte, em relação de mediação, na qual o critério da pertinência narrativa se situa num plano superior aos dois outros. É nele que culmina a pretensão de validade que as histórias têm ao dirigir-se àqueles que querem servir-se delas para orientar-se no tempo.

Capítulo 3

Científica — a constituição metódica da ciência da história

Eles amam a verdade,
mas descubra-a quem puder.

Voltaire[1]

No capítulo precedente expuseram-se os critérios de verdade do pensamento histórico com a intenção de esclarecer, a partir deles, o que significa fazer história como ciência. A passagem da garantia de validade em geral, que ocorre por princípio em toda narrativa histórica, para a garantia de validade característica da história como ciência será tratada sob o título de "Científica". É necessário, contudo, afastar alguns possíveis mal-entendidos. O título "Científica" aproxima nossas considerações de um tipo de pensamento conhecido como "cientificismo". Chama-se de "cientificismo" uma determinada interpretação da especificidade e do significado das ciências. Nessa interpretação, as ciências são tratadas isoladamente do mundo existencial dos que as praticam e dos que são por elas atingidos. Nessa forma de isolamento, elas se põem como a única instância, no âmbito da cultura humana, em que se pode obter conhecimento universal. Modelo, medida e paradigma de tal conhecimento universal, válido independentemente do contexto em que é obtido e aplicado, é o conhecimento das ciências naturais exatas. Pensar

[1] Voltaire, Lettre à Madame la Marquise du Deffant, 18.5.1772, *Oeuvres complètes de Voltaire*, vol. 48 Correspondance 1772-1774, 1882, p. 99 (Carta nº 8548)

"cientificisticamente" quer dizer, pois, não apenas monopolizar a verdade no sentido de uma validade estritamente universal no campo do conhecimento científico, como também fixar a verdade segundo determinados critérios de cientificidade, obtidos a partir de algumas ciências e estendidos normativamente a todas as demais.

Não se tenciona, aqui, nem uma coisa nem outra – nem o isolamento da ciência dos pressupostos e das condições de seu mundo concreto, nem sua normalização a partir do modelo das ciências exatas. Pelo contrário: a ciência da história, como forma peculiar do pensamento histórico, deve ser entendida, praticada e fundamentada a partir dos pressupostos e das condições de seu mundo existencial, e não interpretada como isolada e independente dele. Ao mesmo tempo, sua peculiaridade deve ser evidenciada e defendida das tentativas de diluí-la, reprimi-la ou mesmo abandoná-la, numa adaptação acrítica aos padrões reflexivos de outras ciências.

Apesar de tudo, a escolha do título "Científica" se deve ao fato de que pelo menos um aspecto do cientificismo pode ser preservado, malgrado toda a crítica à sua unilateralidade: o elemento que consiste na pretensão de verdade próprio à cientificidade do conhecimento e em sua fundamentação numa determinada forma de garantia de validade aplicável a toda e qualquer ciência. Com isso não se deseja afirmar que a ciência da história pretenda deter o monopólio do único conhecimento histórico válido, mas sim deixar claro em que consiste a pretensão específica de validade que surge com a cientificização da história e em que consiste essa cientificização. Tampouco se deve definir a cientificidade da ciência da história com parâmetros de cientificidade obtidos mediante generalização dos procedimentos de outras ciências. A cientificidade da ciência da história deve ser estabelecida e descrita justamente no que tem de peculiar, que produz o constructo significativo chamado "história". Por esse motivo, a abordagem da cientificidade da ciência da história num capítulo intitulado "Científica" tem de ser precedida pelo exame da base existencial dessa ciência.

De outro lado, porém, não se pode dizer o que significa a "cientificização" do pensamento histórico se não se levar em conta uma característica marcante sua, que o conduz, para além de seu mundo existencial, à forma específica de reflexão da ciência da história.

Para colocar essa especificidade em evidência, não basta insistir naquela peculiaridade da ciência da história que a distingue das demais ciências, mas deve-se explicitar também o que o pensamento histórico tem em comum com o pensamento que, em geral, se denomina "científico". Esse elemento comum não pode ser buscado nas características que diferenciam as ciências umas das outras, mas sim nas propriedades gerais do pensamento científico, que valem como princípios de todas as ciências (e que talvez por tão óbvias passem não raro despercebidas, quando certas ciências prevalecem, por força dos resultados tecnológicos de seus conhecimentos).

Partindo-se do ponto em comum da pretensão de verdade, tratar-se-á das diferenças (por certo não negadas nem subestimadas) entre o pensamento histórico não especificamente científico e o especificamente científico. A "Científica" trabalha, pois, com o pressuposto de as diferenças não decorrem de critérios de verdade diversos, embora modulem diversamente o grau de pretensão de verdade levantado por todas as histórias.

Isso parece paradoxal, pois como a história como ciência se distinguirá das demais formas do pensamento histórico se não requerer uma determinada verdade exclusiva para si? Esse paradoxo é, todavia, meramente aparente, pois a diferença está *no modo e na forma*, com os quais a história como ciência formula as fundamentações que, em princípio, estão em todas as histórias. *História como ciência é a forma peculiar de garantir a validade que as histórias, em geral, pretendem ter.* Histórias narradas com especificidade científica são histórias cuja validade está garantida mediante uma fundamentação particularmente bem feita.

Indica-se, assim, a propriedade do pensamento sobre a qual repousa o caráter científico do conhecimento: trata-se de um pensamento que, mediante suas regras metódicas, cuida de que as pretensões de validade das sentenças que enuncia sejam bem sustentadas argumentativamente. "Ciência" é entendida, aqui, no sentido mais amplo do termo, como a suma das operações intelectuais reguladas metodicamente, mediante as quais se pode obter conhecimento com pretensões seguras de validade. O pensamento histórico-científico distingue-se das demais formas do pensamento histórico não *pelo fato* de que pode pretender à verdade, mas *pelo modo* como reivindica a verdade, ou seja, por sua regulação metódica.

A cientificidade no âmbito das operações da consciência histórica e no âmbito da narrativa histórica consiste, por conseguinte, na regulação metódica dessas operações, desse narrar histórico. *Ciência é método.*

Com isso não se está pensando em nenhum método determinado, como por exemplo o método matemático das ciências naturais, mas sim numa regulação do pensamento, pela qual se possa garantir a pretensão de validade de suas sentenças. Essa regulação consiste na incorporação sistemática da dúvida sobre a validade de sentenças como fator constitutivo do pensamento. Correspondentemente, as fundamentações que resolvem as dúvidas fazem parte igualmente sistemática do processo cognitivo, não apenas caso a caso (na eventualidade de ocorrer cá e lá alguma dúvida), mas de forma contínua, ao longo de todos os conjuntos de sentenças acerca de determinados problemas e fatos. Em que consistem as regulações metódicas do pensamento científico referentes aos diversos campos de conhecimento depende da especificidade das pretensões de validade suscitadas em cada um dos muitos âmbitos de aplicação do pensamento.

Para se entender, pois, o que a história é, como ciência, não se pode partir de um determinado ideal de ciência, atribuindo aos procedimentos metódicos de uma ou mais ciências (por exemplo, da física teórica) valor paradigmático para as demais. É preciso apreender a peculiaridade de cada forma de pensamento existente no mundo concreto, antes de efetivar, nelas, uma idéia da regulação metódica do pensamento válida (formal e) uniformemente. Essa ou aquela ciência pode, então, ser exemplar pelo modo e pela forma com que leva às últimas consequências as garantias prévias de validade existentes no mundo concreto, enunciando, por conseguinte, sentenças e conjuntos de sentenças fortes e consistentes. As regras de procedimento e os sistemas de regras para produção do conhecimento próprio a cada especialidade, constituídos nesse processo, não podem ser transpostos, sem mais nem menos, de um campo para outro; requer-se, para eventual transposição, a existência prévia de garantias iguais ou semelhantes de validade nos processos elementares e genéricos da interpretação, de si próprio e do mundo, pelo homem.

O pensamento histórico é científico, portanto, à medida que procede metodicamente. E ele procede metodicamente à medida que as fundamentações de suas pretensões de validade se tornam parte integrante da própria história. As histórias são especificamente científicas, por conseguinte, quando a fundamentação sistemática de sua pretensão de validade é parte essencial delas mesmas, ou seja, quando elas são *narradas de forma continuamente fundamentada.*

Narrar fundamentadamente, como forma especificamente científica do pensamento histórico, significa, pois, proceder metodicamente ao rememorar o passado humano a fim de orientar o agir e o sofrer no tempo presente. Esse procedimento metódico será descrito a seguir. Não se busca, contudo, apresentar o método histórico como um sistema sofisticado e altamente complexo de regras de pesquisa, mas apenas abordar *os princípios da metodização do pensamento histórico como princípios.* Tenciono explicitar a ciência como método no ponto em que a especificidade do pensamento histórico está fundada, isto é, nas operações gerais e elementares da consciência histórica, da narrativa histórica. Trata-se da capacidade do pensamento histórico de garantir, mediante fundamentação, a validade das sentenças que enuncia sobre o passado humano.

Está definido, assim, o percurso das considerações que se seguirão: desejo refletir sobre as três perspectivas, com as quais a validade das histórias é garantida mediante fundamentação, perguntando-me se e como ocorre, pode ocorrer e deve ocorrer, nelas, a metodização.

No caso do pensamento histórico, esse procedimento é pouco problemático, quando se trata da relação com a experiência. (Daí ser o respectivo item relativamente curto.) Nesse particular, os problemas específicos à história como ciência não se situam no plano dos princípios, mas sim na transposição diferenciada desses princípios para um sistema coerente de regras de pesquisa denominado "método histórico". Não é essa, contudo, a questão em debate aqui; tratá-la-ei mais adiante. O ponto, aqui, restringe-se a caracterizar a abrangência e a especificidade da metodização do pensamento histórico no momento de sua constituição nos processos existenciais da narrativa histórica. Somente quando isso tiver sido

feito, poder-se-á passar à definição do "método histórico" entendido como a suma das regras de proceder da pesquisa histórica.

A metodização do pensamento histórico é muito mais problemática quando se trata da pertinência normativa e narrativa das histórias. Muitos historiadores consideram as questões de sentido e significado como pré ou paracientíficas e querem ver-se livres delas, em nome da cientificidade de sua disciplina. Torna-se, pois, necessário tratar com mais pormenor *se* e *como*, no campo da relação do pensamento histórico com normas e idéias, metodizações são possíveis e necessárias, de maneira que a história possa ser praticada como ciência. Temos, aqui, flancos vulneráveis da cientifização do pensamento histórico.

A relevância dessa problemática será analisada na parte final deste capítulo. O problema do "partidarismo" e da "objetividade" decorre justamente da constituição existencial prática do conhecimento histórico, abordada no segundo capítulo: também em sua forma científica o pensamento histórico exerce uma função orientadora específica, cuja identificação com os clichês correntes de cientificidade, baseados no modelo de outras ciências, não-históricas, não pode ser feita sem mais nem menos.

A metodização da relação com a experiência

Sentenças históricas (histórias) são sempre enunciados sobre algo que foi o caso no passado. Sua credibilidade depende de convencer seus destinatários de que o que ocorreu no passado aconteceu da forma como o enunciam. As histórias convencem seus destinatários da credibilidade de seus conteúdos na medida em que demonstram o que foi o caso, no passado, por recurso aos vestígios ainda presentes desse mesmo passado. Dessa forma, quem quiser saber como as coisas aconteceram poderá convencer-se de que assim foi como está sendo dito. Para reforçar sua pertinência empírica, as históricas podem remeter a uma instância de autenticação. Essa instância consiste na contemporaneidade factual do passado, ou seja, no fato de que subsiste algo dele e que dá testemunho dele. As pretensões de validade suscitadas pelas histórias com relação a

seus conteúdos empíricos são fundamentadas, destarte, com a operação tipicamente histórica da validação.

A pertinência empírica das histórias funda-se, pois, no fato de que seus enunciados sobre o que foi o caso, no passado, estão garantidos pela experiência do que ainda subsiste, no presente, desse passado, referido como testemunho fundamentador da realidade passada. O âmbito dessa experiência é amplo: vai do ouvir dizer à documentação precisa. Nada do que pertence ao âmbito dessa experiência pode ser fundamentado fora das situações existenciais em que as histórias são narradas: à experiência pertence tudo o que o narrador e seus destinatários entendem como fazendo parte dos dados reais de sua vida prática concreta.

Como ciência, a história baseia-se no fato de que a operação basilar do testemunho pela experiência é metodizada. Uma vez metodizada de maneira especificamente científica, essa operação basilar assume a forma da *pesquisa histórica*. O pensamento histórico faz-se científico ao se submeter, por princípio, à regra de tornar o conteúdo empírico das histórias controlável, ampliável e *garantível* pela experiência.

O que ocorre com a relação das histórias com a experiência quando ela se transforma em pesquisa? Em primeiro lugar, essa relação torna-se visível: os fatos históricos são distinguidos dos significados que lhes são atribuídos no contexto interpretativo de uma história. Sua facticidade pura torna-se objeto de uma operação intelectual própria. Com isso, o que se chama de "experiência", como instância autenticadora da validade de sentenças empíricas, é precisado e restringido: experiência é, por princípio, apenas o que pode e deve ser reconhecido, por qualquer um, como um dado empírico.

A metodização da relação das histórias com a experiência sob a forma da pesquisa é, portanto, inicialmente restritiva: os historiadores abstraem da atribuição de significado e da constituição de sentido elementos essenciais do pensamento histórico e isolam o conteúdo empírico das histórias. Dessa maneira eles limitam o âmbito das sentenças capazes de validação sobre o que efetivamente foi o caso, no passado. Admitir-se-iam como experiências apenas as constatações que pudessem ser controladas, intersubjetivamente, quanto à sua credibilidade como testemunhos do passado. Teste-

munhos do passado com relevância experiencial – os historiadores costumam chamá-los de "fontes" – têm de ser dados factuais contemporâneos, que possam ser apreendidos como tais por qualquer sujeito humano capaz de apreensão e identificados por qualquer sujeito humano pensante como testemunhos do que foi o caso, no passado. A narrativa de histórias é vinculada, pois, ao recurso às fontes: ou seja, narrar argumentativamente o que depõe a favor ou contra o que no passado tenha ocorrido ou não, da forma como é narrado. As histórias que, quanto à sua relação com a experiência, são narradas de forma argumentada, isto é, que se baseiam em fontes, tornam transparentes os fundamentos de seus conteúdos empíricos. Dessa maneira, elas podem, por princípio, ter esses conteúdos controlados pela experiência.

Com essa metodização da relação com a experiência, o pensamento histórico radicaliza a diferenciação crítica da tradição, essencial para a operação narrativa da consciência histórica, em diversos planos temporais. O passado, imediatamente presente na tradição, não só passa a ser visto como passado, mas é também questionado quanto à sustentabilidade do que é dito, sobre ele, na tradição. O pensamento histórico, por conseguinte, como científico é, por definição, crítico da tradição – e de modo totalmente independente do eventual papel que a tradição possa ainda exercer no conjunto das idéias e normas em que ele se insira.

O passado, que vive no presente como tradição, é objetivado como um conjunto de fatos do passado mediante a metodização da relação com a experiência. Ao metodizar sua relação com a experiência, o pensamento histórico transforma a tradição, artificialmente, em vestígios. Ele passa do conteúdo factual da tradição ao conjunto dos vestígios em geral que, ao lado e independentemente da tradição, dá testemunho do que foi, uma vez, o caso.[2] Com esses vestígios, é possível não apenas controlar o conteúdo informativo da tradição sobre o passado, mas igualmente ampliá-lo e superá-lo de forma substancial. O saber atual sobre o passado humano passa a ser sistematicamente corrigível. A credibilidade das informações disponíveis até hoje sobre o passado humano é permanentemente controlada, e sentenças empíricas tidas atualmente por verdades

[2] Ver anteriormente, p. 82 ss.

históricas podem ser desmentidas pela instância controladora das fontes. É justamente nesse processo que a pesquisa histórica leva a novo saber, a conhecimentos surpreendentes sobre o passado. A relação metodizada com a experiência do pensamento histórico-científico conduz a um saber com o qual, pode-se mesmo dizer, nunca se teria sonhado.

Se submetermos a narrativa histórica à regra metódica da pesquisa histórica, se examinarmos e controlarmos os fatos do passado mediante a experiência do que deles ainda subsiste, dá-se, então, algo de decisivo para o caráter científico da narrativa histórica: as histórias, sob a diretriz de uma relação metódica com a experiência, inserem-se, com seus conteúdos factuais, na linha do *progresso do conhecimento*.

O que se quer dizer com "progresso do conhecimento"? As histórias que se baseiam em pesquisa apresentam o passado humano como um constructo de fatos que pode ser superado, a todo instante, por novas pesquisas. Essas histórias são sempre relativas a outras, melhores; elas são provisórias, elas se superam, remetendo sempre a novas pesquisas, que trazem novos resultados e que tornam necessárias novas histórias.

A pesquisa serve para garantir o conteúdo empírico das histórias. Isso não quer dizer, porém, que as histórias baseadas em pesquisa proclamem, de uma vez por todas, o que foi o caso, de modo que a orientação no tempo que se fizesse com elas fosse definitiva e infalível para todo o sempre. Por certo se pode confiar nos fatos referidos por essas histórias na medida em que se baseiam em experiências do que ainda subsiste, no presente, do passado. De outro lado, contudo, o procedimento metódico da pesquisa coloca em movimento um processo contínuo de obtenção de informações novas e melhores sobre o passado humano, cuja interrupção é impossível enquanto a narrativa das histórias estiver submetida à regra metódica do controle e da ampliação do conteúdo empírico das histórias mediante experiência.

A metodização da relação com a experiência obtém, portanto, um resultado paradoxal: as histórias cujo conteúdo empírico está particularmente bem assegurado pela pesquisa são, com respeito a esse mesmo conteúdo, por princípio, histórias relativas. Elas mentiriam, se se apresentassem como definitivas, ou seja, justamente

como o senso comum espera que aconteça, quando é a ciência que fala. A verdade das histórias cujo conteúdo empírico se baseia em experiência torna-se uma grandeza evolutiva, quando a relação com a experiência se faz de modo metódico e sistemático: ela é absorvida pelo processo de crescimento constante de saber histórico.

Pode-se denominar a passagem à versão científica da narrativa histórica, no que diz respeito a seu conteúdo empírico, de *passagem de uma certeza insegura para uma certa insegurança*. Inseguramente certas são todas as histórias cuja pertinência empírica pretende que não existe razão alguma para ter dúvidas. Esse é o caso da maior parte das histórias narradas na vida quotidiana. Essa certeza – que é também autoritária – é superada (e reconhecida, subseqüentemente, como insegura) quando chega o momento de se elencar as razões que devem demonstrar ter ocorrido assim, e não de outra forma, o que se enuncia como tendo sido o caso no passado. Por princípio, sempre que as razões são enumeradas, a pertinência empírica das histórias adquire o estatuto de uma certa insegurança, pois a pesquisa, como processo de fundamentação, revela-se como procedimento constante de correção de erros e obtenção de novas informações sobre o passado, de forma tal que não se pode afirmar, definitivamente, que esse ou aquele episódio ocorreu assim e não de outro modo.

O pensamento histórico somente se insere no movimento do progresso do conhecimento quando destaca expressamente o conteúdo empírico das histórias e distingue-o das normas que lhe atribuem sentido e com as quais, a partir dos fatos, se constroem (mediante narrativa) as histórias. Essa distinção tem certamente algo de artificial, já que os fatos, no processo da narrativa, nunca são puros em si, mas articulados em um contexto temporal que é mais que meramente factual: nas histórias, os fatos sempre estão inseridos nas determinações de sentido da vida prática atual. Somente quando os fatos são artificialmente isolados das normas que lhes atribuem significado para a determinação de sentido da vida prática atual é que as operações metódicas específicas da pesquisa histórica põem-se e mantêm-se em ação. As histórias baseadas nessas operações adquirem uma característica especial: elas são verdadeiras (no sentido de pertinentes empiricamente) também para aqueles que não aceitam sua pretensão de sentido e significado.

Se o conteúdo empírico de uma história revela os traços da pesquisa histórica a que é devido, então pode ser isolado da relação estrita com as normas atribuidoras de significado e com as idéias instituidoras de sentido em que se encontra, pois é parte de uma história. No pensamento histórico-científico, essa relação não é assim tão estrita que os fatos históricos não possam adquirir uma certa vida autônoma: como resultados de pesquisa, eles ganham uma utilidade que vai além da finalidade historiográfica inicial por força da qual foram obtidos. Enquanto metodicamente garantidos, podem migrar para outros contextos historiográficos, sendo associados a outros fatos, pesquisados para finalidades historiográficas diferentes, para constituir novas histórias. (A transposição não pode acontecer, no entanto, de maneira arbitrária, uma vez que as perspectivas de significado e de sentido se referem a tipos diferentes de fatos e não coincidem.) Como objeto de uma pesquisa histórica regulada metodicamente, o conteúdo empírico das histórias torna-se conteúdo de um saber histórico que não se esgota nas histórias que devem ser narradas para satisfazer as carências atuais de orientação no tempo. A pesquisa, como processo de obtenção de fatos sobre o passado, não pode ser pensada sem essas carências de orientação, mas produz resultados que vão bem além delas. Como ciência, a história fornece sempre mais saber histórico do que é estritamente necessário à orientação temporal da vida prática atual.

Com a pesquisa, o saber histórico desenvolve vida própria, supera a funcionalidade historiográfica por força da qual foi produzido e torna-se – para empregar o termo técnico adequado – *livre de valores*.

Essa expressão é extremamente ambígua e será explicada com mais vagar na última parte deste capítulo. No momento, ela quer dizer apenas que os fatos do passado, controlados e garantidos pela experiência, podem ser inseridos em constelações historiográficas diferentes, a que conferem pertinência empírica, com (relativa) independência quanto às diversas pretensões de validade normativa e narrativa daquelas. (Um testemunho literário dessa autonomia do conteúdo empírico das histórias é dado pelos textos que, em si, não são histórias no sentido técnico do termo, mas apresentam resulta-

dos de pesquisa produzidos para histórias possíveis, ainda não redigidas como tais.)

Muitos historiadores tendem a ver, no superávit de saber histórico produzido pela pesquisa histórica para além das carências de orientação da vida prática atual, o produto propriamente dito da ciência da história. Mas será que a ciência da história libera o pensamento histórico dos liames da atribuição de significado e da constituição de sentido, em que o narrar histórias insere todo o saber histórico, ao servir à orientação da vida humana prática no tempo?

Essa pergunta tem mais do que um mero alcance retórico. Não resta dúvida de que a pesquisa tem vida própria na produção do saber factual, sem o qual os fatos não se encaixariam no contexto de uma história nem se refeririam às carências de orientação da vida prática. Muitos trabalhos de pesquisa não são realizados com a finalidade de se escrever uma história, mas para preencher uma lacuna de conhecimento, para resolver um problema resultante de pesquisas anteriores ou, simplesmente, porque se está curioso por descobrir o que, afinal, foi o caso no passado. No entanto, só se pode reconhecer à pesquisa autonomia, no sentido de independência das operações intelectuais históricas da atribuição de significado e da constituição de sentido, se se deixar de ver que ela nada mais é do que um procedimento metódico de garantir a validade de histórias. Muitos pesquisadores tendem a considerar sua prática como puro fim em si mesmo. Eles reconhecem nos resultados da pesquisa histórica o estatuto de um saber que possui sentido e valor por si mesmo, até mesmo independentemente de sua aplicação historiográfica. Não podemos negar a essa concepção uma motivação para o desempenho da pesquisa. Afinal, o procedimento para a obtenção metodicamente regulada de fatos históricos é diferente do procedimento pelo qual a historiografia produz um texto, com o qual é possível a orientação no tempo

Os fatos obtidos pela pesquisa seriam, todavia, pura e simplesmente sem sentido e significado se não fossem obtidos como fatos destinados à transformação em histórias, isto é, em rememorações indispensáveis à vida. Em sua pura facticidade, os fatos históricos não são nada históricos; como informações sobre o que foi o caso no passado, eles ainda não representam o que só é obtido

pela pesquisa histórica, ou seja: um saber sobre o passado humano, no qual este é conhecido como história, no qual, por conseguinte, os "feitos" são insculpidos no contexto de significado e de sentido de uma "história".

Naturalmente, os fatos obtidos pela pesquisa podem ser inseridos em outros contextos de saber e conhecimento, como, por exemplo, nas formas de pensamento típicas das ciências não-históricas, nas quais se utiliza o saber histórico sem consideração particular pelo caráter histórico desse saber. Apesar disso, a pesquisa histórica vive de que os fatos obtidos por ela se inserem (potencialmente) em histórias com significado e sentido. Se a ciência da história se entendesse como um empreendimento destinado exclusivamente a extrair informações dos vestígios do passado humano (das fontes, pois) sobre o que foi efetivamente o caso no passado, então ela seria tão sem sentido quanto se fosse vista isoladamente do contexto narrativo em que é conformada por idéias constituidoras de sentido e normas atribuidoras de significado.[3] Os resultados da pesquisa histórica nunca são tomados por si sós, mas sempre como produtos das fontes em determinados contextos historiográficos. Além disso, uma compreensão da ciência da história em que prevalecesse uma "neutralidade de valores" dos fatos pesquisados abstrairia dos fundamentos existenciais do pensamento histórico; sem esses fundamentos, porém, não se pode mais entender por que o pensamento histórico deveria submeter-se à disciplina da pesquisa.

Quanto mais claramente o conteúdo empírico das histórias aparece como questão de uma regulação metódica do pensamento histórico e pode ser distinguido dos demais componentes importantes das histórias, tanto mais é necessário destacar a interdependência entre todos esses componentes. Do contrário surgiria a falsa impressão de que a história, como ciência, nada teria a ver com esses outros componentes e limitar-se-ia a recuperar fatos do passado humano dentre os seus vestígios ainda subsistentes no presente. É no contexto dessa interdependência que o trabalho de

[3] Esse tipo de isolamento está presente na famosa tese de Max Weber, segundo a qual a história seria, tomada por si só, sem as relações valorativas do historiador, um "caos", uma "infinitude sem sentido do fluxo do mundo" (ver anteriormente p. 68 e nota 13 do capítulo II.)

pesquisa desenvolve sua potencialidade: a da pertinência empírica específica do pensamento histórico, quando metodiza sua relação com a experiência.

Em resumo, a questão do significado da metodização da relação com a experiência como constituição metodológica da história como ciência pode ser respondida da forma seguinte: as histórias tornam-se científicas, com respeito à sua pertinência empírica, se suas narrativas obedecem às regras da pesquisa histórica. Essas regras submetem o pensamento histórico à obrigação de tornar o conteúdo empírico das histórias controlável, ampliável e *garantível* pela experiência. A história como ciência produz, com essa metodização da relação com a experiência, um progresso constante do conhecimento.

A metodização da relação com as normas

Com seu conteúdo significativo, as histórias buscam, na vida humana prática atual, determinados objetivos com respeito ao futuro. Esses objetivos, essas intenções têm de ser formuladas especificamente, para serem compatíveis com as mudanças experimentadas do homem e de seu mundo. O conteúdo significativo de uma história é plausível, por conseguinte, à medida que os processos temporais do passado, tornados historicamente presentes, possam ser concebidos como pré-história dos processos temporais nos quais os destinatários das histórias têm a intenção de realizar suas ações.

Para as intenções a se realizarem no futuro, são determinantes as normas que estabelecem o que deve suceder. Tais normas transformam a intencionalidade do agir humano em intenções determinantes da ação. São normativamente pertinentes as histórias que, por conseguinte, fundamentam o significado do passado, no presente, com normas que estão na base das intenções determinantes do agir de seus destinatários (assim, por exemplo, para os integrantes de uma determinada classe social que tencionem libertar-se combativamente do jugo de uma outra classe, todas as histórias, nas quais o passado apareça como luta de classes, são normativamente pertinentes).

Histórias cujo significado é posto em dúvida têm de fundamentar por que razão o conhecimento daquilo que trazem do passado humano para o presente é importante para a orientação da vida humana prática atual no tempo. Elas só superam as dúvidas quando demonstram que as normas requeridas para avaliar seu significado são igualmente normas que os céticos utilizam para fundamentar suas próprias intenções de agir futuro. Se as histórias forem postas em dúvida quanto à importância do passado por elas trazido para o presente, para a orientação futura do agir atual, tais dúvidas somente podem ser resolvidas se e quando forem explicitadas e fundamentadas as normas que tornam o presente aberto ao passado e o passado articulável com o presente. O que significa regular metodicamente a relação das histórias com as normas, de maneira tal que dúvidas quanto ao significado das histórias sejam sistematicamente resolvidas? Existe, na práxis do historiador, algo que demonstre que a relação do pensamento histórico com as normas possa efetivar-se de modo científico?

Com efeito, analogamente à pesquisa com relação à experiência, há um modo especificamente científico da relação com as normas no pensamento histórico: a *reflexão sobre o referencial*.

Os historiadores não discutem apenas se determinadas asserções sobre o que foi ou não o caso no passado estão ou não garantidas empiricamente, mas polemizam também – e intensamente – sobre se esses fatos (supondo-se que tenha havido acordo sobre eles) são postos na perspectiva correta. O debate científico ocupa-se igualmente, e por certo não de modo marginal, em saber se, e até que ponto, os fatos obtidos mediante pesquisa se articulam com outros fatos para formar um processo temporal coerente que corresponda às carências de orientação (ou às orientações já ativas) no tempo presente. Esse processo temporal é conhecido correntemente, na sua vinculação com o presente, como "perspectiva histórica". Como cientistas, os historiadores polemizam também sobre a correção das perspectivas históricas em que inserem os fatos passados obtidos mediante pesquisa. Tais polêmicas entre cientistas seriam vãs, se não fossem travadas sob estritos critérios científicos. Há regras metódicas a serem obedecidas pelo debate sobre perspectivas, de modo que ele ocorra de forma especificamente científica? Em resposta a essa pergunta pode-se remeter ao arsenal de argu-

mentos utilizado pelos historiadores em suas polêmicas acerca da perspectiva correta, que transcorre perfeitamente de acordo com regras, isto é, em passos argumentativos controláveis. A expressão "reflexão sobre o referencial" designa esse arsenal argumentativo e suas regras de funcionamento.

"Reflexão sobre o referencial" consiste tanto numa regulação do processo do conhecimento histórico, pela qual as perspectivas desse conhecimento são evidenciadas e articuladas com as opções normativas da vida prática dos historiadores e de seus destinatários, como no estabelecimento de uma relação de crítica e complementaridade argumentada entre as múltiplas perspectivas que necessariamente constata.

Quanto à relação com as normas, o primeiro passo da cientificidade do pensamento histórico ocorre com a compreensão de que os fatos do passado só podem ser trazidos ao presente mediante uma ordenação de perspectivas chamada "história". Toda história tem uma perspectiva. O passado humano pode, pois, por princípio, aparecer como história em diferentes perspectivas, malgrado o mesmo conjunto de fatos. Com o passo da reflexão sobre o referencial, na qual a perspectiva de cada conhecimento histórico é evidenciada, a ciência da história dá, quanto à pertinência normativa das histórias, um passo análogo ao que deu com respeito à pesquisa na relação com a experiência: a garantia de validade das histórias em referência à relação com a experiência levou, de início, à constatação de que o conteúdo empírico das histórias é, por princípio, superável e aperfeiçoável. O mesmo acontece com o reconhecimento do caráter perspectivo do conhecimento histórico: é nele que malogram todas as pretensões de exclusividade normativa que desembocariam, por sua vez, na pretensão de que as normas atribuidoras de significado o fariam para a história em sua totalidade, vale dizer: para uma história que, em princípio, não careceria de complementação alguma.

Também no caso da regulação da relação com as normas, a cientificização do pensamento histórico significa que se deu *o passo de uma certeza insegura para uma certa insegurança*. Existem histórias que, pelo tipo de sua relação com as normas, dão a imagem de que reproduziram o passado, hoje, tal como ele realmente aconteceu, sem deixar margem de dúvida acerca de seu

significado para o presente. Ao revés, todas as histórias que tencionam fundamentar sistematicamente seu teor normativo admitem logo de início que o significado que atribuem ao passado por elas apresentado aos contemporâneos sempre pode ser avaliado de outra maneira. A "certeza insegura" é um dogmatismo da narrativa histórica que opera como se não existisse qualquer outra perspectiva possível, diferente da que adotou sobre o passado. Proceder cientificamente significa superar o dogmatismo, ou seja, dar o passo para a incerteza segura de que não há uma perspectiva total que abranja tudo. Ela não existe, porque a relação contemporânea com as normas, com a qual as histórias (mediante representações de continuidade) rememoram o passado, não pode de modo algum realizar-se aquém ou independentemente dos referenciais adotados pelos historiadores e seus destinatários na vida prática presente.

No lugar da falsa segurança do dogmatismo na relação com o presente, entra, no âmbito da regulação especificamente científica da relação das histórias com as normas, a relatividade dos referenciais. Essa relatividade inaugura a possibilidade de argumentar-se racionalmente sobre as perspectivas do conhecimento histórico.

O significado que é atribuído ao passado pelas histórias, no contexto de sua relação com o presente, só pode ser fundamentado na medida em que essa relação com o presente for explicitada e tornada plausível com base nas normas que, como atribuidoras de significado, são relevantes para ela. Com tal explicitação, fica claro que se trata de pontos de vista nos quais carências e interesses foram transpostos para intenções e, como tais, expressos. Se as pretensões de validade das histórias devem ser fundamentadas de forma metódica quanto a seu teor normativo, então isso nada mais quer dizer do que não perder de vista justamente essa dependência do pensamento histórico com respeito às carências e aos interesses de seus sujeitos. A cientificização do pensamento histórico no plano da relação com as normas não é possível sem se admitir o enraizamento desse pensamento na vida prática contemporânea e levá-lo a sério na regulação metódica que torna científico o pensamento histórico. As normas atribuidoras de significado têm de ser levadas em consideração no ponto exato em que surgem: nas necessidades de orientação contemporânea dos homens, para poderem viver. Essa orientação está sempre condicionada por carências e interes-

ses que são satisfeitos no agir ou prejudicados quando a ação é impedida. Somente quando as normas, que atribuem significado às histórias cuja pertinência normativa se analisa, são situadas na vida prática de seus autores e destinatários fica-se sabendo do que se trata, quando se fala em perspectivas das histórias: trata-se do *referencial* adotado pelos autores e destinatários das histórias na vida social de sua época.

É a partir do referencial presente que se elabora a perspectiva do passado em que este, afinal, aparece como história. "Referencial" quer dizer o modo e a maneira com que os homens (indivíduos, grupos, sociedades, culturas) experimentam e interpretam sua própria situação em interação com os demais. Como experiência de chances prévias de agir, eles são objetivos; eles são transpostos, ao mesmo tempo, porém, para intenções de agir, ou seja, são também subjetivos. Na elaboração de perspectivas para as histórias, o referencial de seus autores e destinatários atua mediante normas, com as quais eles exprimem a experiência social das oportunidades de ação e das experiências de sofrimento transpostas para as intenções do agir e para a resistência ao malogro. São também essas normas que decidem o que é importante saber do passado e o que pode ser esquecido.

Em muitas histórias, essa dependência da perspectiva histórica quanto a referenciais, mediada pelas normas, é tão natural, que ela nem se torna consciente; dessa forma, uma fundamentação específica da perspectiva adotada em cada uma delas e a abordagem do referencial dos autores e destinatários – do qual a perspectiva decorre – parecem totalmente supérfluas. No entanto, se as histórias devem ser narradas de modo especificamente científico quanto a seu significado, ou seja, se as pretensões de validade relativas a esse significado devem ser fundamentadas na forma de uma regulação metódica, então a perspectiva dessas histórias tem de ser posta em evidência, as respectivas normas atribuidoras de sentido têm de ser enunciadas e os referenciais sociais inseridos nessas normas têm de ser explicitados.

Nesse procedimento, o conteúdo significativo das histórias é isolado de sua articulação íntima com o conteúdo empírico e analisado por si. Esse isolamento (artificial) pode deitar certa luz sobre

a assim chamada "neutralidade de valores" do conhecimento histórico.

Isolados um do outro os conteúdos empírico e normativo das histórias, fica claro que nenhuma conseqüência narrativa decorre do puro conteúdo empírico de uma história. A demonstração, pela pesquisa, do que foi o caso no passado não enseja conclusão alguma sobre os elementos normativos do agir atual com respeito ao futuro. (Já Max Weber havia tratado dessa questão com toda a clareza necessária).[4] Fica claro também que "neutralidade de valores" não quer dizer que as normas e os valores não desempenhem papel de importância no conhecimento histórico e que o historiador não tenha de ocupar-se deles. Pelo contrário! Os fatos do passado obtidos pela pesquisa empírica somente se articulam para formar o constructo significativo de uma história, isto é, o conhecimento histórico só é possível se e quando se atribui aos fatos um significado para a orientação na vida prática no tempo presente; sem o recurso a normas e valores, isso é totalmente impossível.

Somente quando os conteúdos empírico e normativo forem isolados artificialmente e diferenciados um do outro pode-se indicar com precisão maior do que trata a "neutralidade de valores" do conhecimento histórico. O conhecimento histórico está livre de valores na medida em que não se pode deduzir de seu conteúdo empírico instrução alguma aplicável ao agir atual. Pode-se dizer, pois, que nenhuma normatividade decorre diretamente da pertinência empírica das histórias. Deve-se acrescentar, todavia, que as normas atuam nos processos do conhecimento histórico na medida em que regulam a relação com o presente, única a possibilitar que os fatos do passado adquiram perspectiva histórica, e na qual estes estejam conformados como uma "história" cognoscível.

A primeira etapa da metodização da relação normativa é, por conseguinte, a da desestabilização. A certeza que as histórias possuem quanto a seus conteúdos significativos, quando esses não estão fundados em normas inquestionadas, torna-se insegura, pois são as próprias normas atribuidoras de significado que passam a ser objeto de análise e a revelar-se como pontos de vista articuladores

[4] Weber, Die "Objektivität" sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis, *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (4), p. 149 ss.

de carências e interesses. No entanto, se se reconhecer o papel das normas no processo de adoção de perspectivas na abordagem interpretativa do passado humano, essa abordagem deixa de ser uma obviedade: sua dependência das carências e dos interesses não pode ser omitida e as histórias se tornam, quanto a seus conteúdos significativos, relativas. Elas se tornam relativas na exata medida em que as normas atribuidoras de significado que lhes são determinantes articulem interesses e carências que dependem de posições sociais. Voltando ao jogo de palavras: a pertinência normativa das histórias adquire o caráter de uma certa insegurança. "Certa" – uma vez estabelecido em que se fundamenta o conteúdo significativo: em normas com as quais os autores e os destinatários de histórias formulam seus interesses e suas carências. "Insegura" é essa certeza na medida em que essas normas podem ser extremamente diversas e, regra geral, efetivamente o são. Já não se pode mais afirmar, com naturalidade ingênua, ser um possível significado do passado para o presente o único admissível, mas requer-se admitir, além desse, outros muitos significados possíveis e, com isso, também outras perspectivas fundadas em outras carências e em outros interesses.

Essa reflexão sobre o referencial não conduz, então, ao relativismo – ou seja, ao contrário do que foi propriamente seu objetivo inicial? Pois o que há de mais relativo em uma história, do que o referencial dos que a narram e daqueles a que ela se destina?

Os referenciais, a partir dos quais se desenvolvem as perspectivas históricas, são particulares; existem, além deles, outros referenciais, com os quais os primeiros têm uma relação tensa, inevitavelmente decorrente do conflito de interesses na realidade social. Não sendo possível fundamentar o conteúdo significativo das histórias de outra maneira do que levando em conta seu enraizamento na vida prática de seus autores e destinatários, o relativismo na relação do conhecimento histórico com as normas parece ser incontornável; em função da cientificidade desse conhecimento, não cabe contentar-se com o dogmatismo ingênuo com o qual as histórias são comumente narradas, sem cuidar da reflexão sobre a dependência dos referenciais.

Concluir por esse relativismo é, contudo, tirar uma consequência açodada das constatações feitas até agora. A relatividade da

perspectiva histórica deve ser vista, antes, como uma oportunidade para o pensamento histórico promover o aperfeiçoamento constante de seu conteúdo significativo, de forma análoga ao progresso do conhecimento que se dá na pesquisa. Um movimento semelhante a esse ocorre quando o pensamento histórico estipula para si a regra metódica de articular as histórias oriundas de perspectivas diversas, que se devem a referenciais distintos e relacionadas a normas atuais diferentes, de maneira tal que elas sejam críticas umas das outras e complementares umas às outras. Dessa forma, as diversas perspectivas históricas não estariam dispersas, mas articuladas umas às outras na ótica de uma aproximação dirigida a uma perspectiva abrangente.

Analogamente ao progresso científico pela pesquisa, poder-se-ia falar, no plano da fundamentação metódica da relação do pensamento histórico com as normas, de uma *ampliação de perspectiva mediante a reflexão sobre os referenciais*. Essa ampliação de perspectiva é decerto buscada por todos os historiadores que polemizam sobre as diversas perspectivas das histórias. A mera intenção, contudo, não basta. É preciso enunciar regras da reflexão sobre referenciais que permitam considerar essa ampliação de perspectiva como algo planejável. Existem tais regras?

Não se pode obter uma ampliação plausível de perspectivas pela mera justaposição de perspectivas diversas dadas. Isso não traria mais clareza sobre o passado humano do que já se tem nas diferentes histórias e em suas perspectivas. Uma justaposição externa de fragmentos não produz uma imagem homogênea, pois não se teria assegurada a adequação entre eles. Existe, na adoção de perspectivas pelo conhecimento histórico, um parâmetro que entreteça as diversas perspectivas, de forma que se possa gerar uma perspectiva abrangente? Dessa perspectiva poder-se-ia dizer, com boas razões, que ela seria mais plausível do que as demais, de que se originou.

Tal instância teria de ser buscada nos momentos da vida social em que os referenciais são transpostos para as normas. E há de se tratar de normas que abranjam diversos referenciais. É óbvio que essas normas existem; em comparação com as demais normas, que transpõem a diversidade dos referenciais para intenções de agir diferentes, quiçá contraditórias, as primeiras possuem um grau

maior de generalidade. Elas exprimem, no contexto das posições assumidas ao longo da socialização humana, da luta social por oportunidades de vida, pontos em comum com os referenciais dos homens que vivem em sociedade e que concorrem entre si. Tais normas não calam simplesmente os referenciais (a paz dos cemitérios não é uma norma adequada à vida!), mas exprimem uma relação especial entre eles; os diversos sujeitos são integrados em relações sociais supra-ordenadas, inseridos em um contexto social que considera os diferentes referenciais adotados pelos diversos sujeitos (indivíduos, grupos, mas também macroestruturas) como seu próprio referencial comum. Se essas relações sociais supraordenadas forem enunciadas de modo normativo, os conflitos que resultam da diversidade de referenciais no interior das relações poderão então ser solucionados de forma consensual, mediante a aplicação de tais normas. A solução só é possível, contudo, se a relação social supra-ordenada tiver sido acatada pelas partes em conflito como uma norma aplicável a todos, indistintamente. (Assim, por exemplo, no conflito social entre gêneros, considerando-se a norma da humanidade como igualdade, pode-se criticar de maneira plausível a desigualdade de oportunidades de vida e fundamentar uma redistribuição dos papéis sociais do homem e da mulher).

Instaura-se, assim, na vida humana prática, da qual defluem as diferentes perspectivas do conhecimento histórico, a possibilidade de encontrar-se pontos de vista nos quais essas perspectivas se integrem numa perspectiva abrangente. No plano da regulação metódica do pensamento histórico, pode-se falar de *um critério para a capacidade de generalização de normas*. Esse critério fornece o princípio regulativo da ampliação das perspectivas mediante a reflexão sobre os referenciais, ou seja: poder e dever examinar as normas que, nas relações atuais, vigem nas diversas perspectivas históricas quanto a sua aptidão a serem integradas em normas e sistemas de normas mais abrangentes. Com isso, as diversas perspectivas poderão igualmente ser integradas entre si, de acordo com o significado das histórias que manifestam.

Dependendo da inserção dos referenciais na realidade social, que conduz a diferentes relações normativas da narrativa histórica presente, é necessário recorrer a formas diferentes de sociabilidade para descobrir uma perspectiva global que abranja esses referenciais.

No caso dos matizes individuais (por exemplo, pesquisadores de temperamento diferente), pode tratar-se de um pequenino passo para além da perspectiva pessoal em direção a uma relação social imediatamente supraordenada (por exemplo, pertencer à mesma escola historiográfica, com um parâmetro comum de avaliação de significados). Pode-se tratar, no entanto, de divergências de referenciais profundas, originadas em diferenças culturais marcantes. Nessa hipótese, é muito mais difícil encontrar um parâmetro (normativo) comum, com o qual as diversas perspectivas históricas se compensem e se deixem integrar em uma perspectiva mais abrangente. Em princípio, porém, é sempre possível encontrar tal parâmetro, pois lidamos com referenciais de sujeitos em um contexto de interação. E sujeitos só podem interagir se dispuserem de possibilidades mínimas de fazer entender aos outros, com os quais interagem, o que buscam com suas ações. Isso acontece mesmo no caso de um conflito duro entre os sujeitos interagentes, pois eles têm de pôr-se de acordo pelo menos sobre que itens ou pontos quanto aos quais não podem entender-se.

Conseguindo-se relacionar as perspectivas com esses parâmetros, de modo que elas se ampliem mutuamente (criticamente), tornam-se possíveis as histórias com as quais os sujeitos com referenciais diferentes se orientam no tempo. Comparadas a essas histórias, aparecem como muito menos plausíveis aquelas que consideram os referenciais dos outros exclusivamente se se ajustarem à sua perspectiva, sem que os demais possam identificar-se com ela. Histórias com perspectivas abrangentes têm boas razões para pretender uma validade maior – validade essa que está diretamente relacionada a seu significado.

A metodização da relação com as normas como processo de cientificização do pensamento histórico significa, pois, que as perspectivas das histórias podem ser ampliadas, se os referenciais que lhes servem de fundamento forem refletidos de acordo com pontos de vista normativos abrangentes. Essa reflexão é feita sob a idéia regulativa da capacidade de universalização das normas. Ela conduz ao controle, à ampliação e à garantia do significado das histórias.

Na história como ciência, a ampliação das perspectivas mediante a reflexão sobre os referenciais é um recurso de longo prazo,

como a duração do progresso cognitivo na e pela pesquisa. Isso deve ser entendido formal e materialmente: formalmente, na medida em que a metodização da relação com as normas institucionaliza, no conhecimento histórico, a reflexão sobre referenciais; materialmente, porque, na vida real, adotam-se ininterruptamente novos referenciais, que levam a novas perspectivas, e essas novas perspectivas têm de ser integradas com as anteriores.

A metodização da relação com as idéias

É possível garantir também o sentido das histórias mediante a regulação metódica do pensamento histórico? Existem garantias científicas para a validade do sentido que o conhecimento histórico vê nos processos temporais de mudança do homem e de seu mundo? Essas perguntas podem ser formuladas também de modo provocativo: as sentenças históricas podem ser também científicas justamente como *históricas*? Se somente a síntese narrativa da experiência e do significado constitui materialmente a "história", e se essa síntese narrativa é um processo de formação de sentido, no qual idéias são relevantes como pontos de vista máximos da orientação existencial dos homens, então a história como ciência pode responder a essas perguntas.

Os historiadores que se consideram cientistas tendem a ver a formação de sentido na narrativa como algo estranho à ciência. Por isso rejeitam, no mais das vezes, a tese de que os conhecimentos históricos que produzem, como cientistas, ou seja, as histórias, constituam, em princípio, constructos narrativos, narrativas. Os historiadores preferem ver nas narrativas formas mais antigas de historiografia e chegam a admitir que a consciência histórica, antes de se revestir dos paramentos do conhecimento científico, tem alguma coisa a ver com a operação mental e com o ato lingüístico da narrativa. Mas tão logo se trate de caracterizar seu ofício como científico, distanciam-se de imediato da tese acerca do caráter narrativo dos conhecimentos que produzem, ou que o resultado final que obtêm se exprima em narrativas. Sentem-se provocados pela argumentação que parece colocar seus resultados de pesquisa e sua historiografia no mesmo plano que uma historiografia que julgam

ultrapassada (a exemplo da grande historiografia narrativa de um Leopold von Ranke). Com todos os instrumentos modernos que desenvolveu (métodos quantitativos, estruturais, sociológicos, etc.), o pensamento histórico afastou-se, e muito, do que se chama comumente de historiografia "narrativa" e que se exemplifica, sobretudo, com a prosa narrativa da historiografia clássica do século XIX.

Parece, pois, que a cientificidade da ciência moderna da história se situaria não mais no que ela narre, mas sim descreva, analise, explique. A garantia de validade da história como ciência teria, então, de trabalhar com a tese de que o sentido do conhecimento histórico não se formaria em operação narrativa alguma da consciência e de que os elementos narrativos do pensamento histórico viriam a ser gradativamente abandonados.

Essa concepção pode ainda apoiar-se em um argumento a mais. O processo da constituição de sentido pela narrativa teria a ver, em primeiro lugar, com literatura, com a qual a ciência da história decerto também se ocupa, já que seus textos para apresentar a história possuem sempre um aspecto literário. No entanto, a cientificidade da história estaria prejudicada se os princípios da recuperação do passado, como história, no presente, fossem meros princípios da narrativa literária e não os da racionalidade constitutiva da história como ciência, cujas operações metódicas distinguem-se claramente da narrativa literária. A qualidade do historiador não poderia ser medida pela qualidade de seu estilo, mas pela qualidade de seu entendimento.

O pensamento histórico se torna científico na medida em que, em seu processo de constituição de sentido, os elementos e fatores narrativos diminuem e os elementos e fatores não narrativos aumentam? Respondida essa questão afirmativamente, o rigor científico do pensamento histórico seria identificado com o afastamento das formas existenciais concretas da consciência histórica. Ora, tal resposta causaria mais problemas do que solucionaria, pois o que significaria dizer que a ciência da história não narra mais, apenas descreve, analisa e explica, e continua procedendo *historicamente*?[5]

[5] A esse respeito, leiam-se as argumentações nestes dois volumes. Kocka/Nipperdey (eds.), *Theorie und Erzählung in der Geschichte* (3); S. Quandt/H. Süssmuth (eds.), *Historisches Erzählen Formen und Funktionen*, 1982.

Em si, as operações da descrição, da análise e da explicação não são específicas da história. Se forem elas entendidas como modos do pensamento histórico, e se a especificidade desse pensamento estiver estabelecida nas operações de constituição de sentido da narrativa histórica, então descrever, analisar e explicar são *modos da própria narrativa histórica*. Eles não são exemplos paradigmáticos dos elementos não narrativos que concorrem para o pensamento histórico, em seu processo de cientificização, mas dão testemunho de que a narrativa histórica se torna especificamente científica, e de que modo. Eles podem ser entendidos como manifestações de uma "racionalidade narrativa".[6]

Em que consiste essa "racionalidade narrativa"? Ela aparece, na pesquisa histórica e na historiografia, como utilização de sistemas de pensamento de tipo teórico, de modelos, de tipos ideais – em suma: de constructos intelectuais, que de forma alguma foram extraídos das fontes, mas são elaborados e construídos pelos historiadores, a fim de poderem interpretar conceitual e historicamente os resultados da pesquisa nas fontes. Nesse ponto, a cientificização do pensamento histórico relacionada com o sentido das histórias vem à baila: a metodização da constituição do sentido histórico consiste em uma teorização construtiva, com a qual o sentido de uma história pode ser explicitado, controlável pela explicação, e ampliado, aprofundado e garantido pelo controle.

O que significa, então, regular científica e metodicamente a síntese narrativa e instituidora de sentido entre experiência e significado? A narrativa histórica torna-se especificamente científica quando obedece a uma regra que imponha ao narrador (historiador) explicitar e fundamentar os critérios (as idéias) que determinam, para ele, a instituição de sentido, as seleções de fatos e significados que se fazem com eles e a síntese entre ambos. Como fator de constituição de sentido, as histórias têm sempre um "fio condutor", seguido pelo desenvolvimento da narrativa, que fixa começo e fim e que estipula como se deve conceber a passagem do começo ao fim. Ao longo desses fios condutores, a síntese entre experiência e

[6] Ainda sobre essa questão, ver Rüsen, Wie kann man Geschichte vernünftig schreiben? Über das Verhältnis von Narrativität und Theoriegebrauch in der Geschichtswissensschaft, in: Kocka/Nipperdey (eds.), *Theorie und Erzählung* (3).

significado se produz como uma narrativa em fluxo. Tais fios condutores determinam o que é representado como continuidade no processo do tempo e estipulam quais orientações as histórias podem oferecer ou não. O caráter científico do pensamento histórico depende do modo como esses fios condutores organizam o conhecimento histórico. Esse caráter consiste na possibilidade de isolar esses fios condutores e de explicitá-los e fundamentá-los de forma relativamente independente do conteúdo empírico e do significado concretos de uma história. Em sua relativa autonomia, esses fios condutores se revestem do caráter de *teorias históricas*.

É discutível que se possa denominar "teorias" tais explicações. Se se entender como teoria apenas um saber legaliforme, como produzido por muitas ciências naturais, então esse conceito não pode ser utilizado para designar o que se está expondo aqui.[7] Eu contesto vigorosamente, porém, que seja racional restringir o sentido do termo "teoria" ao conhecimento de regularidades legaliformes à moda das ciências naturais. No mínimo essa prática terminológica contradiria o que se entende habitualmente por teoria na linguagem comum dos cientistas, inclusive dos historiadores, ao se distinguir entre "teoria" e "empiria". Isso quer dizer que, nas ciências, dão-se diversas formas de enunciados:[8] de um lado, sentenças relativamente gerais e abstratas, referentes a contextos abrangentes e, de outro, sentenças empíricas concretas, que designam o particular que, de certa maneira, preenche os contextos gerais. Não resta dúvida de que a ciência da história emprega ambos os tipos de sentença; é possível, pois, distinguir claramente as sentenças teóricas das demais.

Se tomarmos o texto do capítulo "Sistemática" da *Teoria da história* (*Historik*) de Droysen, constataremos que o autor expõe as diretrizes com as quais se ordena, sistematiza, esclarece, torna pensável a incomensurável massa dos dados empíricos do passado humano. Do mesmo modo abstrato e genérico, Jakob Burckhardt desenvolve, nos capítulos de suas *Considerações sobre a história*

[7] Ver também H. Lubbe, Wieso es keine Theorie der Geschichte gibt, in: Kocka/Nipperdey (eds.), *Theorie und Erzählung* (3), p. 65-84.

[8] Ver anteriormente [p. 16-17, Intr.] e J. Kocka, *Theorieorientierung und Theorieskepsis in der Geschichtswissenschaft* (5).

universal, os três potenciais e os seis condicionamentos que formam uma rede de pontos de vista diretores, com a qual o manancial da experiência histórica pode ser domesticado e ordenado. A elaboração dessas perspectivas orientadoras requer igualmente que se explicite e fundamente seus princípios determinantes; nada impede, pois, que se chame a respectiva sistematização de "teoria" ou "teórica". A tradição do uso terminológico da expressão "teoria" confirma isso com toda clareza: as teorias eram os constructos intelectuais com os quais se buscava explicitar e fundamentar os critérios determinantes do conhecimento.[9] É justamente isso que ocorre quando os critérios com os quais se arma o constructo significativo de uma história a partir de fatos e normas são explicitados e fundamentados, um a um e em seu conjunto sistemático, no curso da metodização da constituição narrativa do sentido do pensamento histórico. Além disso, a própria prática da ciência da história depõe em favor do uso do termo "teoria": fala-se constantemente de teorias, entendidas como constructos intelectuais relativamente abstratos e gerais, com os quais a experiência histórica é apreendida e ordenada, com os quais se organiza o trabalho concreto de pesquisa empírica (ou seja: constructos que levam à pesquisa e não que desviem dela!).[10]

A teorização do sentido das histórias é inevitável, se o pensamento histórico se submeter às regras metódicas do controle, da ampliação e da garantia de sua relação com a experiência e do significado que atribua àquelas. Em ambos os casos, como se viu anteriormente, o conteúdo empírico e o significado estão submetidos a regras metódicas específicas, de forma que não podem ser sintetizados na unidade de uma história sem um procedimento metódico próprio.

Ao contrário desses procedimentos metódicos diferenciados, as histórias contadas de modo não científico apresentam suas determinações de sentido, no mais das vezes, no fluxo mesmo da

[9] Cf. J. Ritter, Die Lehre vom Ursprung und Sinn der Theorie bei Aristoteles, *Metaphysik und Politik. Studien zu Aristoteles und Hegel*, Frankfurt, 1969, p. 9-33.

[10] Cf. sobretudo Kocka, Theorien in der Sozial- und Gesellschaftsgeschichte (vide nota 2 da Introdução).

narrativa. Elas pressupõem as idéias com as quais organizam narrativamente a experiência histórica, em geral sob a forma de um senso comum partilhado pelo narrador e por seu público. O narrador apela a esse senso comum em suas histórias, mas não o apresenta diretamente como tal, ou seja, como relativamente independente daquilo que ele narra como sendo a história do passado humano.

A pretensão de validade das histórias narradas de forma não científica, ou de forma ainda não plenamente científica, pode ser caracterizada como "segurança incerta": "segurança" na medida em que o narrador e o público têm como ponto de partida concepções de sentido adotadas pelas histórias que são naturalmente aceitas por ambos; "incerta" porque essas concepções são meramente pressupostas e não legitimadas.

Se a atribuição de sentido foi metodizada, essa segurança aparece logo como incerta, pois a dúvida crítica tem de ser aplicada a essas "naturalidades prévias", o que acarreta que elas logo deixem de ser "naturais". Nas palavras de Droysen, trata-se de "estabelecer de novo e de modo seguro, mediante controle e fundamentação",[11] os critérios de sentido da narrativa histórica. Também aqui, na passagem dessa certeza tornada insegura para a metodização da atribuição de sentido, a consciência histórica permanece marcada por uma certa insegurança. Essa insegurança decorre da necessidade de explicitar e fundamentar os fatores determinantes do processo de atribuição de sentido da narrativa histórica. Isto é, os prós e os contras desses fatores têm de ser pesados por argumentações, nas quais eles já não são mais grandezas fixas de critérios naturais, óbvios, da orientação temporal, mas estão expostos à força do melhor argumento.

Será possível argumentar cientificamente no campo de conteúdos tão carregados de preferências e cosmovisões, como é o caso da orientação dos homens no tempo? O projeto de uma metodização da atribuição de sentido não seria uma forma híbrida da ciência especializada, que pretenderia possuir competência de tipo metafísico?

Diante dessa questão, a ciência da história não pode ceder à tentação da megalomania nem subestimar-se. Ela não deve sobre-

[11] Droysen, *Historik*, in. R. Hubner (ed.) (4), p. 32.

carregar-se com uma competência de atribuição de sentido cujo elevado preço seria uma lamentável ideologização. E mesmo que não ocorra uma ideologização direta, o risco de manipulações ideológicas a que se expõe é muito grande. Tampouco deve ela fugir da questão que, afinal, decide sobre o caráter histórico dos conhecimentos que produz. Para que a ciência da história seja possível, os critérios de sentido que emprega têm de ser formulados cientificamente, ou seja: têm de ser teorizados. Por essa razão é necessário examinar o que significa teorizar, de modo especificamente científico, os critérios de sentido decisivos para o conhecimento histórico.

Teorização não significa que os historiadores devam inventar critérios de sentido. (Se assim fosse, eles se tornariam "profetas", como afirmou Max Weber[12] – um papel que lhes cairia mal.) Os critérios em questão já estão presentes no horizonte de sua formação, dados previamente como realidades culturais de primeira ordem. O problema está na maneira como são empregados, em serem formulados pelo historiador de modo que sejam adequados à regulação metódica.

Regulação metódica significa, em primeiro lugar, que os fatores de constituição do sentido do conhecimento histórico podem ter sua utilidade testada e ser, eventualmente, aperfeiçoados. Tal teste pode, com efeito, ser realizado; é possível constatar se e até que ponto as diretrizes do pensamento histórico, explicitadas teoricamente, podem refletir, em si, o progresso cognitivo mediante a pesquisa histórica e a ampliação de perspectivas mediante a reflexão sobre referenciais. Os critérios da constituição narrativa de sentido são mais úteis que outros uma vez que levam em conta, mais amplamente que quaisquer outros, esses dois movimentos do pensamento histórico. Mas é necessário dar um passo adiante: as determinações de sentido do conhecimento histórico não aparecem só depois de que se fez um levantamento metódico dos fatos e uma reflexão metódica sobre os referenciais. O levantamento e a reflexão são feitos, isso sim, necessariamente a partir das diretrizes de sentido do pensamento histórico, são provocados e mantidos em movimento por elas. A razão disso é simples: as diretrizes de

[12] M Weber, Wissenschaft als Beruf, *Gesammelte Aufsatze zur Wissenschaftslehre* (4), p. 609

sentido – como carências de orientação no tempo transpostas para as questões históricas e para as perspectivas quanto ao passado humano – estão na origem do pensamento histórico.

Que critério permite decidir sobre a utilidade dos diversos fios condutores de histórias, de modo que se possa dizer qual deles produzirá uma história com mais sentido?

O sentido de uma história é medido pelo grau de seu êxito em estabilizar a identidade de seus destinatários ao longo das mudanças no tempo. Construções significativas da continuidade histórica devem ser testadas, por conseguinte, para se saber se e até que ponto o "eu" ou o "nós" a que se destinam vivenciam, por intermédio do sentido das histórias que elaboram, uma *consolidação de suas identidades*. Consolidar identidades mediante consciência histórica significa aumentar a acumulação de experiências significativas das mudanças do homem e de seu mundo, no tempo, com as quais e pelas quais os sujeitos humanos (na prática das relações sociais com os demais) exprimem quem são e o que pensam ser os outros. De acordo com o campo da experiência histórica que venha a ser tido como significativo para o presente e que possa influenciar a formação da identidade como continuidade histórica, mede-se também o horizonte temporal em que os agentes podem situar seu respectivo "eu", no longo prazo, em meio às mudanças do mundo e de si mesmos. Assim, por exemplo, histórias gerais podem reduzir a grosseria das atitudes preconceituosas com respeito a outras culturas; elas podem mostrar que as mudanças transculturais, no tempo, são relevantes para o auto-entendimento de seus destinatários, e contribuir, assim, para que seus destinatários estabilizem sua identidade cultural mediante o reconhecimento do ser outro de outras culturas, conscientes dos muitos pontos em comum. Essa concepção histórica da identidade cultural pode ser vista como uma consolidação mais abrangente do que uma identidade que consista no menosprezo do outro, com o fito de valorizar sua própria importância (como ocorre em muitas histórias que se articulam na lógica do nacionalismo).[13]

[13] Cf, a esse respeito, J. Rusen, Die Kraft der Erinnerung im Wandel der Kultur. zur Innovations- und Erneuerungsfunktion der Geschichtsschreibung, in: B. Cerquiglini/H.-U. Gumbrecht (eds.), *Der Diskurs der Literatur- und Sprachhistorie. Wissenschaftsgeschichte als Vorgabe einer Neuorientierung*, Frankfurt, 1983.

A consolidação da identidade consiste na ampliação do horizonte nas experiências do tempo e nas intenções acerca do tempo, no qual os sujeitos agentes se asseguram da permanência de si mesmos na evolução do tempo. O ponto extremo dessa consolidação da identidade é a "humanidade", como supra-sumo dos pontos comuns em sociedade, com respeito à qual os diversos sujeitos agentes, no processo de determinação de suas próprias identidades, determinam as dos outros de forma tal que estes se reconhecem nelas. Esse critério de sentido, "humanidade", fornece o parâmetro para se constatar a consolidação da identidade em que desembocam o progresso contínuo do conhecimento mediante a pesquisa histórica e a ampliação contínua das perspectivas mediante a reflexão histórica sobre referenciais. Conseguiu-se, assim, um princípio com o qual a instituição de sentido pelo conhecimento histórico está metodicamente regulada, ou seja, com o qual ela pode ser organizada como forma especificamente científica do pensamento histórico.

A questão sobre se e como o sentido das histórias pode ser fundamentado de modo especificamente científico mediante regras metódicas pode ser respondida, em resumo, da seguinte maneira: as histórias tornam-se científicas, com respeito à pertinência narrativa, quando suas narrativas obedecem às regras da teorização construtiva. Essas regras submetem o pensamento histórico ao imperativo de controlar, ampliar e garantir o sentido das histórias por recurso a teorias. A história como ciência promove, com a metodização da relação com as idéias, uma consolidação duradoura da identidade.

Partidarismo e objetividade – as potencialidades racionais da ciência da história

A cientificização do pensamento histórico conduz inevitavelmente a um problema, relativo à sua função na vida prática: a cientificização não colocaria o pensamento histórico em contradição com sua função de orientação da vida prática? Esse problema é comumente debatido sob o título de "partidarismo e objetividade".

Por "partidarismo" entende-se a dependência do pensamento histórico de carências de orientação causadas por interesses práti-

cos. Essas carências de orientação e esses interesses aparecem sempre em situações precisas do agir, em circunstâncias e condições particulares; o conhecimento histórico tem de guiar-se por elas, se tencionar exercer sua função orientadora. Isso significa, simplesmente, que histórias por princípio tomam e têm de tomar "partido", se quiserem ser, de fato, histórias. Pois se elas realizam a tarefa de estabilizar a identidade de seus destinatários no fluxo do tempo mediante a memória histórica expressa em representações de continuidade, então estão diretamente relacionadas com as diferentes posições existentes na vida social contemporânea, na qual a identidade dos membros da sociedade está determinada por uma posição nela. Em princípio, é esse o caso (mesmo se das mais variadas formas). Assim são as histórias, por exemplo, com as quais burgueses querem assegurar sua identidade burguesa na vida social, apresentando-se como críticas das relações feudais de dominação, partidárias como histórias da emancipação política. Basta pensar-se na historiografia do Iluminismo ou do liberalismo alemão pré-1848 para confirmar essa abordagem.

"Objetividade" significa, inversamente, que as histórias pretendem possuir uma validade que vai muito além dessa relação funcional com posições eventuais de seus autores e destinatários na vida social. A cientificização do pensamento histórico leva a um conhecimento histórico universalmente válido, isto é, a histórias com que se pode concordar, porque seu conteúdo empírico, seu significado e seu sentido estão particularmente bem fundamentados. O que significa, então, essa pretensão de validade das histórias, ampliada pela cientificização, com respeito à sua função orientadora? Se as histórias pretendem ser objetivas, porque são intersubjetivamente controláveis – então não estariam elas liberadas de todo interesse particular, seguindo apenas o interesse geral na verdade, sem olhar para a esquerda ou para a direita (ou seja lá para onde for, quando se tratar de oposições existentes na vida prática da sociedade contemporânea)?

Objetividade do conhecimento histórico significa que se pode aceitá-lo porque, em princípio, ele pode ser testado, regularmente, quanto à sua pretensão de validade. Mas essa pretensão de validade não levaria à perda da relação com os destinatários, constitutiva desse mesmo conhecimento? As histórias não são contadas uma vez

por todas, para toda a eternidade, mas surgem sempre em função de determinados problemas de orientação temporal, de determinadas épocas e de determinados homens. O que fazer com essa determinação, com essa relação direta das histórias com o aqui e agora das carências de orientação dos homens que agem e sofrem os efeitos de ações, se o pensamento histórico quer alcançar validade universal com sua cientificização? A cientificização não romperia essa relação? O pensamento histórico não perderia a vivacidade que adquire por sua função orientadora prática? Se as histórias ampliam, pela operação metódica da reflexão sobre referenciais, a plausibilidade normativa de seus significados, então não perderiam elas tanto mais significado quanto mais dependam da relação normativa com o presente, no que diz respeito às normas concretas e extremamente diversificadas que as carências de orientação típicas do presente dirigem à experiência histórica? E se elas ampliam seu sentido até o grau de validade universal próprio à ciência, então não perderiam elas sua função nos processos da vida prática em que se forma a identidade humana? Se elas adotam o critério superior de sentido "humanidade" nas construções teóricas com que ampliam suas pretensões de validade para o sentido que enunciam, então não perderiam elas o sentido para aqueles cujo "eu" ou "nós" vêm em primeiro lugar na vida prática concreta e que não se situam no vasto horizonte da "humanidade"?

Todas essas perguntas não são jogos de palavras teóricos, mas radicalizam um problema que não se pode ignorar quando se quer saber o que significa pensar histórico-cientificamente. Pensar *historicamente* significa que o sujeito desse pensamento traz sua subjetividade, suas carências e seus interesses, sua tendência à autoafirmação para o processo cognitivo no qual o passado humano é reconhecido como história. Pensar histórica e *cientificamente* significa que essa subjetividade é justamente superada em benefício de uma objetividade na qual o conhecimento histórico pode ser, por princípio, objeto de assentimento por parte de todo e qualquer sujeito; sua validade já não seria mais dependente de tal ou qual qualidade subjetiva de seus destinatários, pela qual estes se distinguiriam de outros destinatários (potenciais). O que se entende aqui por objetividade é uma situação extremamente simples, que se pode exemplificar com as sentenças matemáticas: elas valem por

completo independentemente de a cor da pele ser branca ou negra, de alguém ser um intelectual marxista ou burguês, homem ou mulher. Isso é tão claro que só uma extrema má vontade viria a discutir essa validade universal. No caso do conhecimento histórico, as coisas não são tão claras. Pelo contrário, elas são muitíssimo polêmicas. A razão disso está menos na possibilidade de os historiadores serem mais limitados do que os cientistas naturais, mas sobretudo no fato de que as carências e os interesses subjetivos, sob a forma de critérios de sentido e de normas significativas, são fatores do conhecimento histórico.

Que isso seja assim não pode ser posto em dúvida. Um olhar sobre a história da ciência demonstra-o sobejamente. Chega a ser divertido constatar como a visão histórica evidencia o quanto certas obras historiográficas são dependentes de referenciais, embora seus autores proclamem alto e forte terem enfim encerrado a época da dependência da historiografia de referenciais e procedido de modo puramente objetivo. (Esse divertimento pode transformar-se facilmente em um pequeno susto, quando se constata que esse tom confiante da convicção ingênua da própria objetividade e do partidarismo dos outros pode ser ouvido ainda hoje.)

A afirmação de que se deseja proceder sem qualquer preconceito subjetivo não tenciona, contudo, fraudar conscientemente os destinatários, mas revela uma atitude cujos benefícios para o aperfeiçoamento do conhecimento histórico não podem ser negados. É sabido que as histórias sempre são escritas e reescritas, de acordo com o contexto social em que vivem os historiadores e seu público. É igualmente sabido, todavia, que as histórias não são apenas reescritas, mas também – ao menos na perspectiva de longo prazo – mais bem escritas, desde que a metodização de sua garantia de validade se tornou científica. Elas se tornam melhores no sentido de que, ao longo do desenvolvimento da história como ciência, nós passamos conhecer o passado melhor e com mais precisão. Como se articulam essas duas facetas?

Objetividade e partidarismo excluem-se a tal ponto que só se pode escolher um em detrimento do outro, ou será que poderiam ser articulados de forma que não se contradigam, mas se condicionem reciprocamente? Essa questão sugere duas respostas possíveis:

uma pressupõe que objetividade e partidarismo se excluem e a outra afirma o contrário.

(1) A tese da exclusão mútua é fundamentada com o argumento de que o partidarismo do conhecimento histórico se baseia em normas e critérios de sentido que não podem ser enunciados de forma universal, pois refletem os respectivos referenciais dos sujeitos agentes em seus contextos práticos de vida. As normas e os critérios de sentido em que se baseia o partidarismo de uma história seriam sempre particulares. Eles estão permanentemente expostos às mudanças das constelações de interesses, engajados até numa luta constante pela prevalência de certas pretensões sobre outras, sendo com isso incapazes de uma fundamentação que admita um assentimento universal.[14] A objetividade das histórias, como capacidade de receber um assentimento universal, só seria alcançável para além dessas normas e desses critérios de sentido particulares. O pensamento histórico só se tornaria científico quando fosse liberado, mediante regulações metódicas, da particularidade de normas e critérios de sentido que acarretam o partidarismo.

Isso parece, à primeira vista, plausível, pois a metodização da relação com a experiência produz um saber histórico válido independentemente das convicções subjetivas dos que possuem esse saber e o utilizam para orientar sua vida prática no tempo. Ora, a simples informação obtida das fontes não é suficiente para isso. É imperativo articular as informações brutas das fontes, de modo que se reconheça o que mudou no passado, seu "como" e seu "porquê". Aqui está o cerne do viés subjetivo: normas atribuidoras de significado na relação contemporânea conduzem o conhecimento histórico à submissão das perspectivas. Critérios de sentido também influenciam as decisões sobre quais, dentre as mudanças temporais do homem e de seu mundo no passado, devem ser incluídas em contextos históricos.

[14] Essa posição foi vigorosamente defendida por Max Weber em seu famoso ensaio sobre a objetividade (vide nota 5 da Introdução)

Para excluir o partidarismo perturbador dos processos com que trabalha o conhecimento histórico, são propostos diversos procedimentos metódicos.

O mais radical consiste em recusar quaisquer "juízos de valor" no âmbito do conhecimento histórico. Ao historiador seriam proibidas, no campo de sua ciência, todas as sentenças que articulem significados e sentidos dos fatos do passado humano.[15] Ao seguir essa estratégia de eliminação, o conhecimento histórico se restringiria a um somatório de fatos fora da configuração de uma história, pois história é justamente a constelação de fatos históricos em que o passado ganha significado e sentido para o presente. Numa tipologia de gêneros, poder-se-ia dizer que a historiografia regrediria para uma cronografia. Um conhecimento histórico livre de valores, que resultasse do banimento completo de juízos de valor do campo do pensamento histórico, somente seria possível ao preço da destruição do caráter especificamente histórico do conhecimento histórico. Sem juízos de valor, os constructos de sentido de uma história não poderiam mais ser elaborados, mas ter-se-ia apenas um amontoado de fatos sem sentido ou significado, sobre o qual ninguém poderia dizer a que veio, nos espaços da memória humana.

Para responder a essa objeção, admitiu-se que normas e critérios de sentido tenham a ver com o pensamento histórico e que não podem ser eliminados. Para desvencilhá-los, todavia, da pecha do partidarismo, propôs-se não mais a eliminação, mas uma liberação total. Um espectro o mais amplo possível das mais diversas normas e critérios de sentido cuidaria de que se dispusesse do maior número possível de perspectivas nas quais o passado humano apareça como história.[16] Destarte, seria apenas necessário deixar de lado as parcialidades, as omissões, os exageros, etc. que se devem às atitudes, aos interesses e às carências subjetivas dos historiadores e de

[15] Assim, por exemplo, D Junker, Über die Legitimität von Werturteilen in den Sozialwissenschaften und der Geschichtswissenschaft, *Historische Zeitschrift* 211 (1970), p 1-33; D. Junker/P. Reisinger, *Was kann Objektivität in der Geschichtswissenschaft heissen, und wie ist sie möglich*? (7).

[16] Assim, por exemplo, W Mommsen, Der perspektivistische Charakter historischer Aussagen und das Problem von Parteilichkeit und Objektivität historischer Erkenntnis, in: Koselleck/Mommsen/Rüsen (eds.), *Objektivität und Parteilichkeit* (3), p. 441-468.

seu público (ou nem pensar neles), a fim de obter um conhecimento histórico objetivo, amplamente purificado de seus momentos subjetivos. Quem tentar isso, com seriedade, logo verificará que não funciona bem assim, pois o que sobrasse de "conhecimento objetivo" não passaria de um conjunto de fatos que continuaria precisando ser transposto para uma história, de modo a poder valer como conhecimento histórico.

O mesmo vale para o procedimento de ganho em objetividade no qual se acredite poder simplesmente subtrair, do estudo da historiografia, o referencial subjetivo do respectivo autor. Também aqui o saber remanescente sobre o passado humano perderia, com essa subtração, seu caráter histórico, ficando sem sentido e significado.

Uma terceira possibilidade de libertar o conhecimento histórico do espectro da subjetividade consistiria em reduzir essa subjetividade à faculdade de atribuição de significado e de constituição de sentido que é própria ao homem como ser-espécie.[17] Se as normas e os critérios de sentido, que fazem do conhecimento histórico uma tomada de posição para a satisfação de determinadas carências, intenções e interesses, puderem ser enunciadas como constantes antropológicas a serem colocadas no lugar das normas e critérios dependentes de referenciais, então ter-se-ia resolvido, de uma tacada só, o inconveniente de que o conhecimento histórico fosse dependente de fatores subjetivos incapazes de gerar consenso. Posições não seriam mais tomadas em benefício desta ou daquela intenção, deste ou daquele referencial da vida prática concreta contemporânea, mas exclusivamente em favor do referencial do homem como homem, como espécie, e das respectivas intenções, compartilhadas pelos homens como integrantes de uma mesma espécie. O passado humano seria rememorado, então, de forma igualmente plena de significado e de sentido para todos os homens. Com isso perdem-se, no entanto, as diferenciações com base nas quais histórias são necessárias como meio de constituição das identidades. A espécie, como grandeza pré e a-histórica, não é apta a organizar o sentido da narrativa histórica, pois não leva em conta a identidade com

[17] Cf. indicações nesse sentido em Faber, *Theorie der Geschichtswissenschaft* (4), p. 205 ss.

respeito à qual esse sentido se constrói. Antes pelo contrário: uma determinação pré ou a-histórica, pela espécie, dissolve essa identidade na uniformidade indiferenciada da grandeza abstrata de uma "natureza" humana.

Em resumo, pode-se constatar que a neutralização da subjetividade do pensamento histórico, ocasionadora de partidarismo, que se busca em benefício de uma objetividade especificamente científica, tem um efeito bumerangue: sempre que a subjetividade no pensamento histórico deva ser neutralizada metodicamente, torna-se evidente que ela é indispensável.

Do malogro das tentativas de alcançar objetividade no conhecimento histórico mediante exclusão da subjetividade responsável pelo partidarismo pode-se tirar a conclusão que essa objetividade é uma quimera, um "belo sonho".[18] Se o conhecimento histórico não pode constituir-se sem normas e idéias, e se essas normas e idéias engendram, simultaneamente, partidarismo, então elas não podem ser ignoradas. O historiador não deve ter mais consciência pesada por causa delas – essa é a consequência –, mas assumi-las e ser conscientemente partidário. O imperativo de um pluralismo irrestrito está vinculado a essa conseqüência – em vez de organizar o conhecimento histórico na forma de um saber válido universal e uniformemente para todos, que o podem utilizar de igual maneira (embora para finalidades diferentes, em cada caso), tratar-se-ia então apenas de elaborar o maior número possível de versões do mesmo conjunto de fatos do passado humano, a fim de que o maior número possível de posições, carências e interesses obtenha uma orientação histórica própria.

Em comparação com o pluralismo que foi examinado no item precedente, com relação à ampliação das perspectivas mediante a reflexão sobre referenciais, o pluralismo descrito anteriormente pode ser chamado de *pluralismo deficiente*, pois deixa de lado a questão da verdade.

As histórias são verdadeiras aqui na medida em que se vincularem às diversas posições, carências e aos interesses atuais. Isso corresponde à função orientadora das histórias, mas não basta para satisfazê-la. As diferentes posições, carências e interesses com que

[18] Cf Beard, That noble dream, *The American Historical Review* 41 (1935), p. 74-87.

a historiografia se vincula não são grandezas paralelas e desarticuladas entre si, a que se pode recorrer arbitrariamente para elaborar perspectivas históricas. Pelo contrário, elas se encontram em permanente correlação, concorrem entre si quanto à legitimidade ou reconhecem-se mutuamente, rivalizam umas com as outras. Em todo caso, a correlação é inegável, pois somente nas interações sociais os referenciais podem ser adotados, as carências subjetivas articuladas e os interesses particulares levados em conta. As histórias narradas com base em um pluralismo deficiente não consideram essas correlações. Elas frustram sua utilidade justamente na luta por reconhecimento no interior da sociedade, no qual deveriam servir à tradução das posições, das carências e dos interesses nele inscritas em outras posições, carências e interesses em cuja correlação seja possível justificar, legitimar, mas também criticar e rejeitar posições abusivas.

2) Se a objetividade científica do pensamento histórico não tem como constituir-se a partir do silenciamento ou da neutralização do fator subjetivo – do partidarismo – e se, de outro lado, tampouco o abandono da pretensão de uma validade supra-ordenada aos referenciais não basta para dar conta do partidarismo, tem-se então a questão acerca da possibilidade de desenvolver a objetividade científica a partir do próprio partidarismo.

Essa questão tem sua razão de ser, pois não está definido, de início, que os fatores subjetivos do pensamento histórico, que estão na base de seu partidarismo, sejam infensos a uma regulação metódica. Existindo neles elementos capazes de ser (metodologicamente) desenvolvidos para constituir a objetividade do pensamento histórico, não há por que neutralizá-los, mas sim desenvolvê-los. Uma hipótese como essa não é abstrusa, porque na operação existencial consciente do narrar histórico já se encontram argumentos verazes. Mais do que não contradizer a função de orientação prática das histórias narradas, esses argumentos são indispensáveis à sua efetivação. A idéia da ciência surge justamente no momento em que esses argumentos são identificados. Todo historiador deve considerar digna de reflexão a possibilidade de a argumentação

racional, que busca o consenso e que é determinante da cientificidade do pensamento histórico, começar no ponto em que o pensamento histórico conforma seu partidarismo. Sendo assim, não se impõe ver a objetividade e o partidarismo como contraditórios, mas a objetividade resultaria de uma racionalização especificamente científica do partidarismo.

Com essa estratégia de argumentação, abandona-se a idéia de uma objetividade absoluta do conhecimento histórico, vale dizer, alcançável independentemente da subjetividade do historiador e de seus destinatários. Pretensões de validade absoluta são problemáticas, de qualquer maneira, no pensamento científico. Esse abandono deve ser tanto mais fácil quanto se pode demonstrar, simultaneamente, que o conhecimento histórico pode pretender uma validade maior ou menor, ou seja, possuir um grau maior ou menor de objetividade segundo o referencial, as carências e os interesses a que corresponda.

É possível distinguir diversas variações do partidarismo no pensamento histórico e analisá-las, comparativamente, quanto ao progresso cognitivo que promovem? Pode-se responder que sim, se pensarmos que o melhor referencial é aquele com o qual se tem a maior visão de conjunto. No entanto, pode-se demonstrar ser mais objetiva, dentre as diversas formas de partidarismo, aquela que produza uma história mais completa do que outras histórias parciais. O melhor referencial, "portador de objetividade" por conseguinte, leva a histórias que orientam melhor no tempo do que as demais histórias, pois incluem e superam os resultados destas. Com essas distinções é perfeitamente possível recomendar, em nome da objetividade científica, tal partidarismo e tal outro não.

Esse argumento é atrativo, pois parece indicar uma saída do incômodo dilema entre objetividade e partidarismo. Ele falha, contudo, quando se quiser indicar referenciais à prática científica sob a alegação de que eles possibilitariam conhecimentos históricos particularmente frutíferos, pois só *a posteriori* se pode constatar que referencial possibilita o melhor conhecimento. Para o processo de um pensamento histórico, porém, que desde o início tenciona ser o mais objetivo possível, no sentido da maior abrangência possível, a indicação de referenciais não deveria ser conseqüência do conhecimento histórico obtido, mas um pressuposto seu.

Uma objetividade ótima com base em determinado partidarismo só pode ser previamente garantida se se dispuser de um saber que esclareça a íntima dependência entre os referenciais da vida social contemporânea e as possibilidades de objetividade do conhecimento histórico. Um saber desse tipo permitiria indicar, ao historiador e a seu público, um determinado partidarismo, dentre os possíveis, como o mais adequado à objetividade esperada. Esse seria propriamente o partidarismo objetivo. Em um saber desse tipo a história a ser conhecida seria reconhecida como um processo temporal que transcorre, do passado ao presente, de forma a desembocar, no presente, em determinado referencial. A história seria conhecida como um contexto temporal entre passado e presente que se prolonga até a subjetividade do historiador cognoscente e do público a que se destina. Adotando-se um referencial fora desse processo temporal não se pode apreender, propriamente, a história que se deve conhecer para poder compreender a si mesmo na experiência do presente.

Esse tipo de saber é representado, hoje em dia, sobretudo pelas variantes ortodoxas do marxismo-leninismo.[19] Nelas, a história é concebida como uma interdependência temporal de passado, presente e futuro, cujo reconhecimento ocorre imediatamente quando se adota a postura correta diante dela: a do respectivo referencial de classe. Os referenciais de classe estão corretos quando resultam do processo temporal das mudanças do homem e de seu mundo, e errados quando sua inserção nas ocorrências do passado, das quais resulta o presente, não aparece claramente. (Gostaria de lembrar, acessoriamente, que esse tipo de saber não é um produto original da transformação do marxismo em uma concepção partidária da ciência, mas pertence à tradição do pensamento histórico burguês. A doutrina historicista das idéias, por exemplo, via atuarem, nos interesses motivadores do conhecimento, indutores das normas e das idéias decisivas para o significado e o sentido do pensamento histó-

[19] Ver, por exemplo, I. S Kon, Die Geschichtsphilosophie des 20. Jahrhunderts. Kritischer Abriss, vol. 2, *Philosophie und Geschichtsschreibung Geschichtsphilosophische Grundfragen der heutigen burgerlichen Philosophie*, Berlim, 1974, p. 125 s.

rico, as mesmas idéias que constituem a história como um processo temporal determinado das mudanças do homem e de seu mundo.)[20]

É tentador querer regular a relação entre objetividade e partidarismo com o auxílio de um saber desse tipo. Com ele pode-se, no máximo, ser partidário de boa vontade, pois nele o partidarismo é considerado condição necessária da objetividade científica. Esse saber é, no entanto, altamente problemático, pois ele pressupõe que já se reconheça, nele, a história que só poderia ser conhecida por seu intermédio. Lidamos, aqui, com um círculo vicioso, de que só se pode escapar de duas formas: de um lado, admitir-se-ia a possibilidade de não se poder saber, já de início, a partir de que referencial a objetividade é alcançável; de outro lado, admitindo-se que se parte de decisões dogmáticas prévias sobre a correlação entre referencial e objetividade decorrentes de uma instância pré e paracientífica, ou seja, extrínseca à ciência da história (pois é a esta que o referencial seria imposto, uma vez que ela não o poderia produzir diretamente, já que é requerido previamente, para possibilitar a objetividade).

A primeira saída seria a adoção camuflada do pluralismo de que já tratamos. A segunda consistiria em um dogmatismo incompatível tanto com o partidarismo subordinado, na medida em que este tem a ver com decisões próprias aos sujeitos, quanto com a objetividade histórica, na medida em que seria imposta arbitrariamente uma instância particular como sendo o universal, cassando a quaisquer outras a possibilidade de atuar com sentido (e partido próprio) no processo do conhecimento histórico.

Ambas as saídas para o problema da relação entre partidarismo e objetividade resultam, pois, insatisfatórias. Indica isso uma aporia do pensamento histórico ou deficiências estruturais da argumentação exposta até agora? Creio que se trata de deficiências estruturais.

Elas se encontram nas tentativas de se alcançar a objetividade pela negação da subjetividade, pela desconsideração da subjetividade partidária do historiador e de seu público, desde o início, como condição da objetividade. Elas estão também na proposta

[20] J. Rüsen, Theorien im Historismus, in: Rusen/Sussmuth (eds.), *Theorien in der Geschichtswissenschaft* (3), p. 13-33, especialmente p. 25 s.

inversa, de determinar a objetividade como função do partidarismo, sem levar a sério o argumento da metodização. Os defensores dessas posições opostas não acertaram o ponto fulcral de ambos os casos, do qual poderiam aprender: a subjetividade não é, de forma alguma, extrínseca às regras metódicas do pensamento histórico, mas deve ser tomada como princípio dessa regulação e, como tal, aplicada. De um lado, a objetividade é vista como procedimento metódico de neutralização da subjetividade, sem que se pergunte se e até que ponto justamente a subjetividade poderia ser valorizada pelo procedimento metódico que busca a objetividade. Inversamente, a capacidade cognitiva do partidarismo subjetivo é interpretada pelos outros como possibilidade de alcançar objetividade, esquecendo-se que tais potencialidades só podem ser garantidas se transpostas para regras metódicas

A seguir, gostaria de examinar a questão se as regras metódicas constitutivas da história como ciência não lograriam, ao mesmo tempo, tanto assegurar a objetividade quanto preservar e utilizar a subjetividade, sem a qual não se pode pensar historicamente. A esse propósito gostaria de recordar as diversas perspectivas em que a validade das histórias é fundamentada. Essa diferenciação parece-me indispensável para poder determinar que fatores subjetivos influenciam o pensamento histórico (e de que modo), assim como se e até que ponto, com relação a essas perspectivas, pode-se alcançar a objetividade como validade universal do conhecimento histórico.

Com efeito, é possível estipular três diferentes critérios de verdade do pensamento histórico de acordo com três modos diversos de objetividade. Essa tripla objetividade caracteriza as histórias que obedecem aos preceitos metódicos da cientificização.

I) O pensamento histórico, ao referir-se a experiências, obedece às regras metódicas da pesquisa histórica e se insere no movimento do progresso cognitivo, transformando-se em conhecimento histórico sob a forma de histórias caracterizadas *pela objetividade de fundamentação*. Objetividade de fundamentação[21] significa a propriedade de as histórias

[21] Tomo a expressão "objetividade de fundamentação" de H. Lubbe (*Geschichtsbegriff und Geschichtsinteresse*, 4, p. 173 ss.)

> valerem, com respeito a seus conteúdos empíricos, independentemente do significado que lhes seja atribuído ou do que sentido que tenham na orientação temporal da vida prática contemporânea. Essa independência é expressa, como se disse antes, pela expressão "livre de valores". Na objetividade de fundamentação, o partidarismo aparece apenas de forma negativa. Uma objetividade comum de fundamentação só se constitui, para além dos múltiplos partidarismos, quando as histórias tratam de conteúdos empíricos do passado semelhantes ou análogos. Com sua objetividade de fundamentação, as histórias põem-se de través aos diferentes significados e sentidos que lhes são atribuídos. Seja lá de que forma for com que se afirme partidariamente, a subjetividade precisa estar em condições de dar conta da pesquisa – isto é, os significados e sentidos atribuídos ou instituídos têm de estar organizados, em seu partidarismo, de tal forma que possam apreender e assumir o progresso cognitivo da pesquisa histórica.

O progresso cognitivo pela pesquisa não se dá, porém, independentemente das carências e interesses por posições sociais, transpostos para as atribuições de significado e de sentido, mas é posto em movimento para tornar plausível uma história que se relacione a essas carências, interesses e posições. Isso tem consequências para as operações mentais do partidarismo: a atribuição de significado e sentido tem de se organizada, nos processos do conhecimento histórico, de forma que o progresso cognitivo pela pesquisa histórica seja posto e mantido em movimento por ela. Um partidarismo que representasse obstáculo ao progresso cognitivo não seria mais plausível: as histórias que fossem narradas segundo ele são empiricamente frágeis. Isso vai de encontro à finalidade, propriamente dita, do partidarismo: ela tenciona produzir histórias com as quais os agentes queiram consolidar suas identidades no longo prazo. A identidade, plena de experiência, tem de ser articulada pela memória histórica e inserida na interação social. Um partidarismo que impeça a plena experiência, que ponha obstáculos à pesquisa histórica e a todas as surpresas (boas ou más) que ela possa fazer acerca do que foi o caso no passado, é um mau partidaris-

mo. Ele enfraquece a validade das histórias que enseja. A objetividade de fundamentação exerce, por conseguinte, efeitos sobre o modo de as histórias serem partidárias: ela disciplina as carências e os interesses que engendram o pensamento histórico, pela riqueza da experiência, de que se assenhoreia pelas operações metódicas da pesquisa histórica.

II) O pensamento histórico, ao referir-se a normas, obedece às regras metódicas da reflexão sobre referenciais e se insere no movimento de ampliação de perspectivas, transformando-se em conhecimento histórico na forma de histórias caracterizadas *pela objetividade de consenso*. Objetividade de consenso significa a propriedade de as histórias poderem colocar seus significados, uniformemente, à disposição de homens com referenciais, carências e interesses diferentes na vida social, servindo assim à sua autocompreensão.

A ampliação de perspectivas é um procedimento metódico regulável do pensamento histórico que leva em conta determinados referenciais, mas que pode igualmente ser articulado (também de forma argumentativa) com outros referenciais. A reflexão, nas histórias, sobre o próprio referencial, com respeito às normas atribuidoras de significado na relação com o presente, não implica o abandono das respectivas carências e interesses, que se volatilizariam no vazio da universalidade desencarnada de normas da socialização humana válidas por si mesmas. Refletir sobre referenciais significa apenas articular argumentativamente essas normas com outras, válidas para outros referenciais, de forma que se promova a crítica, a complementação e o enriquecimento recíproco dos diferentes significados e das diversas perspectivas históricas correspondentes.

Que esse enriquecimento seja possível, e de que maneira, ficou demonstrado na segunda parte deste capítulo. Desejo aqui apenas deixar claro que a metodização da relação com as normas é um procedimento intrínseco ao cerne dos processos de formação de partidarismo no pensamento histórico. A subjetividade que constitui esse partidarismo não vem a ser, por conseguinte, neutralizada, excluída e eliminada, mas reforçada a partir das suas próprias pos-

sibilidades de ampliar o significado das histórias relacionadas a referenciais. A objetividade de consenso não faz desaparecer as normas de que decorrem as perspectivas que marcam interesses e carências conflitantes. A objetividade de consenso é promovida por uma modificação das normas que abrem as perspectivas em que os diversos referenciais, carências e interesses são expressos. Pode-se chamar essa modificação de "universalização" e enfatizar, com isso, que se trata de uma ampliação das perspectivas históricas. Não se opera, contudo, uma universalização no sentido da abstração dos referenciais, das carências, dos interesses e das intenções concretamente existentes. Trata-se, isto sim, de uma concepção de princípios normativos com os quais a diversidade dos referenciais, carências, interesses e intenções é abordada como uma relação recíproca, na qual possuem uma relativa justificação. Tem-se, pois, uma normalização em que referenciais são identificados, carências articuladas e intenções formuladas de modo que outros referenciais, carências, interesses e intenções sejam reconhecidos (em uma relação recíproca). "Consenso", na relação normativa do pensamento histórico, é um princípio regulativo que submete a subjetividade partidária do historiador e de seu público à obrigação do reconhecimento. Essa obrigação consiste no reconhecimento dos outros referenciais e interesses quando se afirma o próprio referencial, buscam-se os próprios interesses, etc.

Um pensamento histórico que segue a regra da reflexão sobre referenciais, com o fito de ampliar perspectivas, submete suas próprias normas e perspectivas aos prós e contras da argumentação. Elas se tornam, pois, criticáveis, se se demonstrar que não conduzem à ampliação alguma de perspectivas. As perspectivas fechadas à ampliação podem ser denominadas "unilaterais".

O que significa, ao certo, "unilateral"? Seria lamentável que as perspectivas do conhecimento histórico fossem identificadas com unilateralidade. Só faz sentido colar a pecha de unilateral a um determinado conhecimento na medida em que ele se distinga de outro, que não possua a unilateralidade criticada. No entanto, como todo conhecimento histórico está numa determinada perspectiva, a unilateralidade do pensamento histórico é, de certa maneira, também uma perspectiva, mas não absoluta.

O critério para uma crítica das normas que desemboque na pecha de unilateralidade é a capacidade de consenso das normas que reflitam os referenciais. A linguagem da tradição chama de "éticas" as normas caracterizadas pela capacidade de gerar consenso. A metodização da relação com as normas, que torna científico o pensamento histórico, tem por premissa, pois, que a formação do consenso sobre as posições na vida social, sobretudo quando de grande diversidade, pode dar-se na interação entre os homens e sempre e mediante uma argumentação racional (pode-se chamá-la de reconhecimento social). Quem negar essa premissa abandona as perspectivas do pensamento histórico à irracionalidade de uma luta pelo poder e desconsidera as possibilidades de a ciência delinear o passado humano, racionalmente, como uma história relevante para o presente.

Da inserção das normas significativas do pensamento histórico na arquitetura de uma argumentação desse tipo geram-se impulsos para a pesquisa. Quer-se mais e melhor do passado humano talvez porque o saber atual não baste para garantir historicamente o necessário e almejado reconhecimento. Por exemplo: a aproximação entre as diversas confissões religiosas, na Alemanha, promoveu uma série de pesquisas sobre a Reforma protestante, por parte de historiadores católicos da Igreja, com as quais se construiu uma outra imagem de Lutero;[22] assim também se terá um novo relacionamento entre os gêneros, como conseqüência do progresso dos movimentos de emancipação da mulher, que trouxe uma ampliação de perspectivas para as pesquisas sobre a mulher na história, revelando empiricamente relações mais complexas entre os gêneros do que as que faziam aparecer a mulher como mera vítima de opressão.

III) O pensamento histórico, ao referir-se a idéias, obedece às regras metódicas da teorização construtiva e se insere no movimento de consolidação da identidade, transformando-se em conhecimento histórico na forma de histórias caracterizadas *pela objetividade construtiva*. Objetividade constru-

[22] Cf H Lutz, Zum Wandel der katholischen Luther-Interpretation, in. Koselleck, Mommsen/Rusen (eds.), *Objektivität und Parteilichkeit* (3), p 173-198, especialmente p. 192 s.

> tiva significa a propriedade das histórias de articular, mediante seu sentido, a identidade de seus destinatários por meio de uma argumentação comunicativa dirigida pela idéia regulativa da humanidade como comunidade universal de comunicação.

Esses termos altissonantes não devem ser mal entendidos como um discurso solene da teoria da história, afastado da prática quotidiana. Trata-se do seguinte: as representações de continuidade do pensamento histórico que concorrem para a constituição da identidade fundam-se em determinadas idéias que fazem do tempo uma determinação de sentido para a existência humana. Essas idéias decidem sobre a consistência temporal da identidade humana: elas definem o que os homens entendem por si mesmos quando se afirmam como duradouros no fluxo do tempo. Esse "eu" ou "nós" não é uma grandeza fixa e material como a cor da pele ou uma impressão digital, mas um dado da consciência, sempre dependente, por conseguinte, das operações desta. Nessas operações, as experiências que os homens têm de si mesmos nas relações com os outros e os projetos que elaboram para esse relacionamento fundem-se na unidade de um "eu". A permanência no tempo desse "eu", de que dependem o medo de perdição dos homens e sua esperança de auto-realização, é o tema do pensamento histórico. Neste, as idéias atuam como diretrizes máximas seguidas pela consciência ao produzir a unidade e a permanência no tempo desse "eu" ou "nós".

Metodização da relação com as idéias significa, portanto, simplesmente que essas operações da consciência, que se dão no âmbito do pensamento intencional, têm de obedecer às regras lógicas que constituem uma argumentação racional orientada para o consenso. Tem-se, assim, de início, que as idéias formadoras de sentido, critérios máximos de sentido do pensamento histórico, devem estar expressas com precisão conceitual e que a estruturação do pensamento histórico delas decorrente deve ser explicitada. O progresso do conhecimento pela pesquisa e a ampliação de perspectivas pela reflexão sobre referenciais só podem dar-se de forma sistemática e ter os passos de sua argumentação controlados no quadro dessa estruturação. A objetividade construtiva significa, por

conseguinte, que as histórias têm de ser transparentes às argumentações e fundamentações que tratem das representações de continuidade que façam sentido e dos elementos dos processos temporais que tenham a ver com estas. Essa transparência é questão formal, ou mesmo "lógica", se se preferir.

A objetividade construtiva da teorização não quer dizer que as idéias formadoras de sentido empregadas pelos historiadores no pensamento histórico devam ser formuladas de modo universalmente válido. Como profissionais especializados, eles não detêm essa competência.[23] No entanto, se o historiador não quiser meramente pressupor a utilidade das idéias significativas que utiliza para sua vida social prática, mas sim abordá-la claramente, é-lhe necessário um critério de avaliação. Onde a ciência da história pode ir buscar um critério desses? Esse critério só pode provir, para um pensamento histórico que se quer científico, do próprio processo de cientificização do pensamento histórico: de um determinado tipo de pensamento, formalmente operante como comunicação racional, argumentativa e buscando consenso. Na própria metodização do pensamento histórico deve haver algo de ideal, a partir do que se pode investigar as idéias formadoras de sentido e averiguar se e até que ponto essas idéias podem e devem organizar um pensamento histórico que se queira científico.

Com efeito, a forma de uma argumentação racional voltada para o consenso, constitutiva da história como ciência, é sustentada por um princípio regulativo que pode ser empregado como critério de avaliação das idéias formadoras de sentido histórico. Numa argumentação racional, os interlocutores que argumentam não se comportam de modo arbitrário, mas assumem uma atitude prévia de reconhecimento mútuo. Essa atitude consiste em atribuírem-se mutuamente a mesma capacidade de argumentar racionalmente e a disposição de resolver as questões de interesse comum empregando essa capacidade. A atitude de reconhecimento diz respeito, em princípio, a todos que estejam dispostos a participar dessa comunicação. Essa disposição de todos deve ser suposta, também em princípio, o que se traduz na caracterização de certas sentenças como

[23] Vide p 124 ss.

universalmente válidas: essa pretensão de validade pressupõe uma capacidade universal de comunicação.[24]

Trata-se aqui, por certo, de uma representação ideal muito abstrata do relacionamento dos homens entre si. Mas justamente por ser tão abstrata e por valer, afinal, para todo ser vivo falante, ou seja, para toda a humanidade como espécie, e também por ser vinculante e incondicionada (independentemente de ser ou não respeitada nesse ou naquele caso particular) para todos os que queiram comunicar-se entre si de modo argumentativo e voltado para o consenso, é que essa representação se constitui como excelente critério de controle das idéias históricas formadoras de sentido.

As histórias que passam por essa prova podem pretender validade científica para seu sentido. À luz da idéia regulativa explícita de uma argumentação voltada para o consenso, isso significa que as representações de continuidade, decisivas para a formação da identidade, são construídas de forma tal (e, por princípio, devem ser sempre construídas) que pelo menos não contradigam a representação da humanidade como comunidade universal de comunicação (não devem, por exemplo, ser chauvinistas).

A objetividade construtiva é, pois, mais que uma mera determinação formal, relativa à transparência da arquitetura das histórias. Ela é relevante também para o conteúdo das idéias formadoras do sentido do pensamento histórico: essas idéias têm de obedecer ao princípio da humanidade como comunidade universal de comunicação, ou seja, articular a identidade de seus destinatários, em suas representações de continuidade, de modo que ela esteja sempre aberta ao reconhecimento da identidade de todos os outros.

Não se quer dizer com isso que todas as histórias devam seguir a mesma idéia, que todas devam entrar no mesmo figurino ideal. Isso contradiria o critério da utilidade ideal dos critérios de formação de sentido: esses critérios têm de organizar as histórias de modo que carências de orientação particulares, vinculadas a referenciais precisos, possam ser satisfeitas. Essa particularidade não

[24] Decerto de forma extremamente simplificada, resumo aqui os principais argumentos de Habermas e de Apel. Cf as versões abreviadas apresentadas pelos próprios autores, in: W Oelmuller (ed), *Materialien zur Normendiskussion*, vol 1, *Transzendentalphilosophische Normenbegründungen* (Paderborn, 1978) (a posição de Habermas encontra-se na p 123 ss. e a de Apel na p. 160 ss.).

pode ser sacrificada em benefício de uma carência de orientação quimérica, vazia, de uma humanidade universal e abstrata; os critérios têm de levar em conta, na articulação da identidade dos homens pelo pensamento histórico, suas particularidades. Decisiva é a forma com que o fazem, na qual a identidade do outro não é negada na vida social comum, mas (em princípio) reconhecida. A determinação de sentido das histórias requer a ampliação das perspectivas pela reflexão sobre referenciais e o progresso cognitivo pela pesquisa. Em ambos os casos, as experiências e os significados são inseridos em representações históricas da continuidade que abrangem os referenciais e reconhecem os horizontes do entendimento humano mediante a memória histórica.

Articulada a narrativa histórica com a idéia da humanidade como princípio de comunicação, o sentido da história narrada adquire uma dimensão na qual seu conteúdo empírico e seu significado se inserem no movimento do progresso cognitivo e da ampliação de perspectivas. Naturalmente, a humanidade é uma comunidade de comunicação de fato. A pesquisa histórica é desafiada, no entanto, a produzir um saber que enuncie o que a humanidade efetivamente foi, uma vez que ela deve ter sido algo que se gostaria de representar como comunidade de comunicação. Algo semelhante ocorre com a reflexão sobre referenciais: o superávit de sentido da humanidade como princípio regulativo da comunidade de comunicação põe o pensamento histórico no movimento da ampliação de perspectivas, no qual os elementos comuns, que abrangem referenciais diversos e possibilitam a comunicação como reconhecimento mútuo, evidenciam-se mais e mais. Então não faz mais sentido, por exemplo, escrever uma história da Alemanha da perspectiva do Estado nacional, assim como uma perspectiva meramente européia deixaria de corresponder às expectativas atuais referentes a uma história da Alemanha, cuja plausibilidade estaria comprometida sem levar em conta o Terceiro Mundo.

As três formas de objetividade histórica descritas não são paralelas e estanques, como tampouco o são os três critérios de pertinência sobre os quais repousam, de modo que fosse possível checá-las, consecutivamente, nos procedimentos científicos da história ou averiguar se e até que ponto determinados conhecimentos históricos são científicos (ou, ainda, se podem ter sua cien-

tificidade aperfeiçoada). A objetividade construtiva é uma síntese das duas outras formas da objetividade histórica Essa síntese não pode ser construída *a posteriori*, depois de a pesquisa histórica e a reflexão sobre referenciais garantirem sua própria objetividade. Pelo contrário, é a síntese que assegura a possibilidade desses dois tipos de garantia de objetividade e de sua articulação. Os três tipos de objetividade constituem um todo sistemático na forma de um contexto de mediação mútua. Pode-se denominar esse contexto de *potencialidades racionais* do pensamento histórico, de que este se apropria ao proceder cientificamente. Essas potencialidades seriam uma resposta à pergunta sobre o que significa pensar, racionalmente, a história.

Capítulo 4

A constituição narrativa do sentido histórico
(Apêndice à edição brasileira)

A história é a narrativa dos acontecimentos;
tudo o mais vem daí

Paul Veyne[1]

A complexidade do paradigma narrativista

O pensamento histórico, em todas as suas formas e versões, está condicionado por um determinado procedimento mental de o homem interpretar a si mesmo e a seu mundo: a narrativa de uma história. Narrar é uma prática cultural de interpretação do tempo, antropologicamente universal. A plenitude do passado cujo tornar-se presente se deve a uma atividade intelectual a que chamamos de "história" pode ser caracterizada, categorialmente, como narrativa. A "história" como passado tornado presente assume, por princípio, a forma de uma narrativa. O pensamento histórico obedece, pois, igualmente por princípio, à lógica da narrativa.

Essa tese é tratada, na teoria da história, como o paradigma narrativista. Esse paradigma foi objeto de uma curiosa mescla de entusiasmo e de rejeição. A adesão deu-se sobretudo no plano da reflexão sobre os princípios do pensamento histórico, no plano da teoria da história ou da "meta-história". De toda maneira, não conheço caso algum, no debate teórico recente, de tentativa de

[1] Paul Veyne, *Geschichtsschreibung – und was sie nicht ist*, Frankfurt/M, 1990, p. 13

contestar o caráter narrativo do pensamento histórico. Existem, certamente, trabalhos historiográficos cujo ponto principal não está no aspecto narrativo, mas isso não significa que neguem o caráter fundamental e constitutivo do narrar.

Gostaria de explicar o paradigma narrativista de forma tal que fique clara sua aptidão a tornar transparentes, compreensíveis e discutíveis racionalmente as divergências e as controvérsias do trabalho histórico na pesquisa, no ensino e na representação externa.

Qual é a questão em debate?[2]

Com respeito à ciência da história, trata-se da especificidade do pensamento histórico, de seu estatuto de disciplina no complexo das ciências humanas e de suas funções culturais. Será possível identificar e descrever um *tipo específico de racionalidade* para a história como disciplina especializada? Essa questão torna-se candente diante da amplitude da crítica da racionalidade e da ciência feita pelo pensamento sob influência do pós-modernismo. Nessa tendência, o caráter literário da "história" como constructo de uma constituição mental de sentido é contraposto à pretensão de cientificidade do conhecimento histórico. Em outras palavras: uma qualidade estética da história é contraposta à racionalidade metódica de seu conhecimento.

Em suma, a questão é clara: o que significa "pensar historicamente"? Para respondê-la são necessárias distinções para com outros modos de pensar e a diferenciação da ciência da história, como disciplina especializada, com respeito às demais ciências e disciplinas. Esse modo de especificação do pensamento histórico mediante distinção de tipos de racionalidade pertence aos conteúdos tradicionais da teoria da história. Lembremo-nos das famosas distinções entre explicação e compreensão (Droysen, Dilthey) ou entre particularização e generalização (Rickert). A narratividade surgiu como tema, no âmbito da teoria da história, no contexto

[2] Registro meus agradecimentos aos integrantes do Grupo de Pesquisa "Constituição Histórica de Sentido", no Centro de Pesquisa Interdisciplinar (ZIF) da Universidade de Bielefeld, pelos múltiplos incentivos e sugestões. Encontrei elementos de grande valia no livro recente de Wolfgang Welsch, *Vernunft. Die zeitgnössische Vernunftkritik und das Konzept der transversalen Vernunft*, Frankfurt/M, 1996.

desse tipo de argumentação. A narrativa foi concebida como um modo de explicação próprio à explicação "histórica", distinto de um outro tipo de explicação, elaborado a partir do modelo das ciências naturais e contraposto a ele.

Nosso tema é, pois, *a racionalidade específica do histórico*. Para poder tratar dele, deve-se começar pela questão do que seja racionalidade em si. O que é a forma racional do trato interpretativo do homem consigo mesmo e com seu mundo e como esta se distingue das demais? Na linha de Jurgen Habermas, Wolfgang Welsch formulou a seguinte resposta: a racionalidade está presente sempre que "assertivas são criticáveis e fundamentáveis com base nas suas próprias pretensões de validade".[3] Na teoria da história, por conseguinte, a questão tem o seguinte teor: como os enunciados especificamente históricos podem ser criticados e fundamentados e que pretensões próprias de validade possuem?

Criticabilidade, fundamentabilidade e pretensões de validade aparecem de maneira extremamente diversificada nas diferentes formas de pensamento e argumentação. Essas diferenças podem ser caracterizadas por uma tipologia da racionalidade. Tipos de racionalidade são tipos de argumentação e podem ser definidos como "unidade de procedimento da fundamentação argumentativa".[4]

Essas diferenciações são necessárias para identificar o plano do trato racional do homem e de seu mundo próprio à ciência da história, por exemplo, para distingui-la, como ciência, das artes. Simultaneamente, essas tipologias altamente abstratas são necessárias para se poder demonstrar que, mesmo no nível dos princípios, sempre se dão formas mistas. Dessa forma, a racionalidade cognitiva no caso do pensamento histórico não pode ser isolada de uma racionalidade política e de uma estética. Com efeito, os argumentos elaborados no nível dos princípios ainda não bastam para abranger os debates concretos dentro dos campos que cobrem, como a discussão sobre a delimitação e as relações entre as diversas ciências,

[3] Welsch, *Vernunft* (vide nota 2), p. 116.

[4] Jurgen Habermas, Theorie des kommunikativen Handelns [Teoria do agir comunicativo], vol 1, *Handlungsrationalität und gesellschaftliche Rationalisierung* [*Racionalidade do agir e racionalização social*], Frankfurt/M, 1981, p. 486, *apud* Welsch, *Vernunft* (vide nota 2), p. 452.

a exemplo do que ocorre hoje no caso da ciência da história e da antropologia cultural.

O plano da concepção de tipos de racionalidade e da análise de suas diferenças e semelhanças tem, pois, de ser ultrapassado, para poder chegar ao nível de uma concretização maior. A racionalidade caracterizada tipologicamente tem de ser concretizada, "encarnada" no sentido de sua localização no contexto prático das argumentações dos especialistas.

Nesse plano, trata-se de contextos concretos de comunicação, nos quais os tipos de racionalidade aparecem como *paradigmas*. Paradigmas podem ser definidos como consolidações de um determinado tipo de racionalidade. "Consolidação" quer dizer um determinado modo de o pensamento proceder no discurso de seus sujeitos. Existem diversos modos de consolidação. O mais comum é o da especialização nos diversos campos, como, por exemplo, no da ciência da história como disciplina acadêmica ou no plano dos estilos de pensamento ou nas escolas dos diferentes grupos de especialistas, que concorrem entre si como autores da realização mais apropriada da especialidade acadêmica. Os paradigmas são, pois, múltiplos e evoluem com o tempo. Não raro atuam muitos ao mesmo tempo, de forma imbricada, que necessita de esclarecimento. As propostas inspiradas pela tese de Thomas S. Kuhn (como a minha também) de identificar e descrever uma "matriz disciplinar" ou um "paradigma" na evolução da história não esclareceram suficientemente essa pluralidade e essa imbricação.

Para se compreender o que um paradigma como o narrativista significa para a ciência da história, é necessário distinguir e articular três planos da tematização, nos quais se busca a especificidade do histórico: o plano dos princípios da *racionalidade em si*, o plano dos diferentes *tipos de racionalidade*, em que se efetivam concretamente os campos do pensar e do saber e a especificação do trabalho científico prático, e por fim o plano dos *paradigmas*, que determina a lógica da pesquisa nas diversas disciplinas e subdisciplinas científicas, ou seja, nos processos cognitivos concretos.

Tematizado em um contexto de argumentação como este, o paradigma narrativista revela-se em sua complexidade, abertura, utilidade e eficácia e permite uma aproximação do trabalho dos especialistas.

Narrativa como tipo de racionalidade da constituição histórica de sentido

Atribuir à narrativa um tipo de racionalidade não tem nada de óbvio. Pelo contrário: um dos principais motivos para os especialistas em história olharem o paradigma narrativista da teoria da história com desconfiança está no fato de que a racionalidade da pesquisa histórica que progrediu ao longo do tempo, pelo menos com respeito aos métodos de investigação, era considerada incompatível com o princípio da narratividade e, este, como exclusão dessa racionalidade do cerne da teoria da história, se não como equivalente a seu abandono.

O princípio da narrativa passou a ser um tema no debate teórico na história quando se tornou necessário levar em conta a especificidade do pensamento histórico ao se tratar do padrão de racionalidade da explicação científica.[5] O modelo de uma "explicação racional" baseado nas ciências matemático-experimentais, conhecido pelo nome de Hempel-Popper, foi apresentado como universalmente válido e aplicado, com essa pretensão de validade, à ciência da história.[6] O reconhecimento de uma racionalidade científica universal causou, entre os especialistas da ciência da história, reações desencontradas, pois esse modo de explicação e sua racionalidade dependem decisivamente da argumentação com base em leis gerais. Mas justamente isso não pode ser provado com relação às operações cognitivas básicas do pensamento histórico. A especificidade da história aparecia como uma lacuna. No entanto, quando a própria narrativa pôde ser reconstruída como

[5] A esse respeito, cf. uma coletânea recente: Jerzy Topolski (ed.), *Narration and explanation Contributions to the methodology of the historical research* (Poznan Studies in the Philosophy of the Sciences and the Humanities), Amsterdã, 1990

[6] O texto clássico é de C. G. Hempel, The function of general laws in history, *Journal of Philosophy* 39 (1942), p. 35-48; acerca do debate sobre os diversos tipos de racionalidade da explicação, ver o segundo volume desta série: Jörn Rusen, *Rekonstruktion der Vergangenheit Grundzüge einer Historik II Die Prinzipien der historischen Forschung* (Gottingen, 1986), p. 22 ss. [*Reconstrução do Passado. Elementos de uma teoria da história II Os princípios da pesquisa histórica*. Trad. brasileira pela Editora Universidade de Brasília].

modo de explicação – um de seus pioneiros foi Arthur C. Danto[7] –, o que aparecia como lacuna passou a ser visto como uma qualidade positiva. Nesse momento nasceu, em princípio, o paradigma narrativista.

A análise subsequente da narrativa acabou por negligenciar o fato de que narrar é um tipo de explicação que corresponde a um modo próprio de argumentação racional.[8] O narrar passou a ser visto, doravante, como uma práxis cultural elementar e universal da constituição de sentido expressa pela linguagem. Não havia muito interesse em investigar sua racionalidade, porque, diante do predomínio do modelo não narrativo em ciência e tecnologia, a narrativa não parecia ter muitas chances de valer como recurso heurístico para que se pudesse compreender os seus procedimentos mentais e a sua lógica. A racionalidade da narrativa foi perdida de vista, em benefício da prática lingüística como procedimento da constituição histórica de sentido e da regulação desse procedimento. Em si, não foi ruim que a tematização do tipo de racionalidade próprio ao pensamento histórico e de sua origem tenha começado com essa abordagem lingüística e com as típicas *categorias de sentido e da constituição de sentido. Sentido é mais fundamental que racionalidade*. Assim, a racionalidade do pensamento histórico pode ser descrita como um modo da constituição de sentido que consiste na forma de comunicação do raciocínio argumentativo. Para obter esse resultado, a narrativa precisa ser concebida como uma operação mental de constituição de sentido e ponderada quanto à sua função constitutiva do pensamento histórico.

A narrativa não é sempre e basicamente *histórica*, no sentido coloquial do termo. "Histórico" significa aqui que o passado é interpretado, com relação à experiência, no constructo próprio a uma "história" e que essa interpretação passa a ter uma função na cultura contemporânea. Como nem toda narrativa de histórias está relacionada com a experiência do passado e serve para torná-la

---

[7] Arthur C. Danto, *Analytische Philosophie der Geschichte* [*Filosofia analítica da história*], Frankfurt, 1974.

[8] Cf. Jörn Rüsen, *Zeit und Sinn. Strategien historischen Denkens* [*Tempo e sentido. Estratégias do pensamento histórico*], Frankfurt, 1990, p. 135 ss (Historiografia como problema teórico da ciência da história).

presente, é necessário especificar a narrativa histórica no conjunto dos elementos comuns às narrativas histórica e não histórica. É comum ambas atuarem como um modo específico de *constituição de sentido sobre a experiência do tempo*.[9] Narrar a partir do tempo faz sentido na medida em que a seqüência temporal dos acontecimentos (na maior parte ocorrências ou conteúdos empíricos de tipo estrutural) é situada no contexto próprio a esses mesmos acontecimentos. Esse contexto é tal que a particularidade (contingência) dos acontecimentos nele não desaparece, mas aparece como uma mudança temporal reconstituível. A reconstituição mental da mudança temporal atribui a esta significado para a compreensão e para a interpretação dos processos de evolução no tempo, no qual vivem os sujeitos da narrativa ou, dito de outra forma, no qual o próprio processo comunicativo da narrativa se dá. A especificidade da narrativa histórica está em que os acontecimentos articulados narrativamente são considerados como tendo ocorrido realmente no passado. Além disso, sua coesão interna é concebida como uma representação da evolução temporal vinculada à experiência e como significativa para o auto-entendimento e para a orientação dos sujeitos dos narradores. Com ela, os processos temporais atuais da vida prática dos narradores podem ser entendidos. Para a narrativa histórica é decisivo, por conseguinte, que sua constituição de sentido se vincule à experiência do tempo de maneira que o passado possa tornar-se presente no quadro cultural de orientação da vida prática contemporânea. Ao tornar-se presente, o passado adquire o estatuto de "história". Retomando a famosa expressão de Johann Gustav Droysen, pode-se dizer que a narrativa histórica "faz", dos feitos do passado, a história para o presente.[10] (Esse "fazer" corresponde ao sentido do termo grego ποιησις, *poiesis*.)

Para se entender o que a narrativa realiza, é necessário caracterizar melhor a *categoria de sentido*. A constituição de sentido produzida pela narrativa histórica a partir da experiência do tempo opera-se em quatro planos: a) no da percepção de contingência e diferença no tempo; b) no da interpretação do percebido mediante a articulação narrativa; c) no da orientação da vida prática atual me-

[9] Cf., para mais detalhes, Rüsen, *Zeit und Sinn* (vide nota 8), p. 11 ss.

[10] Droysen, *Historik* (vide nota 2 do capítulo 1), p. 69 e passim.

diante os modelos de interpretação das mudanças temporais plenos da experiência do passado e, por fim, d) no da motivação do agir que resulta dessa orientação. "Sentido" articula percepção, interpretação, orientação e motivação, de maneira que a relação do homem consigo e com o mundo possa ser pensada e realizada na perspectiva do tempo. Sentido histórico na relação com o mundo significa uma representação da evolução temporal do mundo humano tanto baseada na experiência quanto orientadora e motivadora do agir. Também na relação do homem com si mesmo, o tempo é interpretado em consecução, de modo que seja alcançado um mínimo de consistência do "eu": a *identidade histórica*.[11]

É de todo recomendável concretizar essas considerações extremamente abstratas. Para tanto, escolhi dois exemplos, completamente fora da prática acadêmica da pesquisa e da historiografia do passado. Ambos são da África do Sul. O primeiro é a tentativa de um zulu de defender a cultura de um povo contra a predominância ocidental (branca) mediante retorno e revitalização da narrativa de histórias que são, segundo ele, as únicas a poder contar aos zulus quem eles são. O autor publicou essas histórias sob a pressão da experiência do *apartheid* e com a intenção de "contar a *verdade* sobre o povo bantu e de evitar a muitos e muitos de meus compatriotas a agonia do abandono que sofremos".[12] O que interessa nesses exemplos não é o conteúdo da narrativa, mas sua *forma*, o tratamento lingüístico na comunicação da narrativa histórica. O exemplo representa, ao mesmo tempo, algo de arcaico e de típico. Ele apresenta uma "cena originária" da narrativa histórica. Mostra como, ao longo da cadeia das gerações, as experiências e as interpretações são conservadas e consolidadas, para o fim da preservação e da estabilização da comunidade e do pertencimento a ela, de sua especificidade e da autopercepção positiva.

---

[11] Uma excelente visão de conjunto do debate sobre identidade pode ser encontrada em Jürgen Straub, Identitätstheorie im Übergang? Über Identitätsforschung, den Begriff der Identität und die zunehmende Beachtung des Nicht-Identischen in subjekttheoretischen Diskursen, *Sozialwissenschaftliche Literatur-Rundschau* 23 (1991), p. 49-71.

[12] Em inglês no original. "to tell the world the *truth* about the Bantu people and to save many of my countrymen the agony of the bereavement we felt" Vusumazulu Credo Mutwa: *Indaba, my children* (Londres, 1985), p. XIII.

À luz das estrelas sorridentes, o velho está sentado, um gibão colocado sobre os ombros vergados pela idade. Seus olhos avermelhados fixam o semicírculo de rostos curiosos e ansiosos diante dele – rostos de quem apenas fez alguns poucos passos de uma trilha obscura e insegura chamada vida, ainda sem conhecer o sofrimento, amargo preço da vida, rostos jovens, sem temor da tristeza, da doença e da ira – os rostos luminosos, descontraídos das crianças.

O fogo dança no meio da fogueira redonda de barro, como uma menina em sua alegria simples de viver. Ele consome os gravetos e a lenha seca, com que uma garota o alimenta, e nada deixa além de cinzas quentes. Manda para o domo estrelado de um céu tranqüilo sua fumaça avermelhada e suas próprias e efêmeras estrelinhas.

Subitamente o velho sente um grande peso sobre seus ombros – uma grave responsabilidade para com esses jovens que o cercam, tão cheios de esperança. Seus velhos ombros magros caem ainda mais, ele suspira; um pigarro áspero arranha sua garganta, ele engole e sopra o fogo, como o fizeram antes dele seus pais e antepassados, e começa a velha, velha história, que – como sabe – repetirá tal qual a ouviu há muito tempo, sem nada alterar ou mesmo acrescentar ou retirar uma simples palavra: Indaba – Meus filhos![13]

O segundo exemplo é retirado de um manual de serviço social para as favelas em torno de Johannesburgo, publicado em 1981.[14] Nesse manual há uma história em quadrinhos intitulada *Vusi goes back*, cuja finalidade é esclarecer às massas desfavorecidas dos negros os motivos dessa situação e abrir-lhes uma perspectiva de futuro dependente de sua própria atuação política. Aqui também não é o conteúdo que vem ao caso, que afinal só apresenta uma interpretação histórica da "esquerda branca", mas a forma. O desenho começa com um resumo de todo o percurso da história sul-africana em seis quadrinhos, que apresentam uma determinada

[13] Vusamazulu Credo Mutwa: *Indaba* Ein Medizinmann der Bantu erzählt die Geschichte seines Volkes (Munique, 1983), p. 9.

[14] *Vusi goes back*. A comic book about the history of South Africa. (Prezanian Comix, E.D.A.), de um manual para "trabalhadores comunitários", 1981, fig. p. 2.

seqüência temporal. Esse resumo representa, em primeiro lugar, uma "cena originária" de constituição histórica de sentido semelhante à que se viu no primeiro exemplo: um ancião conta uma história a um jovem, a fim de fazê-lo compreender sua situação presente. Ao mesmo tempo, contudo, a imagem-resumo representa a "forma originária" de uma história, na qual o passado é tornado presente como história. Esse exemplo ilustra a estrutura elementar de sentido de uma "história" na *organização temporal de seu conteúdo* como articulação narrativa de acontecimentos, situações ou ocorrências em tempos diversos. Como no primeiro exemplo, ficam claras também a relação com o presente e a função prática que

caracterizam o modo narrativo de tornar presente o passado em uma história.

Como o balão mostra com limpidez ideal típica, essa história possui começo, meio e fim. O fim é o momento presente da situação narrativa. O começo está no ponto em que a vida humana gozava de condições cuja falta no presente exige a interpretação do tempo atual. O meio mostra a seqüência dos acontecimentos desse início até o presente, de maneira que pareça plausível um futuro em que as condições atuais da vida possam ser mudadas e em que, de certo modo, se retorne ao começo.

Mesmo com a variação das narrativas em que o passado é apresentado com o fito de orientar o presente, esses dois exemplos parecem-me mostrar bem dois elementos essenciais, constitutivos mesmo, da narrativa histórica.[15] Eles são "arcaicos" no sentido do termo grego para "origem", que significa simultaneamente algo muito antigo, algo duradouro no tempo e algo válido para todos os tempos. Estou convencido de que esse "arcaísmo" da narrativa histórica pode ser encontrado hoje em dia sem maiores dificuldades.[16]

Naturalmente, é raro que se veja um exemplo puro desse modo de narrar. O quotidiano está cheio de elementos fragmentados das histórias, de alusões a histórias, de parcelas de memória, de "narrativas abreviadas".[17] O que esses diferentes fenômenos exemplificam, com sua grande diversidade, pode ser esclarecido e entendido a partir do tipo puro de uma situação narrativa: alguém conta a alguém uma história, na qual o passado é tornado presente, de forma que possa ser compreendido, e o futuro é esperado.[18]

---

[15] Este ponto foi tratado, na versão original, no cap. 2, ademais, cf também outros textos meus. *Zeit und Sinn* (vide nota 8), p 153 ss , e *Historische Orientierung*. Uber die Arbeit des Geschichtsbewußtseins, sich in der Zeit zurechtzufinden (Colônia, 1994), p 3 ss.

[16] Ver, a título de exemplo, as análises de Mike Seidensticker, *Werbung mit Geschichte Asthetik und Rhetorik des Historischen*. Beitrage zur Geschichtskultur, vol. 10, Colônia, 1995.

[17] Rusen, *Historische Orientierung* (vide nota 15), p 11 Análises minuciosas desses resultados estão em Heidrun Friese, Bilder der Geschichte, in Klaus E. Muller, Jorn Rusen (eds.), *Historische Sinnbildung Problemstellungen, Zeitkonzepte Wahrnehmungshorizonte Darstellungsstrategien*, Reinbek, 1997.

[18] Refiro-me, aqui, às conhecidas formulações de Karl-Ernst Jeismann para caracterizar as operaçoes da consciência histórica. Cf. Karl-Ernst Jeismann, *Geschichte als*

A constituição histórica de sentido dá-se, pois, não apenas na forma de uma narrativa elaborada a partir de uma prática cultural oriunda das rotinas do quotidiano, como em uma celebração cívica, em um discurso gratulatório, em um curso universitário ou na produção e recepção de textos historiográficos, em exposições históricas, em jogos históricos, etc. Ela perpassa todas as dimensões das mais diversas manifestações da vida humana. Ela pode efetuar-se na forma de procedimentos inconscientes que influenciam a vida concreta, como o recalque, o afastamento ou a reinterpretação das lembranças, experiências e interpretações impostas que incomodam. Ela perpassa a comunicação no dia-a-dia, na forma de fragmentos de memória e de histórias, de referências a histórias, de símbolos, cujo sentido só transparece na narrativa.

Se toda essa imensidão de formas possíveis de tornar presente o passado deve ser resumida com o conceito de "constituição histórica de sentido", então tem de ser demonstrado que cada um dos diversos fenômenos preenche as condições para que a narrativa de uma história possa ser caracterizada de "histórica" . Para tanto, é útil recorrer à análise das situações arquetípicas de comunicação na narrativa histórica. Com esse arquétipo pode-se estipular com mais exatidão em que sentido símbolos, imagens, palavras isoladas, alusões e semelhantes podem ser considerados "históricos". Eles são "históricos" se e quando o sentido que possuem nas situações de comunicação da vida humana prática emerja plenamente na forma de uma história na qual o passado é interpretado, o presente entendido e o futuro esperado mediante essa mesma interpretação.

É exatamente isso que quer dizer o termo "narrativismo". O caráter de um enunciado, de uma simbolização, de uma apresentação, enfim, de uma articulação ou manifestação de sentido, é histórico se o sentido intencionado abrange um contexto narrável entre o passado, o presente e (tendencialmente) também o futuro, sentido esse no qual a experiência do passado é interpretada de forma que o presente possa ser entendido e o futuro, esperado. O sentido histórico requer três condições: formalmente, a *estrutura*

Horizont der Gegenwart Uber den Zusammenhang von Vergangenheitsdeutung Gegenwartsverständnis und Zukunftsperspektive, Paderborn, 1985.

de uma história; materialmente, a *experiência do passado*; funcionalmente, a *orientação da vida humana prática* mediante representações do passar do tempo. Uma teoria da narrativa histórica que organize os pressupostos, os modos, o alcance sincrônico e diacrônico, assim como as funções da constituição histórica de sentido, fornece também o quadro de referências para a análise empírica, pragmática e normativa no trato com a história.

Uma forma do paradigma narrativista

Um "paradigma" ou uma "matriz disciplinar" é uma explicação teorica do tipo de racionalidade da constituição histórica de sentido. Os termos são de Thomas S. Kuhn, mas seu significado original sofreu modificações substanciais ao longo da reflexão sobre os processos cognitivos próprios às ciências da cultura e sobre outras práticas culturais de constituição de sentido. Inalterada ficou a pretensão de explicitar os múltiplos fatores regulativos do processo cognitivo ou da prática interpretativa de uma cultura como um contexto sistemático que possa servir para delimitar um determinado tipo de conhecimento e de interpretação. Com respeito à ciência, um paradigma descreve um determinado modelo, uma escola, uma direção, mas também de acordo com o grau de universalidade com que os fatores da prática cognitiva são tratados uma época (como, por exemplo, "Iluminismo tardio", "historicismo" em sentido estrito).

Um paradigma da constituição narrativa do sentido histórico leva em conta os fatores mentais determinantes da narrativa histórica e seu contexto sistemático. Ele precisa identificar, distinguir e articular os princípios, necessários um a um e suficientes em seu conjunto, que fazem a constituição histórica de sentido aparecer como um processo que obedece a determinados fatores e que pode ser reconstruído e entendido a partir deles.

Considero determinantes cinco desses fatores:[19]

1) carências de orientação da vida humana prática, decorrentes das experiências da contingência na evolução temporal do mundo humano;
2) diretrizes de interpretação que se referem à experiência do passado, se baseiam na memória e assumem a forma de teorias, perspectivas e categorias implícitas e explícitas;
3) métodos, com os quais o passado empírico tornado presente é inserido nas diretrizes de interpretação, mediante o que estas se concretizam e se modificam;
4) formas de representação da experiência do passado incorporada à diretriz de interpretação;
5) funções de orientação cultural mediante a experiência interpretada e representada na forma de uma direção temporal do agir humano e na forma de concepções da identidade histórica.

Esses fatores condicionam-se mutuamente em um conjunto sistemático complexo. Eles não constituem uma série de etapas sucessivas estanques. Diretrizes de interpretação podem estar dadas, por exemplo, nas formas de representação; estas, por sua vez, podem depender de concepções teóricas do processo histórico. Para a construção e a utilização desse conjunto, é importante que os elementos da vida prática (carências e funções de orientação) sejam articulados com os elementos "teóricos" de maneira a tornar visível e inteligível o enraizamento da constituição de sentido na vida prática, assim como é importante que esta constituição possua autonomia com respeito aos atos concretos dessa mesma vida.

Na rede relacional dos fatores, podem-se identificar três dimensões da constituição histórica de sentido, cuja diversidade e interdependência transparecem em todos os modos do saber histórico:

[19] Cf. cap. 1, no qual a versão anterior da matriz é explicada, e também Hans-Jurgen Goertz, *Umgang mit Geschichte. Eine Einführung in die Geschichtstheorie*, Reinbek, 1995, p. 67 ss.

1) Na inter-relação entre as carências de orientação e as funções de orientação cultural, a constituição histórica de sentido é determinada por uma *estratégia política da memória coletiva*;
2) na inter-relação entre as diretrizes de interpretação e os métodos de elaboração da experiência, a constituição histórica de sentido é determinada por uma *estratégia cognitiva da produção de saber histórico*;
3) e na inter-relação entre as formas de representação e as funções de orientação, a constituição histórica de sentido é determinada pela *estratégia estética da poética e da retórica da representação histórica*.

Esse dimensionamento diversificado impede que se restrinja o olhar à mera narrativa histórica, por se preferir seja a abordagem cognitiva, que predomina no auto-entendimento e na prática da ciência da história, seja a política, em que o saber histórico é usado na luta pela politização dos argumentos, seja a estética, que acentua a força de convencimento do meio e das formas de representação.[20]

Tanto a diversidade dos fatores regulativos quanto as múltiplas dimensões da constituição histórica de sentido suscitam a questão daquilo que assegura a inter-relação e a coerência dos fatores e das dimensões. Essa questão visa, pois, a um *metacritério* sintetizador (de alguma forma a matriz de todos os critérios), que pode ser identificado e descrito como o *critério de sentido da narrativa histórica* ou como o *princípio do sentido histórico*.

Paradigmas podem surgir como esquemas da matriz disciplinar da ciência da história. Eles ilustram, por conseguinte, a inter-relação esboçada, com respeito à constituição da história como disciplina científica. A matriz disciplinar pode ser concebida da seguinte maneira:

[20] Sobre a relação entre essas três dimensões, cf. Rusen, *Historische Orientierung* (nota 15), p. 225 ss.

(1) estratégia *política* da memória coletiva
(2) estratégia *cognitiva* da produção do saber histórico
(3) estratégia *estética* da poética e da retórica da representação histórica

Fig. 2. Esquema da matriz disciplinar da ciência da história

A concepção de uma matriz disciplinar pode ser utilizada como quadro de referências para a análise e a interpretação dos processos cognitivos que, na história, pretendem ser científicos.[21]

[21] Cf a grande pesquisa de Horst Walter Blanke, *Historiographiegeschichte als Historik* (Fundamenta Historica, vol. 3), Stuttgart-Bad Cannstatt, 1991. Sobre o debate acerca da possibilidade de utilizar o modelo da matriz na história da historiografia,

Com pequenas modificações, ademais, ela pode ser igualmente empregada como quadro teórico de referências para a interpretação das práticas do pensamento histórico e das representações historiográficas, nas quais a cientificidade (no sentido atual) é irrelevante.[22] A cientificidade diz respeito sobretudo ao fator "métodos". Somente se os métodos tomarem a forma de regras da pesquisa empírica, a matriz corresponderá ao esquematismo de uma prática cognitiva científica especializada. A experiência não é elaborada, porém, apenas nas diretrizes de interpretação internas à constituição científica especializada do pensamento histórico É possível, por conseguinte (mediante uma generalização adequada, na qual se trate exclusivamente das regras de elaboração da experiência e não da especificidade dos fatores reguladores da pesquisa), conceber o esquema de maneira a permitir registrar e analisar as formas típicas da constituição história de sentido. Que uma investigação da estética e da política da memória e do histórico venha a dar bons resultados decorre diretamente da distinção entre as três dimensões.

Sobre o uso do paradigma

Que função possui a elaboração e a explicação desse tipo de paradigma do pensamento histórico? Não se trata apenas de interesses cognitivos que se voltam para o pensamento histórico e fazem dele objeto de uma análise filosófica ou epistemológica. Em primeiro lugar, esse paradigma serve à auto-afirmação reflexiva da prática do pensamento histórico. Nessa função, o paradigma goza de uma longa tradição na ciência da história e na historiografia.[23]

---

cf. Jörn Rusen, Historismus als Wissenschaftsparadigma. Leistung und Grenzen eines strukturgeschichtlichen Ansatzes der Historiographiegeschichte, in. Otto Gerhard Oexle, Jorn Rusen (eds.), *Historismus in den Kulturwissenschaften. Geschichtskonzepte, historische Einschätzungen. Grundlagenprobleme* (Beiträge zur Geschichtskultur, vol.12), Colônia, 1996, p 119-138.

[22] A afirmação de que a concepção teórica da matriz adota uma ótica distorcida por práticas pré-modernas no mínimo passa ao largo de minhas intenções. Cf meu debate com S Fisch, *Geschichte und Gesellschaft*

[23] Cf Horst Walter Blanke, Von Chytraeus zu Gatterer. Eine Skizze der Historik in Deutschland vom Humanismus bis zur Spätaufklärung, in. Horst Walter Blanke, Dirk Fleischer, *Aufklärung und Historik. Aufsätze zur Entwicklung der*

Essa auto-afirmação refere-se às relações internas e externas do pensamento histórico, da práxis da pesquisa histórica e da historiografia.

Trata-se de uma operação mental na qual são investigados e apresentados o tipo de racionalidade do pensamento histórico e a forma característica com que esta aparece nos critérios determinantes da práxis historiográfica. Nesse procedimento, é fundamental a intenção de preservar e de desenvolver essa racionalidade, assim como de modificá-la em sua respectiva tipicidade. A idéia do paradigma é um elemento argumentativo da racionalização. Ela exerce uma *função ordenadora* dos múltiplos procedimentos da práxis histórica. Isso ocorre mediante uma reflexão que desvele as pretensões de racionalidade dessa práxis e se articule em torno delas. A razão é tematizada e buscada, como critério de sentido do pensamento histórico e da historiografia, no trato reflexivo de sua estrutura paradigmática.

Essa tendência racionalizadora no uso do paradigma é mais antiga do que a profissionalização e a cientificização do pensamento histórico. No período moderno de seu desenvolvimento, porém, ela alcança um refinamento especial ao concentrar-se no método histórico como garantia regulativa do progresso do conhecimento. Cientificização significa, pois, que os critérios racionais do sentido histórico são formalizados no processo de interpretação que traz a experiência do passado ao presente, do ponto de vista metódico. (Modifica-se, assim, a concepção de método: de um conjunto de regras da produção historiográfica, ele passa a um conjunto de obras dos processos de conhecimento.)[24]

A pretensão de racionalidade da auto-afirmação reflexiva do pensamento histórico, concentrada no método, vem sendo criticada há algum tempo. A crítica toma como ponto de partida a correlação íntima entre a pretensão de racionalidade mediante reflexão sobre paradigmas e a idéia de progresso moderna. Com a perda de plausibilidade da idéia de progresso, desapareceria a capacidade de

---

Geschichtswissenschaft, Kirchengeschichte und Geschichtstheorie in der deutschen Aufklärung, Waltrop, 1991, p.113-140.

[24] Cf. Jorn Rusen, *Konfigurationen des Historismus Studien zur deutschen Wissenschaftskultur*, Frankfurt, 1993, p 58 ss.

convencimento das noções de paradigma em que predomine uma racionalização metodológica progressiva. Na medida em que o progresso apareça como catastrófico em si, a racionalidade do pensamento histórico explicada por paradigmas sucumbe à crítica radical. Com uma frustração crescente com respeito à emancipação e com a experiência da crise de sentido, dela decorrente, a pretensão de racionalidade do pensamento histórico fragiliza-se. Ela aparece como elemento de uma evolução civilizatória incapaz de evoluir para o futuro, como parte de uma pretensão universal de hegemonia de uma racionalidade que coloca cada vez mais em risco a possibilidade de se viver em um mundo humano mediante apropriação da natureza.

Essa crítica tem aparecido com ênfases diferenciadas e em muitas formas de argumentação. De forma esquemática e reduzindo a questão de modo ideal-típico a oposições simplificadas, trata-se de uma crítica que prefere a idéia de divergências e contradições à noção de uma ordem transversal do mundo humano. Wolfgang Welsch, por exemplo, diagnostica uma "perda definitiva do ordenamento disciplinado e da bela transparência do mundo",[25] à qual teria de corresponder uma nova concepção de razão. Diversidade e diferença opõem-se a unidade e identidade, assim como formas dialogais de pensamento opõem-se às monológicas, racionalidade estética à metódica, sentido difuso a sentido intenso, razão simbólica (que se preocupa com as lacunas estruturais) à razão narcisista (que corre atrás de ilusões da totalidade – Lacan), feminilidade contra masculinidade, estratégias da inclusão na formação de identidades segundo princípios do reconhecimento às estratégias da exclusão com suas consequências discriminatórias, um relativismo culturalista a um universalismo eurocêntrico.

Essas contraposições expressam resumidamente a crítica pós-moderna à racionalização como critério histórico de sentido, que vê nesta a expansão da hegemonia da razão humana.

Contra isso buscam-se novos potenciais da razão. Naturalmente essa crítica não é nova, pois vem sendo formulada desde o início do processo moderno de racionalização. Isso não quer dizer, todavia, que ela deveria ser ignorada ao se usar o paradigma para a

[25] Welsch, *Vernunft* (nota 2), p 47

auto-reflexão do pensamento histórico. Com respeito à história, as oposições podem ser esboçadas da seguinte maneira:

- Uma experiência catastrófica da ruptura, com relevância categorial, é oposta à categoria tradicional de progresso e à idéia análoga de história como inter-relação genética entre passado e presente.
- A percepção do sentido, na acepção da aceitação e da adoção dos potenciais de interpretação e compreensão do passado, é contraposta ao juízo do passado com base em critérios da razão crítica.
- Representações de um controle da história, mediante intuição da regularidade legaliforme intrínseca a seu processo, são rejeitadas em benefício das propostas hermenêuticas de busca de um sentido próprio à vida humana passada, que poderia funcionar como crítica da dominação no contexto cultural de orientação atual.
- Estratégias excludentes da constituição histórica da identidade e o respectivo eurocentrismo são recusadas e substituídas por propostas de uma constituição includente da identidade, na direção do reconhecimento da diferença cultural, vale dizer, a categoria da identidade histórica é problematizada em favor da ênfase no não-idêntico.[26]
- A predominância da racionalidade metódica tem de ser revertida em favor de uma atenção maior aos elementos estético-racionais, em benefício da historiografia como fator de constituição do sentido da representação histórica.
- Métodos hermenêuticos são contrapostos aos analíticos, o sentido próprio ao passado é destacado, em contraste com sua vinculação genética ao presente.

A consideração do agir tem de ser pelo menos completada com a consciência do sofrer, quando não substituída por esta.[27]

Uma "teoria histórica do perigo", baseada na filosofia da história de Walter Benjamin, é contraposta às tradições até agora

[26] Por exemplo, em Jurgen Manemann, Nach dem Historikerstreit Versuch einer Situationsbeschreibung der deutschen Geschichtswissenschaft nach 1945 (2), *Orientierung* 59 (1995), p. 198-201, especialmente p. 200.

[27] Johann Baptist Metz, Monotheismus und Demokratie Über Religion und Politik auf dem Boden der Moderne, in: Jurgen Manemann (ed.), *Demokratiefähigkeit* (Jahrbuch Politische Theologie, vol. 1, 1996), Munster, 1995, p. 39-52, especialmente p. 45.

dominantes na ciência da história, nas quais a história é entendida como um processo evolutivo abrangente, sustentado por critérios objetivos de socialização humana. Esses critérios são diluídos hermeneuticamente pela lembrança de esperanças frustradas, do sofrimento e da decadência. Dessa alteridade do passado assim radicalizada em contraposição à auto-afirmação histórica do presente são engendradas novas representação utópicas do futuro, desestabilizadoras da segurança das orientações culturais estabelecidas.

As formulações paradigmáticas já não devem mais servir para identificar a plenitude da diversidade do pensamento histórico como um tipo inequívoco de racionalidade, mas sim destacar sua pluralidade, sua divergência e ambivalência, suas múltiplas e heterogêneas mediações das muitas estratégias de pensamento e formas de apresentação. Agora, os temas são: diferença, pluralidade, mutabilidade, ambivalência, contingência, proximidade com a experiência real, déficits de sentido, sentidos difusos.

Isso tudo aparece como sendo o fim da tematização tradicional dos paradigmas históricos, como a rejeição definitiva de sua pretensão de racionalidade e como a obsolescência irreversível do objetivo do pensamento histórico de fundamentar reflexivamente o paradigma de suas pretensões de racionalidade. Mas o que acontece é justamente o contrário. Os pontos de vista listados são todos enunciados como sendo *racionais*, contra a desrazão – criticamente combatida – das pretensões de racionalidade levantadas até hoje. Permanece, por conseguinte, a operação reflexiva em que os paradigmas são desenvolvidos e fundamentados. Ela chega mesmo a alcançar novas dimensões e potencialidades críticas. Como não existe uma racionalidade única, mas sim diversos tipos de racionalidade, trata-se agora de desenvolver um tipo de racionalidade da constituição histórica de sentido na forma de um paradigma que resista à crítica feita à racionalidade até agora dominante no pensamento histórico moderno e que se exprima em pretensões convincentes de racionalidade. [28]

[28] A filosofia iniciou-se com a renovação das pretensões de racionalidade. Cf. em particular Welsch, *Vernunft* (nota 2), e também: Karl-Otto Apel, Matthias Kettner, (eds.), *Die eine Vernunft und die vielen Rationalitäten*, Frankfurt/M , 1996; um outro exemplo: Bert Olivier, Beyond hierarchy? The prospectus of a different form of reason, *South African Journal of Philosophy* 15 (1996), p. 41-50

A concepção de um paradigma do histórico que resista a essa crítica e que satisfaça essas pretensões de racionalidade tem de desvencilhar-se da idéia de que somente exista um paradigma único, de forma unívoca e determinadora da práxis. Não se abre mão, todavia, da idéia de que o pensamento histórico seja conformado por paradigmas e de que seu tipo próprio de racionalidade apareça, como paradigma, na práxis da história; essa idéia é apenas reduzida a um *esquema*, cujo preenchimento pode assumir as mais diversas formas, admitindo assim, em si mesmo, a pluralidade e a diferença. A idéia desse esquema serve então para esclarecer e tornar acessível a complexidade das estratégias determinantes da constituição de sentido. Diferença e pluralidade não são incompatíveis com coerência. A tarefa e a pretensão de racionalidade de uma história cuja auto-afirmação passa pelo paradigma consistem, por conseguinte, na identificação de um perfil coerente para essa pluralidade e diferença, e em sua explicitação reflexiva, sem manipulá-la ou descartá-la. Essa pretensão capacita o paradigma narrativo da práxis histórica, que se realiza na plenitude do diferente, a emergir e a motivar a história a não proceder mais de maneira cega, mas sim esclarecida sobre si mesma. Uma pretensão de racionalidade dessa vai além de uma mera racionalidade metódica. Ela se espraia pela rede das dimensões cognitivas, políticas e estéticas da constituição histórica de sentido e desperta potenciais de racionalidade no mais das vezes implícitos ou mesmo velados na autodefinição da história como disciplina científica especializada (o potencial racional dos princípios universais do direito na política, e os da criação livre, na estética, por exemplo).

A narração do não-narrável – o malogro da constituição histórica de sentido como condição necessária de seu êxito

A narrativa histórica tem de negar-se a si própria, tem de superar-se como narrativa para poder convencer como constituição histórica de sentido no horizonte das experiências modernas do tempo. Em nossos dias, a narrativa histórica só convence quando o constructo significativo de uma história, por ela configurado, torna transparentes e cognoscíveis a ausência, a lacuna ou a negação de

sentido nos conteúdos interpretados do passado experimentado. Uma história que sustente, no âmbito da experiência histórica, existir um significado contínuo e sem quaisquer rupturas da constituição temporal do homem e de seu mundo, de maneira que a história assim apresentada possua um sentido fechado, é uma mentira. Diante das experiências do vazios de sentido vividas no século XX, das quais a mais radical e típica é certamente o Holocausto, não se pode argumentar de outra forma.

Seria terrível para o pensamento histórico em geral, mas igualmente para a elaboração interpretativa do Holocausto, se a deficiência fundamental de sentido que se revela nele, sua absoluta falta de sentido como experiência histórica, se esgotasse nele. O Holocausto assumiria assim *status* quase mítico, desistoricizado, com o qual se elevaria a uma espécie de significado pararreligioso (correspondente a uma constituição de sentido[29] comparável a uma teologia negativa), transformando-se assim em material explosivo para a orientação política.[30] De forma alguma. Como experiência-limite, o Holocausto serve para reforçar uma qualidade genérica da interpretação que torna presente o passado, como exemplo do lado sombrio da história, das trevas do sentido histórico, do caráter ruinoso do prolongamento temporal do passado até o presente.[31]

O Holocausto representa, pois, uma qualidade da experiência na relação temporal tensa entre passado e presente, a ser devidamente levada em conta por um tipo apropriado de constituição narrativa de sentido. As formas historiográficas de narração adequadas

---

[29] Sobre suas potencialidades e limites, cf. Christoph Münz, *Der Welt em Gedächtnis geben Geschichtstheologisches Denken im Judentum nach Auschwitz* (Gutersloh, 1995)

[30] Um exemplo atual da problematização, na qual o Holocausto é instrumentalizado para fins políticos de formação de identidade, é o livro de Daniel J Goldhagen; cf Gulie Ne'eman Arad, Ein amerikanischer Altraum Zum kulturellen Kontext von Daniel Goldhagens "Hitler's Willing Executioners", *Frankfurter Rundschau*, 14 de maio de 1996.

[31] "Der Engel der Geschichte muß so aussehen. Er hat das Antlitz der Vergangenheit zugewendet. Wo eine Kette von Begebenheiten vor *uns* erscheint, da sieht er eine einzige Katastrophe, die unablässig Trummer auf Trummer häuft und sie ihm vor die Fuße schleudert" (Walter Benjamin, Über den Begriff der Geschichte, in: Rolf Tiedemann, Hermann Schweppenhäuser (eds.), *Gesammelte Schriften*, vol. I, tomo 2, Frankfurt/M., 1991, p. 691-704, cit. p. 697.)

a essa realidade ainda não foram encontradas. A literatura narrativa, em suas formas paradigmáticas do século XX (Kafka, por exemplo), pode fornecer alguns exemplos, ao revelar a ausência de sentido como um sentido estético. Como realizar essa *dialética negativa da constituição de sentido* na especificidade da narrativa histórica é uma questão aberta. Que ela tenha de ser formulada, no entanto, quando se trata de realizar os procedimentos mentais e as práticas culturais da constituição histórica de sentido no nível da experiência histórica do século XX, decorre da evidência mesma de um passado objetivo que nos confronta com a ausência traumática de sentido, mesmo que comecemos a lidar com procedimentos e práticas para interpretá-la. A reflexão sobre o paradigma da constituição histórica de sentido pode servir, por conseguinte, para explicitar essa experiência prévia e para torná-la plausível na perspectiva dos fatores regulativos do pensamento histórico e da historiografia, em conjunto com os quais ela forma um elemento irrenunciável de nossa cultura.

Com isso, "sem sentido" passou a ser um ponto de vista para a racionalidade histórica. O que significa isso? Seria equivocado concluir teoricamente, das experiências horripilantes do século XX, que a história não tem (mais) sentido. Dessa forma, todo pensamento histórico e toda apropriação interpretativa da experiência do passado para fins de orientação no presente tornar-se-iam obsoletos. A experiência da falta de sentido com que o pensamento histórico se confronta desagregar-se-ia e a orientação temporal da vida humana prática desvirtuar-se-ia em cegas obsessões.

"Falta de sentido" como elemento da racionalidade histórica quer dizer, no entanto, outra coisa. A significação do passado tornado presente como história tem de ser incondicionalmente preservada – e de maneira que o sentido do tempo, como fator de orientação da vida humana prática, vigorosamente evidenciado pelo constructo narrativo de uma história, vá além dos limites da experiência, possa mesmo contrapor-se à experiência histórica e se torne plausível. "Sentido" receberia a marca empírica e lógica da ausência e da falta, sem tornar-se, contudo, um mero "vazio". Pelo contrário: transcender a experiência dos conteúdos empíricos da memória do passado ganharia, mediante o procedimento de torná-la presente, uma força utópica voltada para o futuro. Não se trata

aqui de uma perspectiva de ação que tencione mudar o mundo por intervenções diretas. Trata-se, isso sim, da qualificação de um significado (de uma "plenitude de sentido") que transcenda a experiência direta e que somente por ir além desta pode atuar sobre as determinações de sentido do agir, dotá-lo da capacidade de durar e de resistir na experiência possível da "falta de sentido", cuja conscientização se dá no processo de interpretação.

A narrativa histórica pode levar em conta essa dialética negativa da constituição do sentido mediante um modo do narrar – pela recusa e pela inversão das estratégias tradicionais da narrativa que constroem a história a partir da experiência histórica, e mediante uma reflexividade intensificada do modo narrativo, com a qual se demonstra o alcance limitado dos critérios de sentido utilizados.

Pela integração da "inenarrabilidade" da história, como condição da narrativa histórica, a razão histórica torna-se *modesta* e apta a tomar conhecimento de algo diverso dela mesma. Ela abre a visão histórica ao inconsciente e articula sua relação com a experiência e com os superávits de sentido do agir humano que vão além da experiência concreta. Ela confere ao princípio da diferença, da pluralidade, da particularidade e da negatividade uma força regulativa na interpretação do passado, de que as concepções modernas de razão histórica, identidade coerente, universalidade do desenvolvimento e efetividade das idéias de sentido (como, por exemplo, na categoria do progresso) não dispunham.

Observação final sobre a razão da história

As reflexões sobre o paradigma narrativista que potencializa a racionalidade do pensamento histórico não são um apêndice a esse pensamento, mas um momento dele. Como se relacionam razão e racionalidade? A razão é mais do que a racionalidade, mas nada é sem esta. O que é ela, a mais? Razão é um saber referente aos modos de operação da argumentação racional e, simultaneamente, a capacidade de sintetizar com coerência os diversos tipos de racionalidade presentes no pensamento histórico, sem reduzir sua pluralidade à uniformidade. É racional articular o leque dos múltiplos tipos de racionalidade em uma racionalidade própria ao pensa-

mento histórico. Razão é "transição" (Wolfgang Welsch) de um modo de argumentar para o outro, de uma relação com a experiência para uma relação com a práxis, dos elementos não narrativos para os elementos narrativos da constituição histórica de sentido. Somente a racionalidade histórica que tematiza a si mesma e se auto-esclarece é racional. Somente nesse auto-esclarecimento os critérios de sentido constitutivos da narrativa histórica tornam-se visíveis e, destarte, argumentativamente exprimíveis, perceptíveis, intercambiáveis. A racionalidade faz-se "constituidora de sentido" e, assim, racional. Enunciam-se e levam-se claramente em conta, enfim, as diferenças e a diversidade de fatores e modos do acesso à experiência do passado, à apreensão da experiência, a sua interpretação e à aplicação dos constructos históricos de sentido produzidos pela interpretação das carências de orientação da vida prática. É óbvio que isso não acontece de forma arbitrária, mas exclusivamente de maneira que os diversos potenciais de sentido se amplifiquem na relação entre si, também e sobretudo quando se tratar da preservação de cada "sentido próprio" respectivo ao estético, ao político, ao cognitivo e a todos os demais campos e perspectivas de sentido. A razão promove a interação entre todos esses campos, sem dissolver um no outro. Ela media, sintetiza e amplia a coerência na diversidade.[32]

[32] Tradicionalmente, esse modo de racionalidade é chamado de "dialético". Wolfgang Welsch chama-o de "transversal", mas a semelhança com a dialética é inegável. Ele chega a utilizar os termos "dialético" e "transversal" no mesmo sentido; cf., por exemplo, *Vernunft* (vide nota 2), p. 897 e diversas outras passagens.

Horizontes

Tem todo autor, ao escrever,
Algo que o leva a fazer.
Algo assim tinha também Alexandre
E com ele todo herói grande

Johann Wolfgang Goethe[1]

A questão inicial sobre a razão na história devia ser respondida com a demonstração das potencialidades racionais que o pensamento histórico, em princípio, detém, e que devem (deveriam) frutificar de modo especial na história como ciência. A metodização das operações de fundamentação do pensamento histórico, determinantes para a ciência como história, apresenta potencialidades ótimas de racionalidade. A história como disciplina especializada, tal como a teoria da história faz transparecer em seus fundamentos, é uma instituição em que essas potencialidades estão institucionalizadas. Como essa institucionalização ocorre, em pormenor, ou seja, como a história se constrói a partir dos fundamentos mostrados aqui, precisa ainda ser exposto.

Como instituição, a história continua sendo uma atividade científica, isto é, um constructo no qual cada realização das potencialidades racionais institucionalizadas está permanentemente exposta a influências e exigências heterogêneas, a obstáculos, a bloqueios e mesmo a recuos. O quadro complexo da objetividade histórica, exposto no capítulo 3, nunca é claramente transparente, nos processos e produtos concretos do pensamento histórico, na elaboração de suas teorias, nas suas regras metódicas e no modo como a história é apresentada e utilizada nos processos de orienta-

[1] J. W. Goethe, 28.8.1765 (Edição do Jubileu 3, p. 41).

ção temporal da práxis social, de maneira que seja possível vê-lo imediatamente. As potencialidades de o conhecimento histórico ser racional podem ser mais ou menos utilizadas ou desperdiçadas. Assim sendo, a racionalidade do pensamento histórico não decorre de uma mera vontade de manter em atividade a ciência da história ou de buscá-la como fim em si mesma. Essa racionalidade alimenta-se de considerar a atividade científica como a oportunidade de utilizar, da melhor forma possível, a razão de que cada um dispõe, nas diversas modalidades dessa atividade. Nessa medida, as potencialidades racionais do pensamento histórico esboçadas aqui são um constructo intermediário entre o que a ciência da história é e o que se desejaria que ela fosse.

Com tudo isso ainda não se mostrou a razão da história na estrutura especializada da ciência da história. A teoria da história tem de ir além do círculo profissional da disciplina e examinar também os efeitos da ciência da história. Como o pensamento histórico exerce uma função prática e fundamental de orientação, é inevitável a pergunta sobre como se pode utilizar, na prática, as potencialidades racionais peculiares da ciência da história. Objetividade histórica não pode significar que o produto cognitivo da ciência da história deixe de ter qualquer função orientadora. A questão é saber como a ciência da história a exerce.

Os processos científicos específicos do progresso cognitivo, da ampliação das perspectivas e da consolidação da identidade levam o pensamento histórico para além da realidade concreta da vida prática, da qual se origina. A ciência da história não se restringe aos horizontes da experiência, aos significados e aos critérios de sentido que lhe são dados no contexto social, mas supera esse quadro de orientação da vida prática na medida em que em parte confirma, em parte critica conteúdos empíricos do pensamento histórico e completa-os qualitativamente com novas experiências históricas. O mesmo acontece com respeito às diversas situações contemporâneas de interesses sociais, verdadeiras perspectivas prévias da rememoração histórica: a ciência da história não fica presa a elas, como a instruções, mas modifica-as e amplia-as segundo suas possibilidades cognitivas. Algo semelhante se dá com as idéias formadoras de sentido: com efeito, os historiadores não desativam metodicamente as idéias correntes na vida prática social,

com as quais se forma o sentido da experiência do tempo, e adotam, em seu lugar, idéias próprias com pretensão de validade universal. Eles tampouco seguem cegamente as idéias correntes em sua cultura e as interpretações que se fazem, com essas idéias, do sentido das mudanças do homem e de seu mundo no tempo. Pelo contrário, eles enriquecem e modificam qualitativamente os modelos interpretativos da experiência do tempo, empregados pelo senso comum na vida social, com o princípio de um debate racional e argumentativo, determinante do pensamento histórico como ciência.

O pensamento histórico fornece, no âmbito de suas potencialidades racionais institucionalizadas como ciência, mais orientações no tempo que os processos concretos da vida prática social conseguem absorver. Como ciência, a história possui também a faceta que Aristóteles chamava de "divina" (na medida em que, para ele, o saber que não é produzido por sua utilidade, mas por si mesmo, faz o homem participar da essência divina).[2]

Hoje em dia, fala-se mais em "ideológico" do que em divino e, na melhor das hipóteses, em "fantasioso" (porque muitos não conseguem mais imaginar algo de racional para o divino). Esse superávit cognitivo com respeito às carências práticas de orientação não se torna, com isso, supérfluo, mas um estímulo e uma oportunidade de liberar, intensificar e utilizar as potencialidades racionais presentes na vida prática dos historiadores e de seu público.

Com outras palavras: se indivíduos, grupos e sociedades se encontram em um contexto interativo no qual buscam interesses diferentes e mesmo contraditórios, então podem meter-se em um conflito de interesses na melhor das técnicas estratégicas e procurarão servir-se do conhecimento histórico como arma nessa guerra (e não faltarão historiadores a fornecer-lhes a munição necessária). Na medida, porém, em que o pensamento histórico utiliza suas potencialidades racionais, esse tipo de arma é de pouca utilidade. Há muito mais a conseguir se as partes conflitantes se decidirem a resolver seus conflitos pacificamente. Nessa hipótese, não se trata mais de negar mútua e teimosamente os diversos interesses de cada

[2] Aristóteles, *Metafísica*, 982 b.

um, mas esforçar-se pelo reconhecimento recíproco do modo pelo qual buscam seus interesses respectivos. A história como ciência teria condições, com sua pretensão de racionalidade, de fornecer as orientações históricas necessárias para esse reconhecimento. Nessa função prática ela não estaria sofrendo abuso, mas estaria sendo honrada.

Essa honra tem um avesso: o padrão de objetividade do conhecimento histórico exige da disciplina especializada sensibilidade para as carências de orientação de seu tempo. A ciência da história só poderia ignorar as carências de orientação de seu tempo pagando o preço do enfraquecimento de sua validade, isto é, da debilitação de sua objetividade. As carências de orientação da vida social concreta, na qual a história como ciência se efetiva, podem ultrapassar as orientações produzidas pela ciência da história. Se e até que ponto a ciência da história é capaz de evoluir (de acordo com as regras metódicas do progresso cognitivo, da ampliação de perspectivas e da consolidação de identidade) depende, afinal, também da medida em que for sensível ao fluxo contínuo das questões da vida humana prática que vão além de suas respostas.

Bibliografia

A bibliografia selecionada, aqui apresentada, reúne apenas as obras que foram importantes para minha reflexão própria, que apresentam outros referenciais e com as quais se pode aprofundar no vasto campo da teoria da história. Certo arbítrio foi inevitável, e seguramente deixei escapar coisas importantes (sobretudo na bibliografia mais recente). Como escusa permito-me dizer que, na concorrência permanente entre ler tudo o que se escreve e produzir uma teoria da história, prevaleceu esta última (do contrário, jamais teria conseguido escrever este livro).

Bibliografias, coletâneas, obras gerais e periódicos

Bibliografias

BERDING, H. *Bibliographie zur Geschichtstheorie*. Gottingen, 1977.

KLEIN, M. Bibliography of writings on historiography and the philosophy of history. In: GOTTSCHALK (ed.). *Generalisation in the writing of history*. Chicago, 1963, p. 213-247.

LIGOTA, C. R., STRASSFELD, R. *Bibliography of works in the philosophy of history 1973-1977*. Wesleyan, 1979.

NOWICKI, M. *Bibliography in the philosophy of history 1958-1961*. Haia, 1964.

PRUITT, S., WITSCHI-BERNZ, A. *Bibliography of works in the philosophy of history 1969-1972*, 1966-1968: Addenda, Wesleyan, 1974.

RULE, J. C. *Bibliography of works in the philosophy of history 1973-1977*. Haia, 1961.

SOCIÉTÉ PHILOSOPHIQUE DE LOUVAIN (ed.). *Répertoire bibliographique de la philosophie*, vol. 1. Lovaina, 1949 ss.

Coletâneas e obras gerais

FABER, K.-G. Zum Stand der Geschichtstheorie in der Bundesrepublik. *Jahrbuch der historischen Forschung 1976/77*. Stuttgart, 1978, p. 13-28.

MUHLACK, U. Probleme einer erneuerten Historik. *Historische Zeitschrift*, vol. 28 (1979), p. 335-364.

RÖTTGERS, K. Neue und erneuerte Historik. Beitrage zu einer Theorie der Geschichte. *Zeitschrift für philosophische Forschung*, vol. 33 (1978), p. 264-281.

SCHLEIER, H. *Theorie der Geschichte. Theorie der Geschichtswissenschaft. Zu neueren theoretischen und methodologischen Arbeiten der Geschichtsschreibung in der BRD*. Berlim, 1975.

SEIFERT, A. Geschichte oder Geschichten. Historie zwischen Metaphysik und Poetik. *Historischer Jahrbuch* 96 (1978), p. 390-410.

_____. Geschichtstheorie. Eine Bestandsaufnahme in reorientierender Absicht. *Philosophische Rundschau* 27 (1980), p. 161-185.

WEYMAR, Ernst. *Geschichtswissenschaft und Theorie. Ein Literaturbericht*. Stuttgart, 1979.

_____. Dimensionen der Geschichtswissenschaft. Geschichtsforschung Theorie der Geschichtswissenschaft – Didaktik der Geschichte. *Geschichte in Wissenschaft und Unterricht* 33 (1982), p. 1-11, p. 65-78, p. 129-153.

Periódicos

HISTORY AND THEORY Vários números (1ª ed. 1960).

HISTORICAL METHODS NEWSLETTER. Vários números (1ª ed. 1967).

THEORETISCHE GESCHIEDENIS. Vários números (1ª ed. 1974).

STORIA DELLA STORIOGRAFIA. RIVISTA INTERNAZIONALE. Vários números (1ª ed. 1982). (Em italiano, francês, inglês e alemão).

Manuais e dicionários

BERGMANN, K., KUHN, A., RÜSEN, J., SCHNEIDER, G. (eds.). *Handbuch der Geschichtsdidaktik*. Düsseldorf, 1979. 2 v.

BESSON, W. (ed.). *Das Fischer Lexikon. Geschichte*. Frankfurt, 1961.

BRAUN, E., RADERMACHER, H. (eds.). *Wissenschaftstheoretisches Lexikon*. Graz, 1978.

BRUNNER, O., CONZE, W., KOSELLECK, R. (eds.). *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*. Stuttgart, vol. 1 (1971), vol. 2 (1975), vol. 3 (1982), vol. 4 (1978).

IGGERS, G. G., PARKER, H. T. *International Handbook of Historical Studies*. Westport, 1979/Londres, 1980.

KERNIG, C. D. *Sowjetsystem und demokratische Gesellschaft. Eine vergleichende Enzyklopädie*. Friburgo/Basiléia/Viena, 1966-72. 6 v.

KLAUS, G., BUHR, M. (eds.). *Philosophisches Wörterbuch*. 11ª ed. Berlim, 1975.

KONDUKOW, N. J. *Worterbuch der Logik*. In: ALBRECHT, E., ASSER, G. (eds.). Berlim, 1978.

KRINGS, H., BAUMGARTNER, H. M., WILD, Chr. (eds.). *Handbuch philosophischer Grundbegriffe*. Munique, 1973/74. 3 v.

MITTELSTRASS, J. (ed.). *Enzyklopädie Philosophie und Wissenschaftstheorie*, vol. 1. Mannheim, 1980.

RITTER, J. (ed.). *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Darmstadt, 1971-1996.

SILLS, D. L. (ed.). *International Encyclopedia of the Social Sciences*, vols. 1-18. Nova York, 1968-1979.

SPECK, J. (ed.). *Handbuch wissenschaftstheoretischer Begriffe*. Gottingen, 1980. 3 v.

STEGMÜLLER, W. *Probleme und Resultate der Wissenschaftstheorie und der Analytischen Philosophie*, vols. 1, 2 e 4. Berlim, 1969-1973.

THIEL, M. (ed.). *Enzyklopädie der geisteswissenschaftlichen Arbeitsmethoden*. 10. Lieferung: Methoden der Geschichtswissenschaft und der Archaologie. Munique, 1974.

WIENER, Ph. P. (ed.): *Dictionary of the history of ideas. Studies of selected pivotal ideas*, vols. 1-4. Nova York, 1968-1973.

Coletâneas

ALBERT, H. (ed.). *Theorie und Realität Ausgewählte Aufsätze zur Wissenschaftslehre der Sozialwissenschaften*. 2ª ed. Tübingen, 1972.

ALFÖLDI, G., SEIBT, F., TIMM, A. (eds.). *Probleme der Geschichtswissenschaft*. Düsseldorf, 1973.

BAUMGARTNER, H. M., RÜSEN, J. (eds.). *Seminar: Geschichte und Theorie*. 2ª ed. Frankfurt, 1982.

BURSTON, W. H., THOMPSON, D. (eds.). *Studies in the Nature and Teaching of History*. Londres, 1967.

CONCEPTUS. Número especial 1976: Erklarung und Interpretation in der Geschichtswissenschaft. Stuttgart, 1972.

DRAY, W. H. (ed.). *Philosophical Analysis and History*. Nova York, 1966.

ENGELBERG, E. (ed.). *Probleme der marxistischen Geschichtswissenschaft. Beitrage zu ihrer Theorie und Methode*. Colônia, 1972.

ENGELBERG, E., KÜTTLER, W. (eds.). *Probleme der geschichtswissenschaftlichen Erkenntnis*. Berlim, 1977.

ENGEL-JANOSI, F., KLINGENSTEIN, G., LUTZ, H. (eds.). *Denken über Geschichte. Aufsatze zur heutigen Situation des geschichtlichen Bewußtsems und der Geschichtswissenschaft*. Munique, 1974.

FABER, K. G., MEIER, Chr. (eds.): *Beiträge zur Historik*, vol. 2: Historische Prozesse. Munique, 1978.

GARDINER, P. *Theories of History. Readings from classical and contemporary sources*. Nova York, 1967.

GEISS, I., TAMCHINA, R. (eds.). *Ansichten einer künftigen Geschichtswissenschaft. Kritik Theorie Methode*. Parte 1. Munique, 1974.

GIESEN, B., SCHMID, M. (eds.). *Theorie, Handeln und Geschichte*. Hamburgo, 1975.

HABERMAS, J. *Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus*. Frankfurt, 1976.

JACKEL, E., WEYMAR, E. (eds.). *Die Funktion der Geschichte in unserer Zeit*. Festschrift für K. D., Erdmann z. 65. Geburtstag, Stuttgart, 1975.

KOCKA, J., NIPPERDEY, TH. (eds.). *Beitrage zur Historik*, vol. 3: Theorie und Erzählung in der Geschichte. Munique, 1979.

KOSELLECK, R., LUTZ, H., RÜSEN, J. (eds.). *Beiträge zur Historik*, vol. 4: Formen der Geschichtsschreibung. Munique, 1982.

KOSELLECK, R., MOMMSEN, W., RÜSEN, J. (eds.). *Beitrage zur Historik*, vol. 1: Objektivität und Parteilichkeit in der Geschichtswissenschaft. Munique, 1977.

KOSELLECK, R. *Vergangene Zukunft Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt, 1979.

OELMULLER, W. (ed.). *Wozu noch Geschichte*? Munique, 1976.

_____. (ed.). *Materialien zur Normendiskussion*, vol. 3: Normen und Geschichte. Paderborn, 1979.

RÜSEN, J. *Asthetik und Geschichte Geschichtstheoretische Untersuchungen zum Begrundungszusammenhang von Kunst, Gesellschaft und Wissenschaft*. Stuttgart, 1976.

RUSEN, J., SUSSMUTH, H. (eds.). *Theorien in der Geschichtswissenschaft*. Düsseldorf, 1980.

SCHIEDER, Th., GRAUBIG, K. (eds.). *Theorieprobleme der Geschichtswissenchaft*. Darmstadt, 1977.

SCHULZ, G. (ed.). *Geschichte heute Positionen, Tendenzen und Probleme*. Göttingen, 1973.

SIMON-SCHAFER, R., ZIMMERLI, W. Ch. (eds.). *Wissenschaftstheorie der Geisteswissenschaften*. Hamburgo, 1975.

TOPITSCH, E. (ed.). *Logik der Sozialwissenschaften*. Colônia, 1966.

WEBER, M. *Gesammelte Aufsatze zur Wissenschaftslehre*. 3ª ed. Tübingen, 1968.

Apresentações gerais

ACHAM, K. *Analytische Geschichtsphilosophie Eine kritische Einführung*. Friburgo, 1974.

BAUER, W. *Einführung in das Studium der Geschichte*. 2ª ed. Tübingen, 1927. (Reimpr. 1961).

BERNHEIM, E. *Lehrbuch der Historischen Methode*. Leipzig, 1889 (5ª e 6ª eds. Leipzig, 1908, com o título: *Lehrbuch der Historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*).

CARR, E H. *What is History*? Londres, 1961 (ed. alemã Stuttgart, 1963).

CHLADENIUS, J. M. *Allgemeine Geschichtswissenschaft*. Leipzig, 1752.

DROYSEN, J. G. *Historik. Historisch-kritische Ausgabe*, vol. 1. In: Peter Leyh (ed.). Stuttgart-Bad Cannstatt, 1977.

_____. *Historik. Vorlesungen uber Enzyklopädie und Methodologie der Geschichte*. 5ª ed. In: R. Huhner (ed.). Munique, 1967.

ENGELBERG, E. *Theorie, Empirie und Methode in der Geschichtswissenschaft*. Berlim, 1980.

FABER, K. G. *Theorie der Geschichtswissenschaft*. 5ª ed. Munique, 1982.

GROH, D. *Kritische Geschichtswissenschaft in emanzipatorischer Absicht*. Stuttgart, 1973.

HABERMAS, J. *Zur Logik der Sozialwissenschaften*. Frankfurt, 1970.

HEDINGER, H. W. *Subjektivitat und Geschichtswissenschaft. Grundzüge einer Historik*. Berlim, 1969.

HESSE, R. *Geschichtswissenschaft in praktischer Absicht. Vorschläge und Kritik*. Wiesbaden, 1979.

HEYDEMANN, G. *Geschichtswissenschaft im geteilten Deutschland. Entwicklungsgeschichte, Organisationsstruktur, Funktionen, Theorie und Methodenprobleme in der Bundesrepublik und in der DDR*. Frankfurt/Berna/Las Vegas, 1980.

KLUXEN, K. *Vorlesungen zur Geschichtstheorie*, vols. 1 e 2. Paderborn, 1974 e 1981.

LÜBBE, H. *Geschichtsbegriff und Geschichtsinteresse*. Basiléia/Stuttgart, 1977.

MARROU, H. –J. *Über die historische Erkenntnis. Welches ist der richtige Gebrauch der Vernunft, wenn sie sich historisch betätigt*? Friburgo/Munique, 1973.

MARWICK, A. *The Nature of History*. Londres, 1970.

SCHAEFFLER, R. *Einführung in die Geschichtsphilosophie*. Darmstadt, 1973.

SCHIEDER, Th. *Geschichte als Wissenschaft*. 2ª ed. Munique, 1968.

SCHWERMMER, O. *Theorie der rationalen Erklärung. Zu den methodischen Grundlagen der Kulturwissenschaften*. Munique, 1976

TOPOLSKI, J. *Methodology of History*. Dordrecht/Boston, 1976.

Tarefa de uma teoria da história (Capítulo 1)

BAUMGARTNER, H. M. Thesen zur Grundlegung einer transzendentalen Historik. In: BAUMGARTNER, H. M., RUSEN, J. (eds.). *Seminar. Geschichte und Theorie*. Frankfurt, 1976, p. 274-302.

BENNER, D. Zur Fragestellung einer Wissenschaftstheorie der Historie. *Wiener Jahrbuch für Philosophie 2* (1969), p. 52-97.

BERDING, H. Selbstreflexion und Theoriegebrauch in der Geschichtswissenschaft. In: KOCKA, J. (ed.). *Theorien in der Praxis des Historikers*. Göttingen, 1977, p. 205-224.

BLANKE, H. W., FLEISCHER, D., RUSEN, J. Historik als akademische Praxis. Eine Dokumentation der geschichtstheoretischen Vorlesungen an deutschsprachigen Universitäten von 1750 bis 1900. *Dilthey-Jahrbuch*, vol. 1. Göttingen, 1983.

FISCHER, D. H. Historians fallacies: toward a logic of historical thought. Nova York, 1970.

GRUNDER, K. F. Perspektiven für eine Theorie der Geschichtswissenschaft. *Saeculum 22* (1971), p. 101-113.

HUBNER, K. Erkenntnistheoretische Fragen der Geschichtswissenschaft. *Die Funktion der Geschichte in unserer Zeit*. Festschrift fur K. D. Erdmann z. 65 Geburtstag. Stuttgart, 1975, p. 41-58.

KOCKA, J. Theorieorientierung und Theorieskepsis in der Geschichtswissenschaft. Alte und neue Argumente. *Historical Social Research/Historische Sozialforschung, Quantum Information*, nº 23, jul. 1982, p. 4-19.

KOCKA, J., REPGEN, K., QUANDT, S. *Theoriedebatte und Geschichtsunterricht, Sozialgeschichte, Paradigmawechsel und Geschichtsdidaktik in der aktuellen Diskussion*. Paderborn, 1982.

RÜSEN, J. *Für eine erneuerte Historik Studien zur Theorie der Geschichtswissenschaft*. Stuttgart, 1976.

_____. Geschichtstheorie und Geschichtsdidaktik in Forschung und Lehre an den Hochschulen. In: Fürnrohr W. (ed.). *Geschichtsdidaktik im internationalen Vergleich*. Stuttgart, 1979, p. 168-184.

UHLIG, R. *Historische Grundlagenforschung als Problem der Geschichtswissenschaft. Zur Analyse der historischen Aussage*. Berlim, 1980.

Sobre a constituição e a pragmática do pensamento histórico (Capítulo 2)

BARTHES, R. Le discours de l'histoire. *Information sur le sciences sociales* 26 (1967), Cahier 4; em alemão: *Alternative*, 11 (1968), número 62/63.

BAUMGARTNER, H. M. *Kontinuität und Geschichte*. Frankfurt, 1972.

BERGER, P., LUCKMANN, Th. *Die gesellschaftliche Konstruktion der Wirklichkeit. Eine Theorie der Wissenssoziologie*. 2ª ed. Frankfurt, 1980.

BERGMANN, K. Identitat. In: BERGMANN, K., KUHN, A., RUSEN, J., SCHNEIDER, G. (eds.). *Handbuch der Geschichtsdidaktik*. Düsseldorf, 1979, vol. 1, p. 46-53.

DRAY, W. H. On the nature and role of narrative in historiography. *History and Theory* 10 (1971), p. 153-171.

ERIKSON, E. H. *Identity and the cycle of life*. (Em alemão: *Identitat und Lebenszyklus*). Frankfurt, 1976.

GUMBRECHT, H.-U. Erzählen in der Literatur – Erzahlen im Alltag. In: EHRLICH, K. (ed.). *Erzählen im Alltag*. Frankfurt, 1980.

HABERMAS, J. *Erkenntnis und Interesse*. 4ª ed. Frankfurt, 1977 (1ª ed. 1969).

_____. Können komplexe Gesellschaften eine vernünftige Identität ausbilden? In. Habermas, J. *Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus*. 2ª ed. Frankfurt, 1976, p. 92-126.

JEISMANN, K. E. "Geschichtsbewußtsein". Überlegungen zur zentralen Kategorie eines neuen Ansatzes der Geschichtsdidaktik. In: Süßmuth, H. (ed.). *Geschichtsdidaktische Positionen Bestandaufnahme und Neuorientierung*. Paderborn, 1980, p. 179-222.

LUBBE, H. Uber den Grund unseres Interesses an historischen Gegenständen. Kulturelle und politische Funktionen der historischen Geisteswissenschaften. In: Hellmut Flashar *et alii* (ed.): *Geisteswissenschaft als Aufgabe Kulturpolitische Perspektiven und Aspekte*. Berlim/Nova York, 1978, p. 179-193.

LUTHY, H. *Wozu Geschichte?* Zurique, 1969.

LUCKMANN, Th. Lebenweltliche Zeitkategorien. Zeistrukturen des Alltags und der Ort des historischen Bewußtseins. In: CERQUIGLINI, B., GUMBRECHT, H. U. (eds.): *Der Diskurs der*

Literatur und Sprachhistorie. Wissenschaftsgeschichte als Vorgabe einer Neuorientierung. Frankfurt, 1983.

_____. Persönliche Identität als evolutionäres und historisches Problem. In: LUCKMANN, Th.: *Lebenswelt und Gesellschaft*. Paderborn/Munique/Viena/Zurique, 1980, p. 123-141.

MOMMSEN, W. J. Gesellschaftliche Bedingtheit und gesellschaftliche Relevanz historischer Aussagen. In: *Conceptus*, 8 (1974), p. 17-29.

NIPPERDEY, Th. Uber Relevanz. In: *Geschichte in Wissenschaft und Unterricht*, 23 (1972), p. 577-596.

_____. Wozu noch Geschichte? In: KALTENBRUNNER, G. K. (ed.). *Die Zukunft der Vergangenheit*. Friburgo, 1975, p. 34-57.

RÖTTGERS, K. Geschichtserzahlung als kommunikativer Text. In: QUANDT, S., SUSSMUTH, H. (eds.). *Historisches Erzahlen. Formen und Funktionen*. Gottingen, 1982, p. 29-48.

_____. *Kommunikativer Text und Zeitstruktur von Geschichten*. Friburgo/Munique, 1982.

SANDKUHLER, H. J. *Praxis und Geschichtsbewußtsein Studie zur materialistischen Dialektik, Erkenntnistheorie und Hermeneutik*. Frankfurt, 1973.

SCHUTZ, A. LUCKMANN, Th. *Strukturen der Lebenswelt*, vol. 1. Frankfurt, 1979.

VIERHAUS, R. Die Krise des historischen Bewußtseins und die Funktionskrise in den geschichtlichen Wissenschaften. In: MULLER-SEIDEL, W. (ed.). *Historizität in Sprach-und Literaturwissenschaft. Vortrage und Berichte der Stuttgarter Germanistentagung 1972*. Munique, 1974.

WITTRAM, R. *Das Interesse an der Geschichte*. 3ª ed. Gottingen, 1968.

História como ciência (Capítulo 3)

ACHAM, K. Subjektives Interesse und historische Objektivität. *Zeitschrift fur Philosophische Forschung*, 23 (1969), p. 47-72.

_____. Zum wissenschaftlichen Status und zur Pragmatik der Geschichtswissenschaft. Einige Bemerkungen aus der Sicht der analytischen Geschichtsphilosophie. In: LENK, K. (ed.). *Neue Aspekte der Wissenschaftstheorie*. Brauschweig, 1971, p. 129-167.

BERLIN, I. Geschichte als Wissenschaft. In: GAUMGARTNER, H. M., RUSEN, J., (eds.). *Seminar: Geschichte und Theorie Umrisse einer Historik*. Frankfurt, 1982, p. 209-250.

BRENDLER, G. Zum Prinzip der Parteilichkeit in der marxistisch-leninistischen Gechichtswissenschaft. *Zeitschrift für Geschichtswissenschaft*, 20 (1972), p. 277-301.

ENGELBERG, E. Über Theorie und Methode in der Geschichtswissenschaft. *Zeitschrift fur Geschichtswissenschaft*, 19 (1971), p. 1347-1366.

HABERMAS, J.: Wahrheitstheorien. In: FAHRENBACH (ed.). *Wirklichkeit und Reflexion Festschrift für Walter Schulz*. Pfullingen, 1973, p. 211-265.

HEUSS, A. *Verlust der Geschichte*. Gottingen, 1959.

HÜBNER, K. On theories in historical science. *Man and World*, 8 (1975), p. 363-382.

HUGHES, H. S. *History as art and as science. Twin vistas on the past*. Nova York, 1965.

JUNKER, D., REISINGER, P. Was kann Objektivität in der Geschichtswissenschaft heissen und wie ist sie möglich? In: SCHIEDER, Th. (ed.). *Methodenprobleme der Geschichtswissenschaft*. Munique, 1974, p. 1-46.

KAMBARTEL, F., MITTELSTRAß, J. (eds.). *Zum normativen Fundament der Wissenschaft*. Frankfurt, 1973.

RUSEN, J. Geschichte und Norm – Wahrheitskriterien der historischen Erkenntnis. In: OELMÜLLER, Willi (ed.). *Materialien zur Normendiskussion*, vol. 3: Normen und Geschichte. Paderborn, 1979, p. 110-139.

_____. (ed.). *Historische Objektivität Aufsätze zur Geschichtstheorie*. Göttingen, 1975.

SCHAFF, A. *Geschichte und Wahrheit*. Viena/Frankfurt/Zurique, 1970.

SCHAPPI, H. Historische Wissenschaften: Verstehen rechtfertigen – verändern. In: HOLZHEY, H. (ed.). *Wissenschaft/Wissenschaften*

Interdisziplinare Arbeit und Wissenschaftstheorie. Basiléia, 1974, p. 80-98.

SCHWEMMER, O. Die Vernunft der Wissenschaft. Kritische Bemerkungen zu einem unvermeidlichen Anspruch. In: JANICH, P. (ed.). *Wissenschaftstheorie und Wissenschaftsforschung*. Munique, 1981, p. 52 ss.

_____. Wissenschaft als Lebensform? Über die Ziele der Kulturwissenschaften. In: SCHWEMMER, O. (ed.). *Vernunft, Handlung und Erfahrung Uber Grundlagen und Ziele der Wissenschaften*. Munique, 1981, p. 85-103.

WEBER, M. Die "Objektivität" sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis In: WEBER, M. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. 5ª ed. Tübingen, 1968, p. 146-214.

Índice

A

Agir e sofrer, 12, 23, 30-31, 57-60, 66, 81, 93, 99
Agostinho (santo), 78
Apel, Karl-Otto, 145
Apresentação, 34-38, 45-47
Argumentar, argumentação, 19, 21-23, 44, 47, 111, 123, 134-135, 140-145
Aristóteles, 177

B

Baumgartner, Hans Michael, 64
Beard, Charles, 133
Becher, Ursula, 56
Benjamin, Walter, 168
Berding, Helmut, 16
Berger, Peter, 57
Burckhardt, Jacob, 28, 121-122

C

Carências: cf. interesses; orientação
Ciência especializada, 27, 33-36, 54, 123, 175-176
Ciências naturais, 95-98, 121
Científica, 95-97
Cientificidade, 37, 40, 96, 144, 147, 150, 166
Cientificismo, 95-96
Competência de pesquisa, competência profissional, 16, 27, 38, 41-42, 47, 144
Comunicação, 44, 51, 143-145
Comunicação, comunidade de, 143-147
Conhecimento, processo do (processo cognitivo), 25, 27, 33, 47, 72, 128
Conhecimento, progresso do (progresso cognitivo), 28, 43-45, 47, 103-104, 108, 115, 118, 124, 126, 138-139, 143, 146, 176, 178
Consciência histórica, 12, 22, 30, 36, 48-67, 71-75, 77-86
Conteúdo factual, 91, 100-110, 113, 139
Contingência, 60
Continuidade, representação da, 64-66, 81, 89-91, 111, 127, 143, 145-146
Crítica, 14, 81, 83, 90, 102, 142
Cronografia, 131

D

Danto, Arthur C., 154
Decisionismo, 71-72

Didática, 48-51, 92
Dilthey, Wilhelm, 150
Dogmatismo, 71-72, 111, 114, 137
Droysen, Johann Gustav, 19, 27-28, 67-68, 77, 121, 123, 150, 155

E

Emancipação, 127, 142
Enciclopédia, 28
Esquecer, 84
Experimentar, experiência, 12, 20, 23, 32, 44, 57-58, 61, 69-73, 88-91, 99-104, 108-110, 122, 162

F

Faber, Karl-Georg, 53, 132
Facticidade, 62, 106
Ficção, 61-62, 80
Fontes, 16, 32, 34, 41, 91, 102-103, 107, 120, 130
Formação histórica, 48-51
Fundamentação, objetividade da, 138, 140
Fundamentar, fundamentação, 14-15, 17, 19-23, 26, 33, 41, 43-46, 53-54, 86-87, 91-92, 99-101

G

Gumbrecht, Hans Ulrich, 61

H

Habermas, Jürgen, 145, 151
História, 11-15, 22-23, 25-26, 31-33, 36-39, 44, 53, 56, 67-76, 78-85, 96, 118-119
Historicidade, 77-81
Historicismo, 136
Historiografia, cf. pesquisa histórica
Humanidade, 126, 128, 143-146
Husserl, Edmund, 57

I

Idéia regulativa, princípio regulativo, 116-117, 143-146
Idéias (perspectivas orientadoras), 31-36, 44, 91-92, 100, 102, 105, 107, 118, 120, 133, 142-145, 176-177
Identidade, 56, 66, 86, 90, 125-128, 132, 142, 146, 176, 178
Ideologia, 40, 124, 177
Intencionalidade, 31-32, 57-58, 76, 78-81, 88, 108
Interesses, 30-38, 40, 43, 46, 71, 111-114, 126-136, 140-141, 176-178
Interpretação, auto-interpretação, 28, 32, 40, 55, 57-60, 68, 72, 87, 98, 162
Interpretação, modelo de, 32, 177
Irracionalidade, 40, 142

J

Jeismann, Karl-Ernst, 56
Junker, Detlef, 131

K

Kafka, Franz, 172
Kant, Immanuel, 22
Kocka, Jürgen, 16, 72, 119-122
Kon, Igor, 136
Koselleck, Reinhardt, 16
Kuhn, Thomas, 29, 152

L

Lacan, Jacques, 167
Lembrança(s), 62-72, 84, 176
Lübbe, Hermann, 66, 121, 138
Luckmann, Thomas, 57
Lutz, Heinrich, 142

M

Marx, Karl, 57
Marxismo, marxismo-leninismo, 70, 136
Materialismo histórico, 70, 72
Matriz disciplinar, 29-32, 35-38, 44, 50
Meier, Christian, 16
Metateoria, 15-18, 38
Método, metodização, 33-36, 44, 97-103, 108, 113, 115, 117-118, 120-126, 130, 140, 142, 143-144, 162, 175
Mommsen, Wolfgang, 131

N

Narrativa, 61-66, 69, 73-75, 89-90, 104, 111, 116-123, 132, 146, 149 ss., 160-161, 163, 170
Natureza, 57, 66, 78-79, 133
Normas, normatividade, 19-20, 88-93, 100-118, 122, 128-133, 136, 140-142

O

Objetividade, 39, 100, 126-139, 146-147, 175-176, 178
Objetividade construtiva, 142-147
Objetividade de consenso, 140-141
Objetivismo, 67, 71
Orientação, carências de orientação, 13, 22, 30-36, 40-44, 49, 63-64, 73, 105-106, 109, 125-128, 145-146, 162-163, 177-178
Orientação existencial, 34-36, 63, 77-78, 91, 118, 143

P

Paradigma, 152, 161, 165-170
Particularidade, 27, 114, 130
Partidarismo, 100, 126-127, 129-139
Perda de si, 60, 66
Perspectiva, 46, 63-65, 109-118, 124, 126, 130, 133, 140-143, 146-147, 176-178
Pertinência, cf. verdade
Pesquisa histórica, 13-17, 26, 27, 34, 36, 45-47, 101, 103-107
Plausibilidade, cf. verdade
Pluralismo, 72, 133, 137
Práxis, funções práticas, 13, 22-23, 26, 30-38, 41-42, 48-49, 53-60, 73-80, 88-91, 116, 126

Pré-história, 73-77, 90
Profissionalização, 27, 38, 41-42, 46

R

Racionalidade, 17, 21, 34, 38, 42, 45-47, 49, 59, 111, 120, 134-135, 144, 151, 166, 169, 177
Ranke, Leopold von, 119
Razão, 12-15, 21-23, 44-51, 126, 144-145, 147, 150-152, 173-174, 175-178
Reconhecimento, 144-145
Referencial, dependência de, 129, 136
Referencial, reflexão sobre referencial, 109-118, 124, 126, 128, 133, 140-147
Reflexão, auto-reflexão, 15-22, 25-27, 40, 42, 54, 82
Relatividade, 86, 103, 111-115
Rickert, Heinrich, 150
Ritter, Joachim, 122

S

Schörken, Rolf, 50
Senso comum, 91-92, 123, 177
Significado, 88-91, 108-118, 122, 127-128
Schütz, Alfred, 57
Sentido, 8, 12, 21, 31-32, 37, 40, 59-62, 66, 68, 74-75, 88-92, 122-125, 127-132, 154-156, 160, 163, 176
Sistemática, sistematização, 19-22, 35, 147
Subjetividade, 39-42, 66, 112, 128, 132-133, 136-141
Subjetivismo, 67-71

T

Tempo, 12, 23, 33, 36, 54, 56-66, 69, 71, 74, 77-84, 88-90, 126, 177
Teoria e práxis, 15-22, 25-26, 55
Tipo ideal, 159
Tradição, 73, 76-84, 90, 102
Transcendência, transcender, 77, 79-80

U

Universalidade, 60, 140

V

Validade, 99-103, 105, 128, 151
Validade, pretensão de, 85, 91-101, 110-112, 117, 123, 127-128, 135
Validade universal, 85, 95, 127-129, 133, 138, 144-145, 177
Valores, liberdade de, 105, 107, 113, 131
Verdade, 84-97, 102-104, 156
Vestígios, 83, 102
Veyne, Paul, 149
Vida prática, 30, 55-57, 60, 62, 66, 73, 86, 92-98, 112

W

Weber, Max, 17, 31-32, 68, 72, 107, 113, 124
Wehler, Hans-Ulrich, 72
Welsch, Wolfgang, 150-151, 167
White, Hayden, 62